



Instituto Superior de Serviço Social do Porto  
Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C.R.L.

*“A caminho da autonomização – as jovens  
institucionalizadas e a promoção da autonomia”*

Ana Sofia Lopes Neto

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para Obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, sob orientação da Professora Doutora Idalina Machado.

ISSSP

maio de 2021

*“A caminho da autonomização - os jovens  
institucionalizados e a promoção da autonomia”*

Ana Sofia Lopes Neto

ISSSP

maio de 2021

## **Resumo**

A família é essencial para o desenvolvimento das crianças, sendo através dos vínculos aí estabelecidos que são transmitidos, por via da socialização, os valores morais e sociais, os costumes, as crenças e os padrões de comportamento. Quando a família falha nas suas responsabilidades, o Estado tem a obrigação de garantir a proteção e o bem-estar das crianças e jovens. Deste modo, das medidas de promoção e proteção, a medida de acolhimento residencial é considerada como o último recurso, quando todas as outras opções se revelaram ineficazes.

As casas de acolhimento têm como objetivos a satisfação de todas as necessidades básicas, promovendo a integração das crianças e dos jovens tanto na família, como na comunidade e contribuindo para a sua valorização pessoal, social e profissional implicando, desta forma, equacionar a questão da autonomia.

Dada a relevância desta temática, o estágio desenvolvido no Lar Santa Isabel permitiu o conhecimento do trabalho que é desenvolvido com as jovens quanto à promoção das competências para a autonomia de vida. O plano de intervenção centrou-se na implementação de atividades com o objetivo de promover a aprendizagem e desenvolvimento de competências para a vida facilitadores do processo de autonomização.

Tendo por base a observação participante e o recurso a técnicas como a entrevista semiestruturada e a análise documental, foi recolhida a informação necessária para o conhecimento das dinâmicas da instituição, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento das competências de autonomia, dos percursos de vida das jovens e dos anseios que estas sentem quanto ao seu percurso pessoal e socioprofissional. Partindo do diagnóstico foram, assim, desenvolvidas diversas atividades ajustadas às jovens com o objetivo de promover a aquisição de competências ao nível da autonomia.

### **Palavras-chave:**

Institucionalização, jovens, autonomização, projetos de vida

## **Abstract**

The family is essential for the development of children, being through the bonds established there that are transmitted, through socialization, the moral and social values, customs, beliefs, and patterns of behaviour. When the family fails to fulfil its responsibilities, the State should guarantee the protection and well-being of children and young people. Thus, of the promotion and protection measures, the residential care measure is considered as the last resort, when all other options have proved to be ineffective.

The host houses aim to satisfy all basic needs, promoting the integration of children and young people, both in the family and in the community, and contributing to their personal, social and professional development, thus implying the equation of the issue of autonomy.

Given the relevance of this theme, the internship developed at Lar Santa Isabel allowed the knowledge of the work that is developed with young people regarding the promotion of skills for life autonomy. The intervention plan focused on the implementation of activities to promote learning and the development of life skills that facilitate the independence process.

Based on participant observation and technical resources such as semi-structured interviews and documentary analysis, the necessary information was collected to understand the dynamics of the institution, namely concerning the development of autonomy skills, life paths for young people, and the anxieties that they feel about their personal and socio-professional path. Based on the diagnosis, several activities were developed for young people to promote the acquisition of skills at the level of autonomy.

## **Keywords:**

Institutionalized youth, residential shelters, life projects, empowerment

## **Agradecimentos**

Sozinhos não somos nada e por isso nada disto seria possível sem a ajuda, a paciência, o carinho e o apoio de todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, contribuindo para a realização deste relatório, mas também para o meu crescimento a nível pessoal e profissional. Por todo o apoio daqueles com quem fui trabalhando no meu dia-a-dia, mas, principalmente, daqueles que me são mais queridos e que me deram a mão e ouvindo os meus anseios, me acompanharam neste percurso, expresso os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Idalina Machado pela orientação e por toda a disponibilidade e paciência perante todos os e-mails e reuniões de zoom, sem dúvida que parte da minha conquista lhe devo bastante a si.

Agradeço ao Lar Santa Isabel que tão bem me recebeu. A toda a equipa técnica que se disponibilizou para ajudar em tudo o que precisava, participando na obtenção dos dados e contribuindo para o meu conhecimento profissional, em especial à Dr.<sup>a</sup> Patrícia.

Agradeço às jovens pela partilha de experiências de vida, pelo vosso carinho e pela vossa disponibilidade na realização do que vos era proposto e por me desafiarem diariamente, sem vocês era impossível a realização deste relatório.

Agradeço à pessoa que foi a minha companheira de todas as horas, a Ana Carolina. Foste um grande apoio durante este período e juntas terminamos mais uma etapa do nosso percurso.

Agradeço à minha família e amigos por todo o carinho, paciência, conselhos e companheirismo e por terem estado presente e me apoiarem incondicionalmente.

# Índice

Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Agradecimentos .....	v
Índice de tabelas.....	viii
Índice de gráficos .....	ix
Índice de figuras.....	x
Índice de anexos .....	xi
Lista de abreviaturas .....	xii
Introdução.....	1
<b>1. Diagnóstico Social .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1. A importância da família enquanto agente de socialização .....</b>	<b>4</b>
<b>1.2. Risco e Perigo .....</b>	<b>5</b>
<b>1.3. Medidas de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....</b>	<b>6</b>
<b>1.4. Casa de Acolhimento Residencial.....</b>	<b>8</b>
<b>2. Metodologia da investigação e intervenção .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1. Integração no contexto de estágio .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2. Procedimentos adotados para a recolha e tratamento de dados .....</b>	<b>20</b>
<i>2.2.1. A observação participante .....</i>	<i>20</i>
<i>2.2.2. A análise documental .....</i>	<i>21</i>
<i>2.2.3. Entrevista semiestruturada .....</i>	<i>22</i>
<i>2.2.4. Tratamento dos dados recolhidos .....</i>	<i>23</i>
<b>2.3. Procedimentos de intervenção .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4. Pressupostos éticos .....</b>	<b>24</b>
<b>3. Casa de Acolhimento Residencial Lar Santa Isabel.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1. Caracterização da Instituição .....</b>	<b>26</b>
<b>3.2. Recursos Humanos.....</b>	<b>28</b>
<b>3.3. Recursos físicos/instalações.....</b>	<b>32</b>
<b>3.4. Formas de comunicação .....</b>	<b>33</b>
<b>3.5. Articulação com outras instituições da comunidade .....</b>	<b>33</b>
<b>3.6. Orientações globais quanto ao trabalho que é feito com as jovens .....</b>	<b>34</b>
<b>3.7. Caracterização geral das jovens .....</b>	<b>40</b>
<b>3.8. Análise SWOT.....</b>	<b>49</b>
<b>4. Projeto de intervenção: “A caminho da autonomização” .....</b>	<b>53</b>
<b>4.1. Breve enquadramento do trabalho de intervenção .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2. Atividades relacionadas com a autoconceito .....</b>	<b>55</b>

4.2.1. Atividade “Autonomização” e “Árvore dos Sonhos” .....	56
4.2.2. Atividade “Dinâmica do Papel amassado- E agora?” .....	62
4.2.3. Atividade “Sessão de fotografias” .....	64
<b>4.3. Atividades relacionadas com a gestão da vida doméstica .....</b>	<b>65</b>
4.3.1. Atividade “Como gerir o orçamento familiar” .....	66
4.3.2. Atividade “Culinária” e “Confeção de biscoitos” .....	69
<b>4.4. Atividades relacionadas com a preparação da vida ativa .....</b>	<b>71</b>
4.4.1. Atividade “Como elaborar um curriculum vitae” .....	72
4.4.2. Atividade “Inscrever no centro de emprego: como é que se faz?” .....	73
4.4.3. Atividade “Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego” .....	75
<b>4.5. Ações de sensibilização .....</b>	<b>76</b>
4.5.1. Atividade “Violência no Namoro” .....	77
<b>4.6. Celebração de dias temáticos .....</b>	<b>78</b>
4.6.1. Atividade “Confeção do bolinho para o dia do bolinho” .....	79
4.6.2. Atividade “Árvore de natal dos sonhos” .....	80
<b>4.7. Outras atividades desenvolvidas no estágio – acompanhamento do trabalho técnico .....</b>	<b>82</b>
<b>5. Avaliação da Intervenção .....</b>	<b>84</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>87</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>92</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>97</b>

## Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Síntese das atividades realizadas agrupadas em tipos de procedimentos de intervenção</i> .....	24
Tabela 2. <i>Caracterização da Equipa Técnica do Lar Santa Isabel</i> .....	29
Tabela 3. <i>Caracterização da Equipa Educativa do Lar Santa Isabel</i> .....	30
Tabela 4. <i>Caracterização da Equipa Auxiliar do Lar Santa Isabel</i> .....	31
Tabela 6. <i>Caracterização do percurso de institucionalização das crianças/jovens acolhidas no Lar Santa Isabel</i> .....	41
Tabela 7. <i>Análise SWOT da instituição</i> .....	51
Tabela 8. <i>Síntese das principais áreas de intervenção e atividades a desenvolver</i> .....	54
Tabela 9. <i>Quadro síntese das atividades relacionadas com o autoconceito</i> .....	56
Tabela 10. <i>Sonhos no domínio das ambições profissionais</i> .....	60
Tabela 11. <i>Respostas ao questionário pré-atividade</i> .....	62
Tabela 12. <i>Quadro síntese das atividades relacionadas com a gestão da vida doméstica</i> .....	66
Tabela 13. <i>Respostas ao questionário colocado às jovens antes da atividade “Como gerir o orçamento familiar”</i> .....	67
Tabela 14. <i>Respostas ao questionário colocado às jovens depois da atividade “Como gerir o orçamento familiar”</i> .....	68
Tabela 15. <i>Quadro síntese das atividades relacionadas com a preparação da vida ativa</i> .....	72
Tabela 16. <i>Questionário colocado às jovens antes da atividade “Como elaborar um curriculum vitae”</i> .....	72
Tabela 17. <i>Questionário colocado às jovens antes da atividade “Inscrever no Centro de Emprego: como é que se faz?”</i> .....	74
Tabela 18. <i>Questionário colocado às jovens antes da atividade “Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego”</i> .....	75
Tabela 19. <i>Quadro síntese das atividades relacionadas com as ações de sensibilização</i> .....	77
Tabela 20. <i>Quadro síntese das atividades relacionadas com a celebração dos dias temáticos</i> .....	79

## Índice de gráficos

Gráfico 1. <i>Evolução do número de crianças e jovens em situação de acolhimento, em Portugal, entre 2009 e 2019 (nº)</i> .....	10
Gráfico 2. <i>Evolução do número de crianças e jovens em Lares de Infância e Juventude, em Portugal, entre 2009 e 2019 (nº)</i> .....	11
Gráfico 3. <i>Peso das crianças e jovens em LIJ no total de crianças e jovens em situação de acolhimento, em Portugal, entre 2009 e 2019 (%)</i> .....	12

## Índice de figuras

Figura 1. <i>Tridimensionalidade do conceito de autonomia</i> .....	14
Figura 2. <i>Competências ao nível da autonomia relacional/pessoal e competências ao nível da autonomia funcional</i> .....	16
Figura 3. <i>Organograma do Lar Santa Isabel</i> .....	28
Figura 4. <i>Cronograma das atividades</i> .....	55
Figura 5. <i>Dimensões abordadas na Árvore dos Sonhos</i> .....	59
Figura 6. <i>Sonhos no domínio das ambições pessoais</i> .....	59
Figura 7. <i>Sonhos no domínio da família</i> .....	61
Figura 8. <i>Fotos tiradas pelas jovens durante a atividade</i> .....	65
Figura 9. <i>Fotos da atividade “Como gerir um orçamento familiar”</i> .....	67
Figura 10. <i>Fotografias das atividades “Culinária” e “Confeção de biscoitos”</i> .....	70
Figura 11. <i>Fotografias da confeção da sopa</i> .....	71
Figura 12. <i>Fotografias da sessão de informação sobre “Violência no namoro”</i> .....	78
Figura 13. <i>Fotografias da atividade de confeção do bolinho para o dia do bolinho</i> .....	80
Figura 14. <i>Fotografias da atividade da Árvore de Natal dos Sonhos</i> .....	81
Figura 15. <i>Sonhos colocados pelas jovens na árvore dos sonhos</i> .....	82

## Índice de anexos

Anexo 1: Declaração do consentimento informado, livre e esclarecido entregue à Equipa Técnica.....	98
Anexo 2: Declaração do consentimento informado, livre e esclarecido entregue às jovens ....	99
Anexo 3. Guião de entrevista semi-estruturada aplicado à Equipa Técnica.....	100
Anexo 4: Guião da entrevista semi-estruturada aplicada às jovens .....	101
Anexo 5: Planificação das atividades desenvolvidas .....	99

## Lista de abreviaturas

LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
LIJ	Lar de Infância e Juventude
DDS	Departamento de Desenvolvimento Social
CSPP-VI	Centro Social Paroquial Paulo VI
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
SERE+	Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança mais
IRS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
PSEI	Plano Socioeducativo Individual
EMAT	Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CV	Curriculum Vitae
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional

## Introdução

Do ponto de vista jurídico-legal, a família é considerada como um direito fundamental da criança (Unicef, 1989). Esta é responsável pela transmissão das crenças, valores, costumes, sendo a base da sua formação como indivíduos por via da socialização que marca o comportamento dos mesmos na sociedade (Gomes, 1994). No entanto, mesmo sendo a família a base do desenvolvimento da criança e jovem, nem sempre demonstra ter a capacidade para o fazer e, quando isso acontece, existem leis que regulam o processo de intervenção, para o caso de haver a possibilidade de a família estar a colocar a criança em perigo (Guerreiro, 2011).

Em Portugal, a medida de acolhimento residencial, medida de promoção e proteção aplicada a crianças e jovens, é aplicada em último recurso nas situações de perigo e risco. Sendo uma medida de último recurso deve, por isso, ser aplicada apenas nos casos mais graves e quando todas as outras medidas se demonstraram ser ineficazes (Sousa, 2015).

O acolhimento de crianças e jovens implica equacionar a questão da autonomia: como se trabalha a autonomia e como se processa a transição dos jovens para a vida fora da instituição? Gomes define a autonomia como “a capacidade para assumir a responsabilidade individual pelos mesmos assuntos e opções próprias. Não se refere apenas ao nível económico e físico, mas também à afetividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias” (Gomes, 2010, p.196). Em suma, trata-se de responsabilidade ao nível afetivo, físico, económico, ao nível da capacidade de assumir os valores e decisões próprias (Gomes, 2010).

Deste modo, porque é que é fundamental perceber de que forma a autonomia é trabalhada no seio das instituições? Sendo a transição para a vida adulta um processo vivenciado por todos os jovens como sendo um acontecimento importante, que acarreta muitas mudanças e que pode ser experienciado com sentimentos de insegurança, medo e receio de não ser capaz de se tornar autónomo, é urgente ter a consciência que muitos dos jovens que estão acolhidos poderão não ter um suporte familiar após a sua saída e, portanto, as competências que forem adquiridas durante o seu acolhimento serão fundamentais para que estes concretizem uma autonomia de sucesso (Gomes, 2010).

Dada a pertinência da temática, o estágio desenvolvido durante 450h no Lar Santa Isabel, potenciou o conhecimento sobre a forma de funcionamento da casa de acolhimento, bem como o trabalho que é desenvolvido quanto à promoção do desenvolvimento de competências para a vida e promoção da autonomização, percursos de vida das jovens acolhidas e os anseios que estas sentem quanto ao seu percurso pessoal e socioprofissional. Para além do trabalho de

proximidade com as jovens, o estágio permitiu ainda acompanhar de perto o trabalho desenvolvido pelos técnicos. Esta experiência concretizou-se de extrema importância na formação pessoal e profissional.

O presente relatório de estágio tem como objetivos:

- dar a conhecer o trabalho desenvolvido na instituição;
- analisar a perceção das jovens acolhidas quanto ao processo de autonomização e os desafios que o mesmo acarreta;
- analisar o papel dos profissionais na promoção da autonomia dos jovens e constrangimentos sentidos;
- apresentar e discutir as atividades desenvolvidas junto das jovens com vista ao desenvolvimento de competências para a vida essenciais na transição para o processo de autonomização.

Estruturalmente, para além da introdução e da conclusão, o relatório é composto por cinco capítulos.

No primeiro capítulo, designado por diagnóstico social, são abordados os conceitos teóricos que sustentaram as problemáticas principais, realizando uma breve explicação sobre a importância da família enquanto agente de socialização, seguido das medidas de promoção e proteção e as casas de acolhimento residencial.

No segundo capítulo, é explicada a integração no contexto de estágio, explicitando os principais procedimentos adotados para a recolha de dados, os procedimentos de intervenção realizados e os respetivos instrumentos utilizados para a avaliação das atividades desenvolvidas. Procede-se, também, à apresentação dos pressupostos éticos tidos em consideração durante o estágio.

No terceiro capítulo procede-se à caracterização da instituição onde o estágio foi realizado e a respetiva descrição dos recursos humanos, recursos físicos e instalações, mencionando a articulação existente com outras instituições da comunidade e as orientações globais quanto ao trabalho que é desenvolvido com as jovens e respetiva caracterização das mesmas. Finaliza com a análise SWOT.

No quarto capítulo apresenta-se o projeto de estágio que foi desenvolvido com as jovens do Lar Santa Isabel com o objetivo de promover a aprendizagem e desenvolvimento de competências para a vida facilitadores do processo de autonomização.

O quinto capítulo traduz a avaliação global das atividades desenvolvidas durante o período de estágio, refletindo sobre as mais valias, os constrangimentos e as limitações ocorridas.

## 1. Diagnóstico Social

Neste capítulo abordam-se, essencialmente, os conceitos teóricos subjacentes à análise das principais problemáticas abordadas no estágio. Inicia-se com uma breve explicação sobre a importância da família enquanto agente de socialização e promotora do desenvolvimento da criança e jovem. Mostrar-se-á, ainda, que a família pode colocar em risco e/ou perigo as crianças e os jovens quando as suas funções não são cumpridas. Assim, serão igualmente analisados os conceitos de risco e perigo, bem como as medidas de promoção e proteção existentes, mencionando os seus objetivos e as categorias em que estas estão agrupadas. Dentro destas medidas, será dado um especial destaque às casas de acolhimento residencial.

### 1.1. A importância da família enquanto agente de socialização

Do ponto de vista jurídico-legal, a família é considerada como um direito fundamental da criança (Unicef, 1989). Esta é responsável pela transmissão das crenças, valores, costumes, sendo a base da sua formação como indivíduos por via da socialização que marca o comportamento dos mesmos na sociedade (Gomes, 1994), desempenhando desta forma a função de reprodução social (White & Klein, 2007).

A família pode ser definida como um grupo social caracterizado por relações intergeracionais, onde existem vínculos baseados na afetividade, na intimidade e na valorização dessas relações intergeracionais (Gonçalves Zappe & Dalbosco Dell’Aglia, 2016).

A família exerce também uma função de socialização e educativa primordial no decorrer do desenvolvimento das crianças e dos jovens, fomentadora de autonomia e de uma integração social apropriada (Gomes, 2010). Exerce, ainda, funções fundamentais que englobam a dimensão biológica (assegurar a sobrevivência da espécie), psicológica (criar bases para a existência de suporte e afeto num ambiente favorável à aprendizagem e conseqüentemente ao amadurecimento) e social (preparar as crianças e os jovens para o exercício correto da cidadania e transmitir cultura) (Gonçalves Zappe & Dalbosco Dell’Aglia, 2016).

Segundo Henriques *et al* (2015), é na

“família que se adquirem e estruturam as atitudes, crenças, valores, hábitos, estilos de vida determinantes para a forma como as crianças e os jovens se desenvolvem e se relacionam com a realidade”, deste modo é importante incutir nos pais ou seus substitutos a responsabilidade de se questionarem sobre as suas próprias atitudes e

como os seus comportamentos podem influenciar, positiva ou negativamente, os comportamentos dos filhos” (2015, p.8).

De acordo com o n.º 1 do artigo 67.º da Constituição da República Portuguesa, a família é considerada como sendo um “elemento fundamental da sociedade”. Deste modo, e consoante o n.º 5 do artigo 36.º da mesma Constituição, “Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos” e ainda no n.º 6 “Os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.” (Constituição da República Portuguesa, 2005).

No preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989, p.3), a família surge como “elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros e, em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade”. Reconhece ainda que “a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão”.

Porém, mesmo sendo a família a base do desenvolvimento da criança e jovem, nem sempre tem a capacidade para o fazer e, por isso, existem leis que regulam o processo de intervenção caso haja a possibilidade de a família estar a colocar a criança em perigo (Guerreiro, 2011).

## **1.2. Risco e Perigo**

Quando a família não cria as condições necessárias para que criança permaneça no seu seio, colocando-a em perigo, esta tem o direito de ser protegida do perigo em que se encontra e de ser acolhida numa instituição de acolhimento, onde obtenha a possibilidade de receber a resposta adequada às suas necessidades e um ambiente seguro e estável (Gomes, 2010).

Assim sendo, de acordo com a Lei n.º 147/99<sup>1</sup>, de 01 de setembro, artigo 3.º (Legitimidade da Intervenção), n.º 2, uma criança ou jovem é considerada em perigo quando:

- “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;

---

<sup>1</sup> A Lei n.º 147/99 foi atualizada em 2015 pela Lei n.º 142/15. Esta atualização faz alterações no que concerne às modalidades de acolhimento e deste modo, à diferenciação que existia entre as instituições (Delgado, P. & Gersão, E., 2018).

- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (Lei nº147/99 de 1 de setembro, com alterações impostas pela Lei n.º 26/2018, de 05 de julho).

No entanto, a criança pode não estar a correr um perigo iminente, mas sim um potencial perigo para a efetivação dos direitos da criança, ou seja, são situações de risco nos domínios da segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento. Assim, segundo Carvalho (2015), as características biológicas e/ou enquadramento sociofamiliar são apontados como potenciais fatores para considerar que uma criança/jovem está em situação de risco, tendo maior probabilidade de ser posta em causa a satisfação das suas necessidades, bem como do seu processo de desenvolvimento. As crianças consideradas em situação de risco são aquelas que geralmente pertencem a famílias carenciadas ou destruídas, isto é, que são caracterizadas pela sua instabilidade social, pela falta de segurança e pela escassez de recursos económicos básicos, o que leva a que as crianças, a cargo destas famílias, não tenham acesso aos cuidados básicos adequados (Carvalho, 2015).

### **1.3. Medidas de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**

Quando surge a possibilidade da criança e/ou jovem se encontrar em perigo, existem medidas de promoção e proteção dos seus direitos que visam afastá-la/o do perigo em que se encontra, proporcionando-lhe condições que permitam proteger e promover a sua saúde, educação, segurança, desenvolvimento e formação (Guerreiro, 2011), bem como proporcionar uma recuperação quer psicológica, quer física daqueles que estiveram expostos a qualquer forma de abuso e exploração (Artigo 34.º da LPCJP, com a alteração prevista na Lei n.º 23/2017, de 23 de maio).

De acordo com o artigo 38.º da LPCJP, compete às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e aos Tribunais a aplicação das medidas que promovem os direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo. Por sua vez, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo intervêm quando as outras instâncias não conseguem colocar fim à situação de perigo

que a criança ou jovem se encontra e, implica o consentimento dos pais e a não oposição das crianças que tenham mais de 12 anos (Gomes, 2010).

Estas medidas são agrupadas em duas categorias: medidas executadas em meio natural de vida (apoio juntos dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida); e, medidas de colocação (acolhimento familiar e o acolhimento em instituição). Há uma outra medida que encaixa nos dois modelos em fases distintas: confiança a pessoa selecionada para a adoção (meio natural de vida), a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção (colocação) (Guerreiro, 2011).

As medidas de colocação estão enquadradas legalmente pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que as define como a

“colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (Artigo 49º, LPCJP).

As instituições que acolhem crianças e jovens em perigo podem ser cooperativas ou públicas, privadas ou sociais e funcionam a regime aberto, ou seja, os pais podem visitar a criança ou jovem, de acordo com as regras e os horários da instituição, salvo decisão contrária do tribunal.

O Sistema Nacional de Acolhimento, tal como é referido por Alves (2007, p.75), “é constituído pelo conjunto de respostas de acolhimento do Estado e da sociedade civil (Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades) dirigidas às crianças e jovens em situação de perigo”. A medida de acolhimento institucional destina-se a crianças e jovens que, temporariamente ou definitivamente, não podem permanecer no seio da sua família de origem, uma vez que esta não lhes garante condições, pelo menos imediatas, para o seu acolhimento e educação (Alves, 2007) e é constituída por três tipos de resposta de acordo com as necessidades de intervenção: o acolhimento em Unidade de Emergência, o acolhimento temporário em Centro de Acolhimento Temporário e o acolhimento prolongado em Lar de Infância e Juventude.

A Unidade de Emergência destina-se a crianças e jovens que, por se encontrarem em situação de perigo muito grave no início da intervenção não podem permanecer junto da família. Esta Unidade disponibiliza camas permanentemente em CAT ou em Lar para acolher estas

crianças a qualquer momento e por um período máximo de 48 horas. Posteriormente o encaminhamento poderá consistir no regresso à família ou no acolhimento em CAT ou em Lar, consoante as especificidades de cada caso.

O Centro de Acolhimento Temporário permite o acolhimento por um período que não deve ultrapassar os seis meses de permanência. Esta resposta é adequada quando “a natureza e a gravidade da situação ponha em causa a sua [*das crianças e jovens*]<sup>2</sup> segurança, saúde, formação ou desenvolvimento; o contexto sociofamiliar em que se encontram não permita a realização do diagnóstico objetivo da sua situação e a planificação da intervenção mais adequada” (Alves, 2007, p.77). Nestes centros garantem-se os cuidados básicos e é realizado, por uma equipa técnica multidisciplinar, o diagnóstico da situação da criança/jovem, com o objetivo de definir a solução mais adequada.

Os Lares de Infância e Juventude (LIJ) são uma resposta social que se destina a crianças e jovens dos 0 aos 21 anos, sendo possível que o acolhimento se prolongue até aos 25 anos quando a defesa do superior interesse do jovem assim o exija, de acordo com a alteração prevista na Lei n.º 23/2017, de 23 de maio<sup>3</sup>.

Este tipo de resposta é de carácter prolongado e destinado para situações de perigo que sejam consideradas complexas e que coloquem em causa a integridade da criança ou jovem sendo, por isso, previsto um acolhimento de longa duração (Sousa, 2015). Este tipo de resposta visa proporcionar condições de vida o mais aproximadas possível das condições de vida familiar, sendo os seus objetivos “satisfazer todas as necessidades básicas da criança/jovem; promover a sua reintegração na família e na comunidade; contribuir para a sua valorização pessoal, social e profissional” (Alves, 2007, p.75).

#### **1.4. Casa de Acolhimento Residencial**

A Lei nº147/99 distinguia o acolhimento de “curta duração” do “longa duração” consoante a duração do acolhimento, diferenciando as instituições conforme a modalidade de acolhimento, existindo assim as “casas de acolhimento temporário” e os “lares de infância e juventude” (Delgado, P. & Gersão, E., 2018). Esta diferenciação desaparece com a Lei nº142/2015, denominando as instituições de acolhimento como casas de acolhimento (art. 50.º, n.º 1). Este artigo também refere que estas se podem organizar por unidades especializadas,

---

<sup>2</sup> Texto da autora.

<sup>3</sup> Norma em acordo com o estabelecido na Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, que corresponde à terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

nomeadamente, as casas direcionadas para dar resposta em situações de emergência, as casas direcionadas para dar resposta a problemáticas específicas e os apartamentos de autonomização.

Com esta atualização surge uma nova denominação “título cautelar”, anterior “acolhimento provisório” e, portanto, sempre que as unidades especializadas não existam, as crianças e os jovens, seja qual for o propósito do acolhimento, são acolhidas em casas generalistas nas situações de emergência ou durante o período de diagnóstico da situação da criança ou jovem, independentemente do tempo que for previsto do acolhimento (Delgado, P. & Gersão, E., 2018).

Um dos pontos considerados positivos desta lei é o acrescento de dois novos direitos das crianças e jovens em acolhimento. Um deles refere que a criança ou jovem deve ser, sempre que possível, acolhido numa casa de acolhimento que seja próxima do seu contexto familiar de origem e o outro diz respeito à não separação de outros irmãos acolhidos, exceto se o superior interesse da criança o contraindicar, tal como refere o art. 58.º, alínea i) e j).

As comissões de proteção concentram-se sobretudo, em duas medidas, o apoio junto dos pais e o acolhimento institucional, existindo uma aplicação muito inferior das restantes medidas legalmente previstas como o acolhimento junto de outro familiar. Deste modo, e como já foi referido anteriormente, o acolhimento institucional torna-se uma opção quando a medida de apoio juntos dos pais falha (Delgado, P. & Gersão, E., 2018).

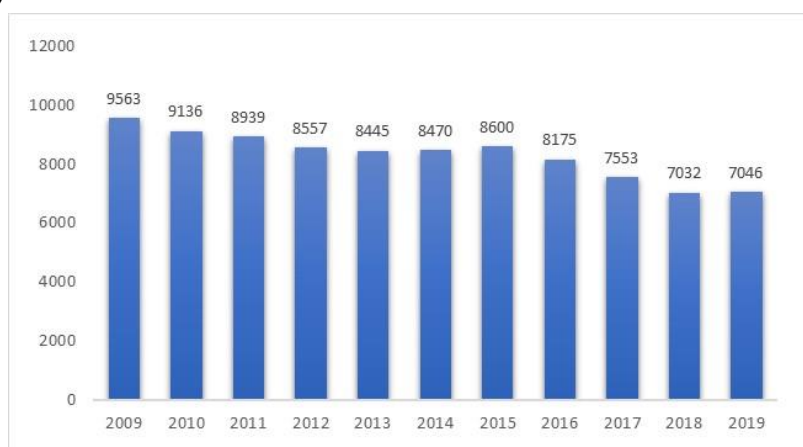
Esta tradição da institucionalização tentou ser revertida através da Lei n.º 147/99. No entanto, fracassou devido à canalização dos recursos financeiros disponíveis para o funcionamento das instituições, em vez de ser aplicados às restantes medidas legalmente previstas. Ou seja, foi introduzida uma nova lei, no entanto, não foram alteradas as práticas existentes. A revisão de 2015 pode e deve contribuir para esta mudança. Contudo, não basta legislar, é necessário que exista uma articulação entre a legislação e as práticas que existem para que a mudança realmente aconteça (Delgado, P. & Gersão, E., 2018). Esta revisão constitui, assim, uma alteração significativa relativamente aos pressupostos do acolhimento familiar, priorizando esta medida sobre o acolhimento residencial, principalmente no caso das crianças com menos de 6 anos. Para que o acolhimento familiar seja bem-sucedido, é imperioso modificar, de forma gradual, o mapa existente das casas de acolhimento, quer quanto à sua dimensão, quer quanto ao número de casas existentes (Delgado, P. & Gersão, E., 2018). Pretende-se, deste modo, proporcionar às crianças condições de vida o mais próximo possível da vida familiar (Alves, 2007).

Por forma a promover estruturas de vida semelhantes às que existem na estrutura familiar, os LIJ devem funcionar em regime aberto e organizado em unidades com elementos

suficientes que permitam a existência de uma relação afetiva favorável de tipo familiar e uma rotina diária individualizada e personalizada. (Instituto da Segurança Social, 2011).

Com base na abordagem de Dell Vale & Fuertes (2000), Gomes (2010) identifica os seguintes princípios fundamentais para a promoção de um acolhimento institucional de qualidade: o princípio pela *individualidade* de cada criança, promovendo a esperança em cada criança e jovem acolhido; o princípio do *respeito* pelos seus direitos e pelos direitos da sua família, conquistando deste modo a sua confiança; o princípio da *escolarização* e das *alternativas educativas*, dando o espaço necessário para que as crianças e os jovens possam pensar e decidir; o princípio da *adequada satisfação das necessidades básicas* de cada criança, mostrando às crianças e jovens a crença na suas capacidades; o princípio dos *cuidados de saúde*, promovendo um ambiente que seja terapêutico; o princípio da *integração social*, estimulando o espírito de pertença; o princípio da *preparação para a autonomia*, inculcando a segurança necessária para que sejam capazes de tomar as suas próprias decisões; o princípio do *apoio às famílias*, respeitando a unicidade de cada família; o princípio da *segurança* e da *proteção*, garantindo a estabilidade e proteção das crianças e dos jovens; o princípio do *projeto de vida*, permitindo que as crianças e os jovens acreditem no futuro; e o princípio do respeito do *direito à participação*, dotando as crianças de conhecimentos que lhes permita tomar decisões de forma refletida e uma participação ativa na definição do seu projeto de vida.

**Gráfico 1.** *Evolução do número de crianças e jovens em situação de acolhimento, em Portugal, entre 2009 e 2019 (nº)*



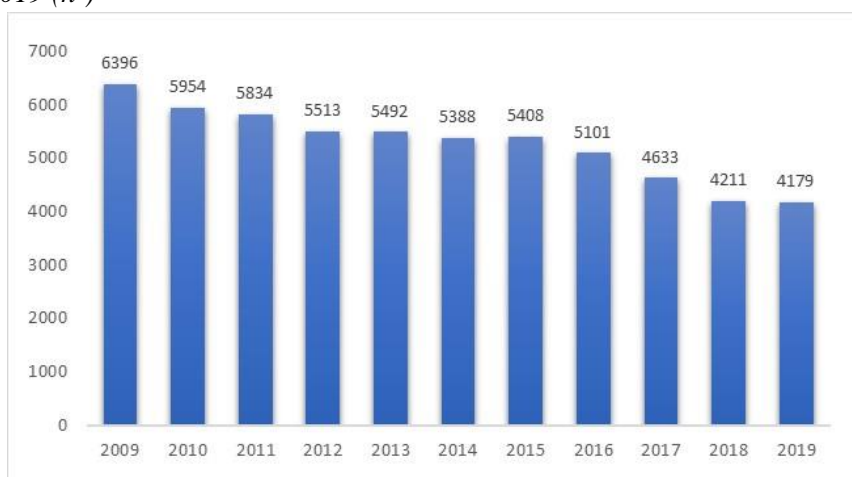
**Fonte:** Construção própria a partir dos dados do *Relatório Casa 2019*.

Em Portugal, o número de crianças e jovens às quais se aplica a medida de acolhimento tem vindo a diminuir, mas permanece elevado. De acordo com os dados recolhidos no relatório CASA 2019 e que figuram no gráfico 1, encontravam-se, em 2019, em situação de acolhimento

7.046 crianças e jovens. Pode salientar-se, ainda, como aspeto positivo, a diminuição progressiva de crianças e jovens em situação de acolhimento, tendo sofrido um crescimento de -26,3% no espaço de 10 anos.

Embora, em teoria, se privilegie a permanência das crianças no meio natural de vida, a realidade mostra que uma parte muito considerável das crianças e jovens em risco e em perigo são institucionalizadas na sequência da retirada à família, particularmente em Lares de Infância e Juventude. Como se pode constatar pelo gráfico 2, embora haja uma tendência de decréscimo desde 2009, em 2019 estavam, em Lares de Infância e Juventude, 4179 crianças e jovens, o que representa cerca de 60% do total de crianças e jovens em situação de acolhimento.

**Gráfico 2.** *Evolução do número de crianças e jovens em Lares de Infância e Juventude, em Portugal, entre 2009 e 2019 (nº)*

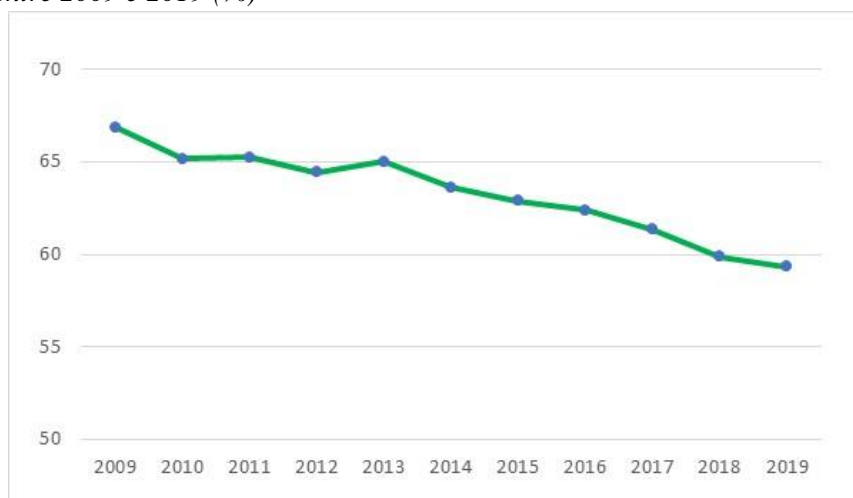


**Fonte:** Construção própria a partir dos dados do *Relatório Casa 2019*.

Aliás, se se tiver em consideração o peso das crianças e jovens em LIJ desde 2009, verifica-se que a redução, em 10 anos, não foi muito acentuada: de 67% em 2009 passou para 59% em 2019 (cf. gráfico 3).

Quanto à faixa etária, os jovens com idades superiores a 12 anos, ou seja, no período da adolescência, constituem a maioria das crianças e jovens acolhidos em LIJ, consistindo em 83% do total de acolhidos em 2019. Desta fração da população, destaca-se o grupo etário 15-17 anos, correspondendo a 41,8% da população, seguido do escalão etário dos 12-14 anos com 21,2% e do grupo etário dos 18-20 anos com 16,4% (DDS, 2020).

**Gráfico 3.** *Peso das crianças e jovens em LIJ no total de crianças e jovens em situação de acolhimento, em Portugal, entre 2009 e 2019 (%)*



**Fonte:** Construção própria a partir dos dados do *Relatório Casa 2019*.

O acolhimento institucional é uma medida de último recurso devendo, por isso, ser aplicada apenas nos casos mais graves quando todas as outras medidas se revelaram ineficazes. Tem como princípios básicos de intervenção e funcionamento a proteção, estabilidade, confiança, inclusão, segurança, solidariedade, responsabilidade e autonomia, não devendo ser aplicada de modo a colmatar uma inadequação da família, mas de modo a promover a oportunidade de proporcionar ganhos que sejam efetivos tanto para a criança ou jovem como para a sua família (Carvalho & Cruz, 2015).

As situações de perigo que podem levar à institucionalização das crianças e dos jovens agrupam-se em cinco grupos: mau trato físico, situações de negligência, situações de mau trato psicológico, abuso sexual e outras situações. Registaram-se, em 2019, 16304 situações de perigo que não correspondem a um igual número de crianças, uma vez que cada criança pode registar mais do que uma situação de perigo. Daqueles grupos mantém-se o destaque para as situações de negligência que representam 70,9% das 16304 de situações de perigo apuradas. Com significado estatístico bastante menor, surge o grupo de “outras situações” que representa 12,7% dos casos, destacando-se a “ausência temporária de suporte familiar”, os “comportamentos desviantes” e o “abandono”. Com uma percentagem de 10%, surgem as situações de mau trato psicológico e com valores bastante menos relevantes encontram-se o mau trato físico e o abuso sexual, 3,8% e 2,4%, respetivamente (DDS, 2019).

A institucionalização de crianças e jovens é considerada um processo ambivalente. Por um lado, é considerada como uma medida que visa afastar a criança/jovem do perigo em que se encontra, tendo um papel fundamental na satisfação das suas necessidades básicas. No entanto, pode tornar-se numa medida de proteção que expõe a criança/jovem a outros riscos

com implicação no seu desenvolvimento, como por exemplo, a dificuldade em desenvolver relações de proximidade com o outro, problemas de confiança (auto e hétero) e confusão quanto à identidade familiar (Sousa, 2015).

A ambivalência da institucionalização é referida por vários autores, nomeadamente, Gabatz, Padoin, Neves & Terra (2010) que realçam que a institucionalização é vivenciada pelas crianças e jovens com sentimentos fortes de ambivalência, dividindo-se entre sentimentos positivos e negativos no que concerne aos vínculos parentais e à sua situação de sofrimento. Por conseguinte, quando esta é afastada do seu meio familiar para uma instituição onde tem de conviver com pessoas que lhe são estranhas e onde recebe um tratamento coletivo, produzem-se sentimentos de ansiedade pela separação da sua família e de abandono afetivo e emocional.

O estudo realizado por Carvalho & Manita (2010) sobre as perceções e os significados de crianças relativamente ao acolhimento institucional, que abrangeu nove crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos do sexo masculino acolhidas numa Casa de Acolhimento na zona do Porto, permitiu concluir que as crianças acolhidas vivenciaram de forma negativa a experiência da entrada da instituição. Esta experiência foi marcada por sentimentos de insegurança, tristeza e medo decorrentes do afastamento da família e dos amigos. Este estudo também revelou que, após o período de adaptação, a instituição passa a ser encarada de forma positiva, conferindo às crianças um sentimento de segurança e de estabilidade enquanto os problemas que motivaram o seu acolhimento são resolvidos. Apesar de procurarem ver a instituição como um lar, as diferenças entre as suas casas e a instituição são notórias, pelo número de acolhidos a viver juntos, pelo contexto físico da instituição, pelas relações desenvolvidas que, mesmo sendo percecionadas como positivas, não têm a mesma qualidade. Deste modo, uma instituição pode não conseguir substituir uma família, no entanto, é preferível a qualquer registo de vida considerado inadequado para a criança (Carvalho & Manita, 2010).

#### *1.4.1. Preparação para a autonomia em contexto institucional*

O conceito de autonomia, de origem grega, centra-se nas noções de liberdade, independência e autossuficiência, e na capacidade de um indivíduo de tomar decisões sobre a sua própria vida. Tal como refere Pappámikail (2010, p. 406) a autonomia está associada à tríade “construção da autonomia, conquista da liberdade e aquisição de independência”.

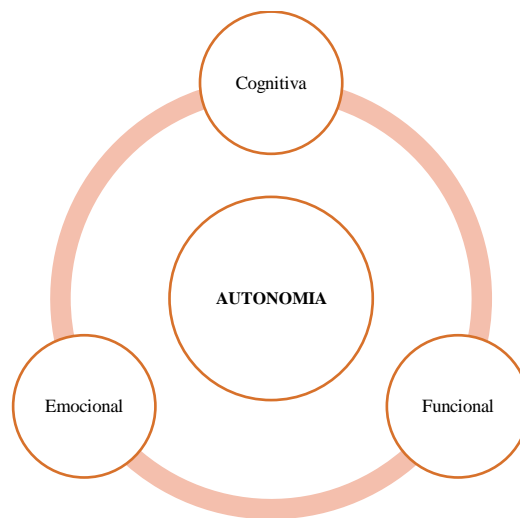
Embora os conceitos de autonomia, independência e liberdade estejam associados ao conceito de emancipação, estes não são sinónimos, não podendo por isso ser considerados equivalentes. No entanto, os conceitos de independência e liberdade devem ser considerados como condições favoráveis para a construção da autonomia. Na verdade, a independência diz

respeito aos recursos materiais, financeiros e simbólicos, que permitem ao jovem expressar a sua autonomia pelo meio de ações; e a liberdade reporta para a capacidade que o jovem tem em agir sem constrangimentos e o poder e os recursos para concretizar as intenções que motivam as ações (Pappámikail, 2013).

Gomes (2010) diferencia ainda o conceito de autonomia e autonomização. A autora define autonomia como “a capacidade para assumir a responsabilidade individual pelos mesmos assuntos e opções próprias. Não se refere apenas ao nível económico e físico, mas também à afetividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias” (2010, p.196), responsabilidade essa ao nível afetivo, físico, económico, ao nível da capacidade de assumir os valores e decisões próprias. Quanto à autonomização, refere a autora que se trata do “período final da intervenção sobre autonomia, que visa a reflexão e o desenvolvimento de estratégias, tendo em vista a saída do jovem do LIJ e a sua conseqüente plena autonomia de vida” (*idem, ibidem*).

Segundo estudos desenvolvidos por Noom, Dekovic e Meeus (2001), a autonomia é uma noção tridimensional, na medida em que pode ser definida através de três dimensões: a dimensão cognitiva, a emocional e a funcional (cf. Figura 1).

**Figura 1.** Tridimensionalidade do conceito de autonomia



**Fonte:** Noom, Dekovic & Meeus, 2001.

A autonomia cognitiva é caracterizada pela percepção que os indivíduos têm relativamente ao que pretendem fazer com a sua vida, ou seja, capacidade de escolha e definição de objetivos. A autonomia emocional está relacionada com a confiança que o indivíduo possui na definição de objetivos e nas decisões que toma, bem como a consideração que tem pelas

opiniões das pessoas mais próximas, tanto familiares como pares. Por último, a autonomia funcional reporta às estratégias que o indivíduo tem a capacidade de definir que lhe permitam alcançar os objetivos traçados (Noom, Dekovic & Meeus, 2001). Deste modo, a autonomia depende, não apenas das características do indivíduo, mas também do contexto social onde este se insere (Sousa, 2015).

A transição para a vida adulta é vivenciada por todos os jovens como um acontecimento importante. No entanto, por ser um acontecimento que acarreta muitas mudanças, pode ser experienciado com sentimentos de insegurança, medo e receio de não ser capaz de se tornar autónomo. Os jovens que vivem num ambiente familiar estável, com suporte familiar e parental, fazem uma transição para a vida adulta com mais conhecimentos, mais conscientes e com maior segurança (Sousa, 2015), pois esse suporte é fundamental para a criação de o sentido de que se é capaz. No entanto, é necessário ter em consideração que muitos dos jovens acolhidos não poderão contar com o suporte familiar após a saída do lar, pelo que as competências que forem adquiridas durante o seu acolhimento serão fundamentais para que estes concretizem uma autonomia de sucesso (Gomes, 2010).

É também de notar que as situações vivenciadas em criança têm repercussões no seu desenvolvimento social, comportamental, emocional e cognitivo e podem projetar-se no futuro. Ora, sendo a saída da instituição um momento de separação e de rutura, podem reavivar-se momentos vivenciados em criança, com impacto negativo no desenvolvimento da segurança pessoal necessária para enfrentar os desafios impostos pela autonomização. É esperado que um adulto estabeleça relações saudáveis e estáveis, que tenha a capacidade de planear a sua vida a longo prazo e que saiba fazer um balanço entre as componentes cognitivas e emocionais. No entanto, muitos dos jovens que estão acolhidos não têm referências positivas da sua infância que lhes permitam ter modelos de adultos com estas características (Carvalho & Cruz, 2015).

**Figura 2.** *Competências ao nível da autonomia relacional/pessoal e competências ao nível da autonomia funcional*

### Competências ao nível da autonomia relacional/pessoal

- Aquisição de capacidades referentes à autoestima, ao autoconceito, à gestão de emoções, à autoconfiança e à capacidade de resolver problemas;
- Aquisição de aptidões de responsabilidade quanto às suas decisões e ações.

### Competências ao nível da autonomia funcional

- Aquisição de competências indispensáveis para uma vida independente (ex. capacidade de cozinhar, de saber gerir o seu dinheiro, de organizar espaços, de gestão doméstica, de procura de informação e recursos pertinentes e de saber usar os vários serviços dos quais a comunidade dispõe)

**Fonte:** Elaborado a partir dos contributos de Sousa, 2015.

A transição para a vida adulta é um processo complexo, produtor de transformações no indivíduo e que carece de uma preparação prévia. No caso dos jovens institucionalizados, uma parte deles vivenciou situações perturbadoras, com impacto no desenvolvimento de competências para a vida, que influenciam de forma negativa esta caminhada. A aquisição de competências para a autonomia de vida deve, pois, ser iniciada o mais precocemente possível. No entanto, nem sempre é possível desenvolver e promover a autonomia precocemente, sendo esta trabalhada apenas na adolescência, fase da vida em que se torna efetivamente pertinente dada a proximidade da saída da instituição. Para que esse trabalho seja eficaz, é necessário que a intervenção realizada com os jovens seja socio-afetiva e comportamental, através da demonstração e da experimentação. Deste modo, o processo de treino de competências direciona-nos para dois campos de trabalho: as competências ao nível da autonomia relacional/pessoal e competências ao nível da autonomia funcional (cf. Figura 2).

Sendo o acolhimento em lar transitório até que seja encontrada uma situação mais estável, é necessário que a intervenção seja realizada de acordo com as competências do jovem, identificando as que necessitam de ser desenvolvidas de forma a que consigam atingir os seus objetivos. Nesse sentido, torna-se importante permitir que a criança ou jovem vá assumindo responsabilidades ao longo do seu crescimento de acordo com o seu nível etário e as suas capacidades, potenciando e otimizando o seu processo de crescimento e autonomia, a sua capacidade de tomar decisões individualmente e conscientemente e a sua capacidade de resolver problemas, por forma a conduzir a uma autonomia plena e sustentada (Gomes, 2010). Deste modo, as atividades realizadas no seio da instituição constituem uma ferramenta essencial para a sua futura integração socioprofissional, sendo uma vantagem para os jovens que estão acolhidos, pois são atividades que não são facilmente realizadas na sua comunidade de origem.

Além disso, para a qualidade das atividades, é de extrema importância que estas sejam planejadas de acordo com as necessidades específicas que cada criança ou jovem tem (Carvalho & Cruz, 2015).

No treino das competências para autonomia de vida realizado pelas casas de acolhimento existem barreiras que podem tornar mais difícil, ou até mesmo impossibilitar, o alcance pleno desta intervenção, devido a fatores, quer da própria instituição, quer do público-alvo. Nos constrangimentos institucionais, é possível destacar a forma como algumas instituições intervêm na promoção do treino de competências para a autonomia de vida dos jovens, pois é muito mais fácil vestir uma criança de três anos do que lhe ensinar onde está a roupa e como se deve vestir, sendo uma tarefa mais prática de concretizar e mais rápida para o adulto responsável. Relativamente às barreiras do público-alvo, é possível de assinalar a vivência de violência, o défice de competências sociais, e as experiências negativas de separação que as crianças e os jovens sofreram (Sousa, 2015).

## **2. Metodologia da investigação e intervenção**

Neste capítulo aborda-se o processo de integração no contexto de estágio e explicitam-se os principais procedimentos adotados para a recolha de dados. Explicam-se, ainda os procedimentos de intervenção e instrumentos utilizados para a avaliação das atividades desenvolvidas. Referem-se, igualmente, os pressupostos éticos que nortearam o trabalho de estágio.

### **2.1. Integração no contexto de estágio**

Antes do início formal do estágio, foi realizado um contacto prévio com a Direção do Lar de modo a que fosse possível realizar alguma atividade de voluntariado que permitisse conhecer um pouco das dinâmicas da instituição e, sobretudo, as jovens com as quais se iria desenvolver o trabalho. No total foram passados 4 dias na instituição, sendo que um deles foi mais centrado na análise dos documentos institucionais, como o plano e o relatório de atividades, o regulamento interno e um dos processos individuais.

O estágio teve a duração de 450 horas, tendo começado no 1 de outubro de 2019 e terminado no dia 31 de janeiro de 2020. Nortearam o trabalho desenvolvido os seguintes objetivos:

- a) Contribuir para a recolha, tratamento e análise de informação que permita a construção de diagnósticos psicossociais aprofundados e teoricamente sustentados das jovens;
- b) Perceber o impacto da institucionalização na vida das jovens acolhidas, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências para uma vida autónoma e independente;
- c) Conhecer a perceção das jovens acolhidas quanto ao processo de autonomização e desafios que o mesmo acarreta;
- d) Perceber o papel dos profissionais na promoção da autonomia dos jovens, bem como identificar os constrangimentos por eles sentidos na promoção da autonomia dos jovens;
- e) Desenvolver atividades junto das jovens com vista ao desenvolvimento de competências para a vida essenciais na transição para o processo de autonomização;
- f) Promover do bem-estar individual e a autoestima das jovens;
- g) Contribuir para o eficaz funcionamento das respostas sociais da instituição através de uma intervenção norteada pelo profissionalismo.

As duas primeiras semanas foram centradas na análise de documentos institucionais de modo a melhor conhecer o funcionamento da instituição. Durante estas primeiras semanas foi possível tomar conhecimento sobre um conjunto de regras: horários (de deitar, de estudo, das atividades extracurriculares, de atendimento da psicóloga, das refeições), utilização do telemóvel (quem tem autorização para ter o telemóvel permanentemente, quem tem autorização para levar o telemóvel para a escola e quem tem autorização para levar o telemóvel aos fins-de-semana), datas dos aniversários e quem vai a casa no fim-de-semana. Todas estas informações estão disponíveis num quadro na sala onde as equipas se reúnem. Neste período também foi possível ir tomando conhecimento das histórias de vida destas jovens através da análise dos processos individuais, bem como ir experienciando as dinâmicas existentes durante as atividades extracurriculares e os horários do estudo (acompanhando as jovens) e os períodos das refeições (almoço, lanche e jantar).

Nas primeiras semanas de estágio, e aproveitando o facto de as jovens terem a quarta-feira à tarde livre, foram realizadas algumas atividades não contempladas inicialmente no plano de trabalho com o intuito de criar uma relação com as mesmas. Estas atividades permitiram conhecer um pouco melhor as suas personalidades e vivências.

Ao tomar conhecimento das idades das jovens acolhidas durante o período de voluntariado, iniciei um processo de reflexão sobre como criar uma relação com elas mantendo ao mesmo tempo um certo distanciamento quando as nossas idades são próximas. Para além da proximidade de idades, colocava-se uma outra questão relacionada com a temática em análise: “Como trabalhar as questões da autonomia, com jovens dos 16 aos 23 anos, garantindo o respeito e a assertividade necessários para a sua realização?”.

Por conseguinte, com as jovens a partir dos 19 anos, com quem a criação de uma relação poderia ser mais desafiante, comecei por interagir com elas muito lentamente, sem impor a minha presença de modo a que fosse bem-vinda, tentando criar uma relação baseada no respeito e no distanciamento estritamente necessários para a realização do projeto. Este processo de criação e manutenção da relação com as jovens mais velhas foi um processo lento e contínuo, estando presente desde o início até ao final do estágio. Manter o distanciamento nem sempre foi fácil porque, tal como elas se identificaram comigo, também o contrário aconteceu, tornando-se assim um desafio diário. Sem dúvida que a proximidade à idade de algumas das jovens foi um dos maiores desafios: se, por um lado, pode ser uma vantagem pois existe uma facilidade nos processos de comunicação, por outro lado, ter uma idade aproximada ou mesmo a mesma idade requer um trabalho maior na construção de uma relação que balanceie de forma

equilibrada o distanciamento necessário à objetividade e a proximidade necessária à confiança, mas sem que isso significasse que fosse olhada como um par.

Sobre a relação com os profissionais, desde o primeiro dia que estes foram muito prestáveis, colocando-se à disposição para ajudar no que fosse necessário e dando sempre contributos muito construtivos quanto ao trabalho desenvolvido.

## **2.2. Procedimentos adotados para a recolha e tratamento de dados**

Para a realização do diagnóstico e para proceder à avaliação das intervenções realizadas, é fundamental a recolha de dados. O recurso a estratégias que combinam diferentes processos de recolha de dados revelam-se os mais ajustados para captar a multidimensionalidade da realidade e dos problemas.

### *2.2.1. A observação participante*

O trabalho realizado durante as 450 horas de estágio representou a permanência na instituição durante 30 horas semanais, implicando um processo de observação participante.

Enquanto na observação simples, o investigador é um mero espetador, observando apenas o grupo que pretende estudar, sem qualquer intervenção, na observação participante o investigador tem um papel ativo no grupo, integrando-se como membro.

Assim, embora o primeiro tipo de observação permita recolher dados pertinentes para a compreensão dos problemas em análise e, desse modo, contribuir para a construção de soluções, é uma estratégia que obriga a uma delimitação muito específica do que se pretende observar e, por isso, é necessário clarificar previamente, os itens que se consideram relevantes para a observação. Outro problema que se coloca é que o investigador necessita conhecer muito bem a cultura do grupo antes de ir para o terreno de modo a evitar análises subjetivas da realidade com a qual se vai deparar (Gil, 2008). Já a observação participante permite ao investigador ter acesso a informação sobre o grupo específico em pesquisa como costumes, hábitos, tradições, rotinas, entre outros aspetos, bem como a informação que o grupo considera de domínio privado. No caso concreto do trabalho que aqui se apresenta, o recurso à observação participante permitiu conhecer o modo de organização e funcionamento da instituição, bem como o trabalho que é desenvolvido quanto à promoção do desenvolvimento de competências para a vida e promoção da autonomização, percursos de vida das jovens institucionalizadas e os anseios que estas sentem quanto ao seu percurso pessoal e socioprofissional. Para além do trabalho de

proximidade com as jovens institucionalizadas, a observação participante permitiu ainda acompanhar de perto o trabalho desenvolvido pelos técnicos. Deste modo, foi possível observar e conhecer o trabalho que é realizado com as jovens, os constrangimentos sentidos quanto às atividades desenvolvidas que promovem o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, bem como perceber qual é o papel do trabalho em parceria com as outras instituições locais (públicas e/ou privadas).

Uma das estratégias de registo de informação privilegiadas na observação participante é a elaboração de um diário de campo. A elaboração das notas de campo foi muito importante durante o processo de estágio, na medida em que garantiu um registo diário das atividades desenvolvidas com as respetivas reflexões teóricas e observações pessoais sobre o que a investigadora sentia e pensava nas diferentes situações. O recurso à observação participante com conhecimento, por parte dos diferentes atores do contexto, do papel desempenhado pela investigadora facilitou o uso de diferentes técnicas de recolha de informação como, por exemplo, a pesquisa documental ou as entrevistas, que serão abordadas no próximo ponto.

### *2.2.2. A análise documental*

Para além da recolha de dados primários, os investigadores podem usar todo um conjunto de documentos que pré-existem à sua pesquisa e que podem ser extremamente úteis para a investigação: o recurso às fontes documentais. Estas fontes documentais podem ser escritas e não escritas. No caso específico das fontes escritas, podem ser usados documentos oficiais (num sentido mais alargado), como por exemplo: relatórios e planos de atividades das instituições, atas de reuniões, processos individuais de utentes, estatutos, regulamentos internos, entre outros (Gil, 2008; Saint-Georges, 1997). No âmbito do trabalho realizado foram, então, explorados documentos oficiais da instituição como os processos individuais das jovens, os regulamentos, os planos e os relatórios de atividades e os estatutos. A análise destes documentos permitiu um melhor conhecimento da instituição e do seu funcionamento, bem como do percurso de vida de cada jovem acolhida. O estágio permitiu confrontar as informações escritas com a observação concreta dos modos de organização e funcionamento, assim como das atitudes e comportamentos das jovens acolhidas e dos diversos profissionais.

Para além destes documentos, recorreu-se, ainda, a estatísticas oficiais para proceder ao enquadramento do fenómeno em análise.

### 2.2.3. *Entrevista semiestruturada*

A entrevista pode ser definida como uma técnica que se caracteriza pelo diálogo, no quadro de uma relação assimétrica, entre o investigador e o investigado. O primeiro, através da formulação de perguntas, procura obter, do segundo, os dados relevantes para a investigação. É uma técnica que permite a aquisição de informação em profundidade sobre o comportamento humano, sobre as atitudes, as crenças, os desejos do grupo investigado (Gil, 2008).

As entrevistas podem ter diferentes graus de estruturação, de acordo com os objetivos que se pretende atingir com as mesmas: não estruturada, semiestruturada e estruturada. Neste caso concreto, optou-se pela entrevista semiestruturada por ser aquela que, partindo de um guião de temas flexível, permite introduzir novas temáticas em função do perfil de cada entrevistado. Foram realizadas entrevistas às jovens institucionalizadas e aos profissionais (equipa técnica).

Relativamente às jovens<sup>4</sup>, a entrevista tinha como objetivo conhecer a realidade das mesmas no Lar, o que pensam sobre o processo de autonomização e de que modo é que o mesmo é trabalhado na instituição, particularmente qual a sua perceção sobre as atividades desenvolvidas na instituição para a promoção de competências para a autonomia de vida e que atividades consideravam pertinentes de serem realizadas nesse sentido. Dado os horários preenchidos das jovens acolhidas, entre as aulas e o trabalho escolar, a hora do apoio ao estudo, os atendimentos com a psicóloga e as atividades extra-curriculares, as atividades foram sendo realizadas de acordo com os horários de cada jovem.

As entrevistas foram marcadas com as jovens de acordo com a sua disponibilidade, tendo as jovens assinado, antes do começo da entrevista, o consentimento informado<sup>5</sup> que explicava o fundamento da realização da entrevista. Foram realizadas a 20 jovens, dos 16 anos aos 23 anos de idade.

Em relação às entrevistas realizadas aos técnicos<sup>6</sup>, pretendeu-se perceber qual é o papel da instituição na promoção de competências para a autonomia das jovens, quais os principais constrangimentos no treino destas mesmas competências, e as principais necessidades no que concerne à aquisição de competências para a autonomia das jovens. As entrevistas foram divididas em três partes, a primeira parte dizia respeito ao percurso profissional de cada profissional entrevistado e continha três perguntas, a segunda parte era sobre a perceção dos profissionais da equipa técnica da importância da promoção de competências para a autonomia

---

<sup>4</sup> Ver guião de entrevista em Anexo 4.

<sup>5</sup> Ver modelo de consentimento informado em Anexo 2.

<sup>6</sup> Ver guião de entrevista aos profissionais em Anexo 3.

das jovens e a terceira e última parte refletia sobre os obstáculos institucionais. Estas entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de cada profissional da equipa técnica, tendo cada profissional assinando o consentimento informado que explicava o fundamento da realização da entrevista. No total foram realizadas 6 entrevistas.

#### *2.2.4. Tratamento dos dados recolhidos*

Para o tratamento dos dados recolhidos foram usadas diferentes estratégias: análise mais quantitativas de dados de caracterização das equipas e das jovens, bem como de alguma da informação obtida no decurso do desenvolvimento das atividades; análises mais qualitativas, com recurso à análise de conteúdo.

### **2.3. Procedimentos de intervenção**

Quanto à intervenção, foram realizadas um conjunto de atividades junto das jovens institucionalizadas com vista à promoção da autonomia e do bem-estar. Estas sessões foram desenvolvidas em dois modelos: sessões coletivas para todas as jovens e sessões de grupo organizadas em função das idades, tendo estas sido realizadas em maior quantidade.

Assumi-se, assim, para as sessões coletivas, um método de trabalho inspirado nos grupos de encontro de Rogers (2002). Estes grupos estão centrados na experiência intensiva do grupo, existindo um líder que tem como função facilitar a expressão dos pensamentos e sentimentos por parte dos outros membros.

Por outro lado, o sociograma é um método de pesquisa qualitativa que privilegia a influência dos vários participantes nas decisões do grupo e, deste modo, tem como objetivo principal a reflexão e o debate de possíveis soluções através da criação e encenação de conflitos sociais e políticos. Este método pretende compreender os processos grupais que são desenvolvidos por meio da comunicação e das ações dos indivíduos, durante o processo da resolução dos conflitos (Nery, Costa & Conceição, 2006). Adotou-se este modelo nas sessões de grupo.

No total foram realizadas 13 atividades: 4 sessões coletivas e 9 sessões de grupo (cf. Tabela 1).

**Tabela 1.** Síntese das atividades realizadas agrupadas em tipos de procedimentos de intervenção

<b>Sessões Coletivas</b> (todas as jovens)	<b>Sessões de Grupo</b> (em função das idades)
<ul style="list-style-type: none"><li>. Sessão de Fotografias</li><li>. Violência no Namoro</li><li>. Confeção do bolinho para o dia do Bolinho</li><li>. Árvore de Natal dos Sonhos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>. Autonomização</li><li>. Árvore dos Sonhos</li><li>. Dinâmica “Papel Amassado- E agora?”</li><li>. Como gerir o orçamento familiar</li><li>. Culinária</li><li>. Confeção de Biscoitos</li><li>. Como elaborar um curriculum vitae</li><li>. Inscrever no centro de emprego: como é que se faz?</li><li>. Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego (simular uma entrevista de emprego)</li></ul>

Cada atividade foi alvo de avaliação por parte das participantes. A análise detalhada de cada uma das atividades será realizada no capítulo 4.

## **2.4. Pressupostos éticos**

A questão do “consentimento informado” mostra que as políticas de privacidade existem para salvaguardar os direitos fundamentais dos indivíduos, estando presente na prática dos profissionais que atuam nas Ciências Sociais (Peixoto, 2017). O consentimento informado passa por informar e manter informados, dos seus direitos, os participantes da pesquisa. Esses direitos decorrem da lei portuguesa n.º 67/98 “da Proteção de Dados Pessoais” e integram o direito de informação, de acesso, de retificação e eliminação e de oposição (Peixoto, 2017).

Deste modo, o consentimento significa que os indivíduos que integram a pesquisa são dotados de informação suficientemente detalhada sobre a investigação em que estão a participar, permitindo-lhes tomar uma decisão informada e voluntária quanto à sua participação ou não participação, sendo a transparência um requisito obrigatório de qualquer protocolo de consentimento (Peixoto, 2017).

Por conseguinte, a informação que está contida neste relatório só foi possível através da autorização das jovens e da equipa técnica. No caso específico da entrevista, antes de esta começar foi entregue a cada jovem e a cada profissional da equipa técnica o consentimento informado. Este documento enquadrava a realização da entrevista no contexto do estágio, garantia o anonimato e explicitava os fins dos dados recolhidos.

Outra questão ética fundamental prende-se com a necessidade de garantir a ausência de dano, ou seja, é preciso que o investigador faça sempre o que for necessário para evitar causar danos aos participantes da pesquisa, aos que estão envolvidos direta ou indiretamente na prática profissional dos investigadores e ao próprio investigador. Deste modo, é necessário ter a consciência que a formalização do consentimento aumenta as responsabilidades de todos (Peixoto, 2017). No trabalho desenvolvido este aspeto foi tido em consideração, entendendo-se que inclusivamente se contribuiu positivamente para o desenvolvimento das jovens.

A quarta questão é relacionada com o engano deliberado ou estratégico. Nesta questão ética, a não ser que existam razões teóricas que justifiquem e que validem a existência da mentira e do engano deliberado, estes devem ser sempre evitados. No entanto, existe uma divisão de opiniões, havendo alguns autores que consideram que observar outros sem explicar o seu papel é enganar e outros autores consideram que só é considerado engano deliberado quando os dados são manipulados de modo a obter os resultados pretendidos (Peixoto, 2017). Todas as pessoas envolvidas no trabalho desenvolvido estavam conscientes do papel da estagiária e de que a mesma se encontrava a fazer uma dissertação de mestrado.

Uma última nota prende-se com a utilização do nome da instituição: tratando-se de um estágio e tendo-se obtido a autorização da diretora técnica optou-se por usar a nome real. No entanto, nunca se utilizará os nomes reais das jovens, nem dos profissionais.

### **3. Casa de Acolhimento Residencial Lar Santa Isabel**

Neste capítulo procede-se à caracterização da instituição onde foi realizado o estágio e a respetiva descrição dos recursos humanos, caracterizando cada uma das equipas (técnica, educativa e auxiliar).

Para uma melhor compreensão deste espaço são descritos os diferentes recursos e as instalações, as formas de comunicação existentes no contexto institucional, o trabalho de articulação com outras instituições da comunidade, refletindo sobre a importância do trabalho em rede e em parceria, as orientações globais quanto ao trabalho que é desenvolvido com as jovens e respetiva caracterização das jovens, permitindo assim conhecimento geral do público-alvo.

Termina-se o capítulo com a análise SWOT da instituição. Esta análise permite a recolha de informações consideradas fundamentais para a elaboração de novas estratégias de funcionamento da organização (Baltazar, 2014).

#### **3.1. Caracterização da Instituição**

O Centro Social Paroquial Paulo VI (CSPP-VI) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e tem como princípios básicos norteadores da sua ação a prossecução do “bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres” (Centro Social Paroquial Paulo VI, 2015, p.3).

De acordo com o artigo 6.º dos Estatutos, n.º 1, capítulo I, o CSPP-VI rege-se pelo referido documento e pelo Código de Direito Canónico, Carta Apostólica, legislação particular e pelos direitos civis aplicáveis. São órgãos de gerência a direção e o conselho fiscal, sendo que a duração de cada mandato é de quatro anos, não podendo as mesmas pessoas permanecer em funções em mais do que três mandatos consecutivos (artigo 8.º, capítulo II, secção I dos Estatutos).

O CSPP-VI tem três respostas sociais: O Lar Santa Isabel (resposta social destinada à infância e juventude); “O Ninho” (creche, jardim de infância e CATL) e o Serviço Social (atendimento/acompanhamento social), tendo o estágio decorrido na primeira resposta.

Lar Santa Isabel é destinado ao acolhimento de crianças e jovens de sexo feminino, com idades compreendidas entre os 6 anos de idades e os 18/21 anos, que se encontrem em situação

de risco ou perigo iminente. Procura proporcionar-lhes um contexto de vida o mais aproximado possível do contexto familiar, permitindo o seu bem-estar, o seu desenvolvimento e uma reintegração familiar e comunitária adequada (Centro Social Paulo VI, 2020).

O Lar tem capacidade máxima de 40 crianças/jovens, encontrando-se acolhidas, ao longo do período de duração do estágio, 38, com idades compreendidas entre os 12 anos e os 23 anos. Embora se destine ao acolhimento de crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 21 anos, é possível que o acolhimento se prolongue até aos 25 anos sempre que as jovens estejam integradas em formação<sup>7</sup>.

Esta instituição tem como principais objetivos, de acordo com o Regulamento Lar de Infância e Juventude:

- a) Assegurar a proteção de crianças e jovens em perigo;
- b) Promover o bem-estar, desenvolvimento integral, cidadania ativa e (re)inserção social das crianças e jovens, através de estratégias, procedimentos e programas terapêuticos e/ou educativos;
- c) Avaliar as necessidades e desenvolver as potencialidades de cada criança e jovem, com base na sua história de vida e na sua situação familiar;
- d) Proporcionar um ambiente normativo de vida, que lhes disponibilize experiências de vida diversificadas, ricas e adequadas às suas necessidades e potencialidades;
- e) Proporcionar um ambiente próximo de um ambiente familiar harmonioso e afetuoso, promovendo laços afetivos e vinculações securizantes;
- f) Assegurar o cumprimento e respeito dos direitos das crianças e das jovens acolhidas;
- g) Promover a participação ativa das crianças e das jovens acolhidas no contexto geral em que estão inseridas e nas decisões que lhes digam respeito, nomeadamente na definição dos seus projetos de vida;
- h) Conhecer as condições da família nuclear e alargada e desenvolver as suas capacidades e competências em ordem a, se possível, uma futura (re)integração, sempre centrada no superior interesse da criança e da jovem;
- i) Preparar as crianças/jovens para a sua autonomia e integração social.

O Lar de Infância e Juventude articula com entidades, como: Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Tribunais, Câmara Municipal de Leiria, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Unidade de Saúde Familiar

---

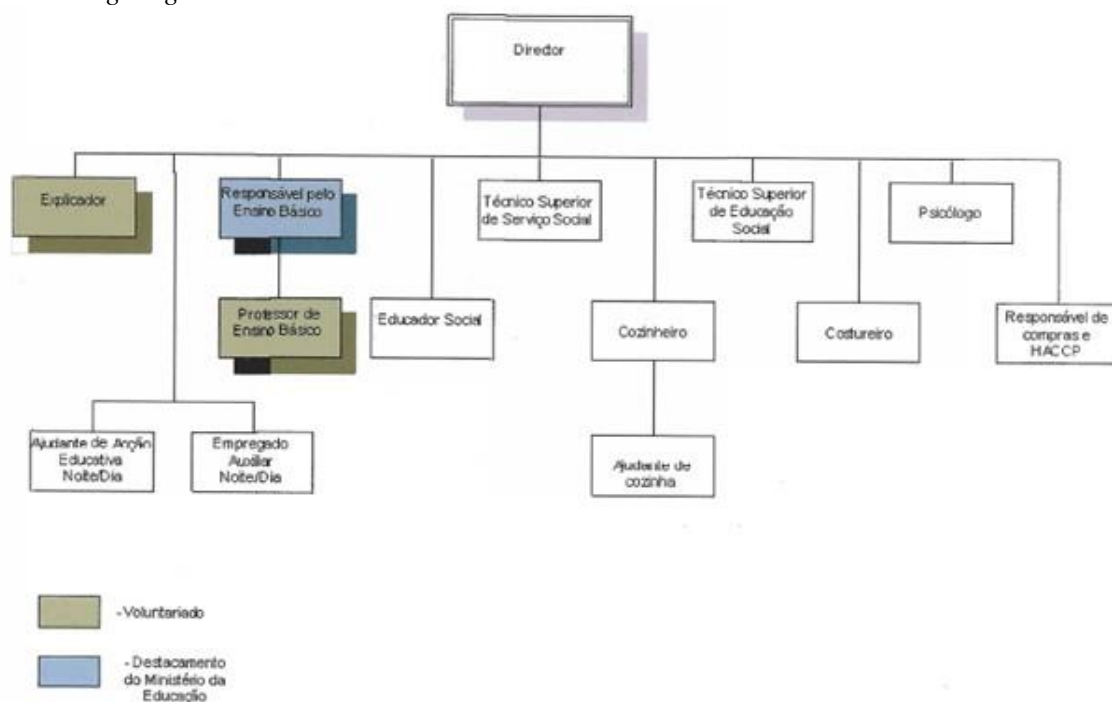
<sup>7</sup> Norma em acordo com o estabelecido na Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, que corresponde à terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

D. Dinis, Centro de Atendimento a Jovens de Leiria; Hospital Santo André, de modo a dar uma resposta mais completa e eficaz na intervenção com as crianças e jovens acolhidas.

### 3.2. Recursos Humanos

O Lar Santa Isabel conta com uma equipa vasta e adequada às exigências definidas pela Segurança Social para este tipo de estrutura (cf. Figura 3).

**Figura 3.** Organograma do Lar Santa Isabel



**Fonte:** Elaborado a partir de documentos oficiais cedidos pela instituição

A instituição conta com uma equipa de 22 colaboradores divididos em três equipas: a equipa técnica, a equipa educativa e a equipa auxiliar<sup>8</sup>.

A equipa técnica é composta pela diretora técnica, uma assistente social, uma psicóloga, duas técnicas superiores de educação social e um professor em regime de mobilidade estatutário do Ministério da Educação (cf. Tabela 2).

Relativamente às funções exercidas pelos elementos da equipa técnica, os Técnicos Superiores de Educação Social, de acordo com o manual fornecido pela instituição de

<sup>8</sup> Para a caracterização das equipas recorreu-se à informação fornecida pela instituição. Contemplaram-se como variáveis de caracterização: sexo, escalão etário, nível de escolaridade, área de formação e tempo de trabalho na instituição. Relativamente a esta última variável, apenas foi possível obtê-la para a equipa técnica e por via das entrevistas.

acolhimento, exercem funções como o acompanhamento das jovens no seu percurso institucional e educacional, o que inclui o acompanhamento escolar e a delineação de estratégias que conduzam à sua integração social e profissional, bem como o acompanhamento das relações familiares de cada jovem.

**Tabela 2.** *Caracterização da Equipa Técnica do Lar Santa Isabel*

<b>Função</b>	<b>Sexo</b>	<b>Grupo Etário</b>	<b>Nível de escolaridade completo</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Tempo de serviço na instituição (em anos)</b>
Diretora Técnica	Feminino	61-65 anos	Licenciatura	Serviço Social	Mais de 15 anos
Assistente Social	Feminino	41-45 anos	Licenciatura	Política Social	>10 e até 15 anos
Psicóloga	Feminino	31-35 anos	Mestrado Integrado	Psicologia Clínica e Psicoterapia	Até 5 anos
Educadora Social	Feminino	36-40 anos	Licenciatura	Educação Social	>10 e até 15 anos
Educadora Social	Feminino	41-45 anos	Licenciatura	Educação Social	>10 e até 15 anos
Professor	Masculino	46-50 anos	Licenciatura	Educação	Até 5 anos

**Fonte:** Construção própria a partir dos dados fornecidos através das entrevistas à equipa técnica e do mapa de pessoal fornecido pela instituição

De acordo com o plano SERE+ implementado através do protocolo celebrado entre o CSPP-VI e o Centro Distrital da Segurança Social de Leiria, no âmbito da rede de Lares de Infância e Juventude, cabe às técnicas superiores de Serviço Social exercer funções como: avaliar a situação sociofamiliar de cada criança ou jovem acolhida; contribuir para o desenvolvimento de cada criança e da sua família, com vista à progressiva capacitação para uma adequada interação familiar e social; acompanhar o processo de saída das jovens tendo em conta a sua integração social, apoiando no seu processo de autonomização, ajudando-as a desvincularem-se e a assumir as responsabilidades da sua vida de uma forma segura; colaborar através dos elementos do diagnóstico para a identificação do projeto de vida mais adequado de modo a garantir a promoção e a proteção dos direitos da criança, colaborando também com os órgãos judiciais e não judiciais responsáveis pelas deliberações que dizem respeito às jovens acolhidas; apoiar as famílias na identificação das suas dificuldades, trabalhando com as mesmas no sentido de resolução de disfunções que afetem diretamente as crianças e os jovens,

permitindo assim uma cooperação e uma responsabilização das famílias sobre o projeto de vida da criança ou jovem acolhido.

No que concerne às funções exercidas pela psicóloga, compete-lhe recolher dados que permitam a construção da história de vida de cada criança ou jovem e, dessa forma, definir uma intervenção adequada; dinamizar discussões de diversas temáticas com grupos de crianças e jovens, com o intuito de promover competências sociais e pessoais; colaborar com elementos do diagnóstico e da evolução psicológica de cada criança e jovem para a identificação, com a equipa técnica e educativa, do projeto de vida mais adequado; articular com instituições educativas e profissionais no sentido de refletir sobre estratégias educativas e de socialização de cada criança ou jovem, articulando também com as equipas de saúde mental.

Relativamente à equipa educativa, esta é composta por oito profissionais: três educadoras sociais e cinco ajudantes de ação educativa, todas do sexo feminino (cf. Tabela 3).

**Tabela 3.** *Caracterização da Equipa Educativa do Lar Santa Isabel*

Função	Sexo	Grupo Etário	Nível de escolaridade completo	Área de formação
Educadora Social	Feminino	51-55 anos	Licenciatura	Educação Social
Educadora Social	Feminino	61-65 anos	Curso Profissional	Educação Social
Educadora Social	Feminino	61-65 anos	Curso Profissional	Educação Social
Ajudante de Ação Educativa	Feminino	61-65 anos	1º Ciclo	---
Ajudante de Ação Educativa	Feminino	46-50 anos	2º Ciclo	---
Ajudante de Ação Educativa	Feminino	56-60 anos	1º Ciclo	---
Ajudante de Ação Educativa	Feminino	51-55 anos	3º Ciclo	---
Ajudante de Ação Educativa	Feminino	61-65 anos	3º Ciclo	---

**Fonte:** Construção própria a partir do mapa de pessoal fornecido pela instituição.

Como se pode constatar ainda pela tabela 3, a equipa educativa apresenta um padrão de envelhecimento progressivo, com profissionais que próximos da idade reforma. Os níveis de escolaridade das educadoras sociais são superiores aos das ajudantes, sendo que todas elas apresentam formação específica na área.

No que diz respeito às funções exercidas pela equipa educativa, particularmente as das educadoras sociais, consistem no: acompanhamento das jovens no seu dia-a-dia, prestando apoio educacional por via do desenvolvimento de atividades de cariz pedagógico, de ações de

ocupação de tempos livres e do acompanhamento nos trabalhos escolares; acompanhamento em matéria de cuidados de saúde, sendo responsáveis pelo manuseamento dos produtos farmacêuticos.

Às ajudantes de ação educativa compete-lhes fazer a manutenção do Lar: apoiando nas tarefas de alimentação (preparar e servir refeições); apoiando nos cuidados de higiene das crianças e jovens; apoiando na limpeza do Lar; participando e acompanhando as crianças e jovens nas atividades socioeducativas e nas atividades diárias, procurando consciencializá-las dos seus deveres de civilidade e bom aproveitamento escolar.

A equipa auxiliar é composta por oito colaboradoras, cinco trabalhadoras auxiliares, uma cozinheira, uma ajudante de cozinha e uma costureira, também todas do sexo feminino (cf. Tabela 4). O padrão etário é um pouco mais diversificado e os níveis de escolaridade, de um modo geral, um pouco mais elevados do que os das ajudantes de ação educativa.

**Tabela 4.** *Caracterização da Equipa Auxiliar do Lar Santa Isabel*

<b>Função</b>	<b>Sexo</b>	<b>Grupo Etário</b>	<b>Nível de escolaridade completo</b>
Trabalhadora auxiliar	Feminino	36-40 anos	3º Ciclo
Trabalhadora auxiliar	Feminino	51-55 anos	Ensino Secundário
Trabalhadora auxiliar	Feminino	51-55 anos	Ensino Secundário
Trabalhadora auxiliar	Feminino	46-50 anos	3º Ciclo
Trabalhadora auxiliar	Feminino	31-35 anos	3º Ciclo
Cozinheira	Feminino	61-65 anos	1º Ciclo
Ajudante de cozinha	Feminino	31-35 anos	Licenciatura (Informática para a Saúde)
Costureira	Feminino	61-65 anos	1º Ciclo

**Fonte:** Construção própria a partir do mapa de pessoal fornecido pela instituição

As trabalhadoras da equipa auxiliar fazem a manutenção do Lar: apoiam nas tarefas de alimentação (preparar e servir refeições); asseguram o transporte de alimentos e outros artigos; procedem à limpeza e arrumação dos espaços; procedem à lavagem das roupas de serviço e das roupas das crianças e jovens. À cozinheira compete-lhe tudo o que engloba a confeção de alimentos, desde a preparação à limpeza tanto dos alimentos como do espaço, tendo o apoio da ajudante de cozinha no exercício destas funções. A costureira executa as tarefas referentes à costura manual e à máquina necessárias à confeção e consertos de vestuário, sendo a responsável pela manutenção e distribuição de todo o vestuário.

### 3.3. Recursos físicos/instalações

As instalações da instituição são compostas por dois edifícios de três andares, separados por um pátio. No rés do chão do edifício principal existe um hall de entrada, uma sala de visitas, uma sala de reunião das colaboradoras (onde está a agenda com as informações mais importantes sobre o dia a dia das jovens); o gabinete da diretora técnica e da assistente social; uma casa de banho; o refeitório; e uma sala de estar. Nos três andares onde se situam os quartos das jovens, existe uma sala de estar, uma casa de banho com três duches e uma banheira, dois quartos de quatro camas, dois quartos de duas camas e um quarto individual, sendo que num dos andares existe o gabinete da psicóloga. Os quartos individuais são destinados às jovens mais velhas.

Globalmente, pode afirmar-se que os espaços são suficientes e adequados. Todas as jovens têm possibilidade de decorar o seu quarto de acordo com os seus gostos e preferências. Para as jovens que partilham o quarto com outra pessoa essa liberdade é um pouco mais condicionada tendo em conta que embora possam decorar o seu espaço de modo a torná-lo mais pessoal, com fotografias, desenhos, peluches e outros objetos particulares, promovendo a individualidade e a privacidade, ao mesmo tempo têm que ter em conta a partilha com outra jovem. A possibilidade de cada jovem decorar o quarto mostra que há espaço para a personalização e que se promove a individualidade numa instituição com uma dimensão considerável e onde é importante que as jovens sintam que há um espaço só seu.

A zona da sala de estar, destinada maioritariamente à utilização das jovens, é uma zona bastante acolhedora com 4 sofás a formar um quadrado existindo uma área livre no meio. Neste espaço, as jovens reúnem-se à noite e, mesmo tendo de pedir autorização para ir buscar o comando, são elas que têm de se organizar para decidirem aquilo que querem ver. As jovens organizaram um sistema: ou ouvem música, ou veem uma telenovela e quando estão a ouvir músicas cada uma escolhe à vez a música que quer ouvir.

No outro edifício encontra-se a sala de estudo, a lavandaria e engomadoria, uma casa de banho para as colaboradoras, uma sala com jogos e materiais de que as jovens necessitam para fazer trabalhos. Nesta última sala encontra-se uma marquesa e todo o equipamento necessário para as jovens poderem fazer a depilação. Há ainda um espaço para a costureira e onde são guardadas as roupas de outras estações do ano. Existe, ainda, um sótão.

Quanto à sala de estudo, a opinião geral das jovens é positiva:

*“(...) isto aqui da sala de estudo é ótimo, acho que em muitos sítios não têm assim espaço para nós podermos estudar, há uma biblioteca, a nível do espaço é bom”*

(excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem de 19 anos)

### **3.4. Formas de comunicação**

No que concerne às formas de comunicação, através da observação no período de estágio foi possível verificar que existe uma agenda que permite o registo escrito para a passagem de informações entre turnos sobre os acontecimentos diários das jovens, as visitas, as reuniões, os eventos, as visitas de estudo, entre outras. Existe também outra agenda onde são marcadas as consultas das jovens e um dossier onde é registada a informação pertinente sobre cada consulta (a especialidade, o motivo da consulta e a medicação prescrita) e próximos agendamentos. Neste dossier são, também, registadas as ocorrências que se consideram pertinentes para a passagem de informação.

As reuniões são realizadas de forma informal e de forma formal. As reuniões entre os colaboradores são realizadas diariamente, maioritariamente de forma informal no sentido em que não existe um agendamento prévio devido à dinâmica da casa e à rotatividade dos horários dos colaboradores. As reuniões formais são as reuniões gerais, as reuniões da equipa técnica, as reuniões entre a equipa técnica e a equipa educativa e as reuniões com a equipa de apoio.

### **3.5. Articulação com outras instituições da comunidade**

A eficácia da intervenção nas instituições relaciona-se diretamente com a qualidade das relações que são estabelecidas com os parceiros integrados na comunidade. É a existência do trabalho em parceria que permite dar resposta às variadas necessidades existentes no seio das instituições. Por conseguinte “as parcerias são uma forma de promover respostas direcionadas a problemas concretos.” (Santos, 2016, p.14), sendo consideradas como:

“(…) um veículo privilegiado para a construção e implementação de intervenções preventivas, que mobilizam os diversos setores da comunidade e permitem a troca de conhecimentos e experiências, a par da articulação na resolução/minimização dos problemas sociais.” (*idem*, p.23)

Deste modo, são vários os parceiros da casa de acolhimento: o Centro Distrital de Segurança Social, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, os Tribunais, a Câmara Municipal, as escolas, entre outros.

Durante o período de estágio foi possível de constatar mais de perto o trabalho de parceria, por exemplo, entre a instituição e as escolas. O professor destacado pelo Ministério da Educação e as Educadoras Sociais dividem entre eles o papel de tutores das jovens acolhidas,

existindo uma preocupação pelo acompanhamento escolar das mesmas, tanto por parte destes profissionais, como dos respetivos diretores de turma. Deste modo, existe um contacto frequente entre estes diferentes atores, seja em formato de reunião ou outra forma, para análise das notas, comportamentos e tudo o que diz respeito à trajetória escolar. E mesmo que não exista uma parceria formal, a verdade é que existe um trabalho de grande proximidade entre as duas instituições.

### **3.6. Orientações globais quanto ao trabalho que é feito com as jovens**

No que concerne ao trabalho em matéria de autonomização e de promoção de competências para a autonomia de vida, na instituição existe uma vertente mais prática e outra mais teórica, tal como é referido pela equipa técnica nas entrevistas. As atividades mais práticas dizem respeito à organização doméstica como a confeção de refeições e preparação de alimentos, a jardinagem, o tratamento de roupas, entre outras. As atividades mais teóricas realizam-se com a psicóloga e correspondem às sessões de autonomia realizadas com as jovens a partir dos 15 anos. Nestas sessões são abordados assuntos mais burocráticos: como tratar do cartão de cidadão, o serviço das finanças e o IRS, o contrato de arrendamento, o contrato de trabalho e a segurança social, entre outros.

A autonomia também é trabalhada nas pequenas tarefas que são realizadas com as educadoras, no dia-a-dia das jovens, como fazer a cama, mudar a roupa da cama, passar a ferro, fazer a limpeza ao sábado, o horário dos banhos, procedimentos para lavagem dos dentes, entre outros.

Na entrevista realizada à equipa técnica, foi abordada a forma como a equipa de apoio e a equipa educativa são envolvidas no processo de autonomização. Das respostas destaca-se o papel fundamental que estas equipas desempenham tanto no trabalho diário que é desenvolvido nas rotinas, como no processo de saída da jovem e transição para a sua casa:

*“(...) No dia-a-dia (...) a explicação daquilo que são os hábitos comuns, como a higiene diária, oral e tudo mais, e aquelas rotinas que é suposto uma pessoa ter e reconhecer como importantes (...) a questão de deitar a uma determinada hora, levantar a determinada hora, ter um horário mais rotineiro, de fazer sempre as refeições e de comer quase tudo.”* (excerto retirado de entrevista: 07/11/2019, profissional da equipa técnica)

Além da aquisição dos hábitos diários, das entrevistas sobressaiu, ainda a importância das equipas no processo de transição das jovens para a vida autónoma, nomeadamente ao nível do seu acompanhamento:

*“(...) as educadoras em particular também as ajudam naquele processo de procura de habitação, mobiliário e outro equipamento, elas estão ali mesmo na retaguarda e dão um apoio fundamental nessa área.”* (excerto retirado de entrevista: 14/01/2020, profissional da equipa técnica)

De acordo com Gomes (2010), é fundamental começar a estimular as crianças desde cedo para efetuarem pequenas tarefas em que o grau de sucesso seja elevado, de modo a que as mesmas sintam confiança e segurança na sua capacidade de concretização. Após o término das aulas, as crianças/jovens integradas no 2º e 3º Ciclo e no ensino secundário nos cursos gerais, têm horário de estudo diário, depois vão tomar banho e em seguida vão jantar. Existe um horário para o lanche, porém estes horários podem ser alterados consoante os horários escolares, as atividades e as idas ao médico das jovens. As que saem mais tarde da escola, têm horário de estudo depois do jantar. O horário de estudo dura, geralmente, uma hora e meia, podendo ser prolongado se for da vontade das jovens.

O horário de deitar varia consoante os anos de escolaridade, sendo que as jovens a partir do 10.º de escolaridade se vão deitar mais tarde que as restantes. Este horário é estendido aos fins de semana. Relativamente ao telemóvel, a partir do 8º ano de escolaridade as jovens podem levá-lo para a escola diariamente, no entanto, tem de ser entregue quando chegam, tendo à noite uma hora estipulada para a sua utilização, sendo esse tempo alargado em períodos de férias e aos fins de semana.

As jovens mais velhas e as que estão na universidade recebem a sua mesada, sendo responsáveis pela gestão da mesma. Gerem, ainda, a sua conta no banco, dando sempre conhecimento das quantias que vão utilizar e das necessidades que têm.

As tarefas como a limpeza dos tabuleiros, das mesas, da copa, do refeitório e a ida ao lixo/limpeza do pátio são afixadas, semanalmente, numa tabela no refeitório. Estas tarefas estão à responsabilidade de cada andar, por semana.

De um modo geral, a maioria das jovens encara esta escala de divisão das tarefas como uma mais valia:

*“(...) depois se nós quisermos ir viver com alguém ou sozinhas termos uma mera noção do que é preciso fazer numa casa, lavar a loiça, varrer o chão, limpar as mesas (...)”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 17 anos)

*“(...) eu até acho que é bom, mas não estamos habituadas, antes de vir para aqui não estamos habituadas, mas depois vamo-nos habituando, é a minha opinião.”*  
(excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 16 anos)

*“(...) sim considero importante, (...) que nos ajuda no nosso futuro, ensinar a lida da casa, toda a gente tem de fazer isso e tem de aprender (...)”* (excerto retirado de entrevista: 11/12/2019, jovem 23 anos)

*“Acho que é importante, porque também temos de ter algum sentido de responsabilidade e com estas tarefas estamos a evoluir nesse aspeto, quando formos lá para fora, já sabemos que temos de limpar (...)”* (excerto retirado de entrevista: 18/12/2019, jovem 18 anos)

A partir dos 15 anos, as jovens passam a ferro a sua própria roupa com a vigilância de uma auxiliar. Para este efeito, existe um mapa que lhes permite saber quais são os dias em que lhes compete passar a sua roupa.

As crianças e jovens têm, ainda, o apoio ao estudo com um professor destacado pelo Ministério da Educação, de acordo com o seu horário escolar.

Relativamente às atividades extracurriculares, sete jovens praticam andebol, nove frequentam o orfeão, quatro jovens praticam atletismo e oito são membros dos escuteiros.

Durante o período das férias de verão, as educadoras sociais conjuntamente com as jovens deslocam-se ao Centro Paulo VI onde realizam atividades relacionadas com a vida autónoma: confeccionam refeições, treinam o pôr e levantar a mesa, fazem trabalhos de jardinagem, entre outras.

No entanto, mesmo existindo algumas atividades em matéria de promoção da autonomia das jovens, é apontado pelas mesmas alguns aspetos que consideram negativos, como por exemplo:

*“(...) nós aqui não podemos (...) estender a roupa ou lavar a roupa, (...) não podemos cozinhar no lar (...)”* (excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem 16 anos)

*“(...) falta muito prepararem-nos (...) para uma saída da instituição (...), nós não poderemos cozinhar, pelo menos ao fim-de-semana que são menos meninas (...).”*

(excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 19 anos)

Através das entrevistas realizadas aos técnicos, foi possível constatar que existem alguns constrangimentos no treino das competências de autonomia de vida, constrangimentos esses visíveis durante o período de estágio:

- ***Novo paradigma do acolhimento***

*“(...) questão do novo paradigma do acolhimento (...), isto acaba por englobar uma série de aspetos, antigamente recebia-se crianças mais moldáveis (...). (...) sendo crianças mais pequenas, que não estiveram tanto tempo expostas a determinado comportamento e a ausência de regras não foi tão grande e não se interiorizou tanto, é mais fácil nós conseguirmos que haja aí uma mudança de comportamento. Agora quando são miúdas que nos chegam aqui, com 16/17 anos (...), temos um período muito curto de tempo para trabalhá-las, obviamente que não será um resultado tão fácil (...).”* (excerto retirado de entrevista: 7/11/2019, profissional da equipa técnica)

Neste momento, constata-se um acolhimento tardio das jovens, tornando o período de acolhimento mais curto, dificultando o trabalho dos técnicos uma vez que o tempo de trabalho com as jovens (e com a família, quando é o caso) é mais curto. Para além disso, estão mais cristalizadas as aprendizagens efetuadas durante o processo de socialização primária junto dos outros significativos, o que torna mais complexo o processo de ressocialização.

- ***Capacidade do Lar Santa Isabel***

*“Só o facto de termos 40, 37, só isso é um fator negativo (...), é quase impossível fazer um trabalho minimamente saudável e credível, que ele seja válido (...). Nós precisávamos de outro espaço de autonomia, (...) serem elas a orientarem a casa, com um adulto claro, os ditos apartamentos de autonomia que não existem na região”* (excerto retirado de entrevista: 8/11/2019, profissional da equipa técnica)

*“(...) a capacidade, a grande capacidade. Temos 40 miúdas o que implica dificuldades depois neste acompanhamento com vista à aquisição de competências (...).”* (excerto retirado de entrevista: 14/11/2019, profissional da equipa técnica)

A capacidade do Lar é um dos fatores mais referido durante as entrevistas. O Lar tem a capacidade para acolher no máximo 40 jovens e tem apenas 6 profissionais na equipa técnica. A necessidade de dar resposta às problemáticas que acontecem no dia-a-dia torna mais difícil garantir a existência de atividades permanentes com vista à aquisição de competências para a autonomia e o seu acompanhamento regular.

- ***Inexistência de uma pessoa direcionada para trabalhar a autonomia das jovens***

*“(...) não ter pessoas, uma ou duas pessoas que não trabalhem só a autonomia e a pós autonomia na instituição, para elas saírem da instituição. (...) apartamento de autonomia (...).”* (excerto retirado de entrevista: 11/11/2019, profissional da equipa técnica)

*“(...) a questão de não termos uma resposta social virada também para o trabalho da autonomização delas, sejam apartamentos de pré-autonomia, seja a existência de uma pessoa focada em trabalhar apenas esta temática (...).”* (excerto retirado de entrevista: 14/11/2019, profissional da equipa técnica)

A existência de um profissional direcionado para as questões da autonomia e a existência de um apartamento de autonomia são entendidos, pelos profissionais da instituição, como um fator primordial para a facilitação do processo de autonomia. A sua existência tornaria o processo de autonomização gradual e permitiria às jovens adquirir as competências necessárias para uma autonomia equilibrada e de sucesso.

- ***Questões estruturais***

*“(...), a questão do edifício em si, também por aquilo que falámos, o acesso à cozinha, o podermos trabalhar outras competências práticas que desta forma é muito complicado, e a questão de não termos uma resposta social virada também para o trabalho da autonomização delas, sejam apartamentos de pré autonomia, (...).”* (excerto retirado de entrevista: 14/11/2019, profissional da equipa técnica)

A impossibilidade de utilizar a cozinha para trabalhar competências práticas é um constrangimento apontado tanto pelos profissionais, como pelas jovens. Esta impossibilidade inviabiliza a existência de atividades permanentes neste campo, uma vez que o único espaço

disponibilizado para a sua realização implica a deslocação para outro edifício e uma logística grande.

De acordo com a avaliação diagnóstica de necessidades, são elaborados Planos Socioeducativos Individuais (PSEI) de cada criança/jovem. Cada plano contém as intervenções necessárias, com objetivos bem definidos, relacionadas com o desenvolvimento da criança na área da saúde, da educação, do desenvolvimento emocional e comportamental, da identidade, do relacionamento familiar e social, da apresentação social e da capacidade de autonomia. Contém, ainda, intervenções relacionadas com as capacidades parentais, na área dos cuidados básicos, da segurança e afetividade, da estimulação e do estabelecimento de regras e limites. Nestes Planos existe uma avaliação diagnóstica, realizada pela Técnica Superior de Serviço Social e pelas Técnicas de Educação Social, onde estão referidas as áreas que necessitam de trabalho.

Cabe à equipa técnica da Casa de Acolhimento, em parceria com as técnicas gestoras do processo da EMAT e da CPCJ, avaliarem a forma como decorrem as visitas e se as mesmas se revelam benéficas para a jovem. Os resultados da avaliação são comunicados ao tribunal e à CPCJ, sendo estas entidades responsáveis pela autorização dessas visitas. Estas visitas podem ser realizadas no lar, no exterior, em regime de visitas ao fim-de-semana ou nas férias, com os progenitores, outros familiares e/ou com famílias de apoio.

A equipa técnica foi também questionada sobre quais as competências, pessoais e sociais, que consideravam que as jovens deviam ter para alcançarem a sua autonomia. As respostas incidiram em aspetos como: a resiliência, o autoconceito, a autoestima, respeito, humildade, força de vontade, honestidade. Um dos profissionais mencionou também a importância da aceitação do acolhimento como chave para a mudança.

*“(...) o reconhecimento da necessidade do seu acolhimento para poderem ter um futuro diferente daquele que tiveram e da vida que tiveram anteriormente a este acolhimento. (...) é meio caminho andado para perceber depois quais são as necessidades e para aceitarem esta intervenção tem que ser uma intervenção cada vez mais direcionada para a questão de autonomização (...).”* (excerto retirado de entrevista: 14/11/2019, profissional da equipa técnica)

Por conseguinte, procurou perceber-se se as jovens tinham as competências necessárias para a saída da instituição. A maioria dos entrevistados considerou que não, apontando razões diversas.

“(…) elas têm uma ávida vontade de sair e quase a maioria aos 18 anos quer ir embora e, por sinal, nessa altura, não têm todas as competências que deveriam de ter desenvolvidas (…)” (excerto retirado de entrevista: 7/11/2019, profissional da equipa técnica)

“Em primeiro lugar, a instituição não tem as condições necessárias para treinar a autonomia, a questão da estrutura em vertical (…)” (excerto retirado de entrevista: 11/11/2019, profissional da equipa técnica)

“(…) não sei se fossemos uma instituição com uma capacidade mais reduzida se algumas delas saíam com essas capacidades ou não, sei que se calhar conseguiríamos fazer outro tipo de trabalho, depois também depende de cada uma delas (…).” (excerto retirado de entrevista: 14/11/2019, profissional da equipa técnica)

### 3.7. Caracterização geral das jovens

O Lar Santa Isabel tem capacidade para acolher 40 crianças e jovens. No entanto, no decorrer do estágio, encontravam-se acolhidas 38 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 23 anos.

**Tabela 5.** Características sociodemográficas das jovens acolhidas no Lar Santa Isabel

<b>Grupo Etário</b>	
12-14	9
15-17	17
18-20	11
21-23	2
<b>Condição perante o trabalho</b>	
Empregada	0
Desempregada	1
Estudante	37
<b>Escolaridade a frequentar</b>	
2º Ciclo	3
3º Ciclo	14
Ensino Secundário	15
TeSP	3
Ensino Superior	3

**Fonte:** Processos individuais das jovens fornecidos pela supervisora de campo

Relativamente às características sociodemográficas, como é possível perceber através da observação da tabela 5, as jovens acolhidas tinham, maioritariamente, idades compreendidas

entre os 15 anos e os 17 anos de idade. Das 38 jovens acolhidas, 37 estavam a estudar, frequentando, na sua maioria, o 3º ciclo e o ensino secundário.

Caracterizando o percurso de institucionalização das crianças e jovens, é possível verificar que a idade mais comum da admissão das jovens é entre os 13 e os 16 anos, evidenciando o acolhimento tardio que várias jovens e técnicos da instituição mencionaram (cf. Tabela 6). No entanto, através das entrevistas realizadas a 20 jovens com idades a partir dos 16 anos, sete já tinham estado institucionalizadas em períodos anteriores.

**Tabela 6.** Caracterização do percurso de institucionalização das crianças/jovens acolhidas no Lar Santa Isabel

<b>Tempo de institucionalização</b>	
Até 1 ano	4
1 ano – 4 anos	16
5 anos - 8 anos	9
9 anos - 12 anos	6
Mais de 12 anos	3
<b>Idade de admissão</b>	
1 ano – 4 anos	2
5 anos – 8 anos	8
9 anos – 12 anos	13
13 anos – 16 anos	15
<b>Irmãos institucionalizados</b>	
1 irmão	7
2 irmãos	3
Acolhimento Familiar	1
<b>Motivo do acolhimento</b>	
Abandonada ou entregue a si própria	2
Maus tratos físicos ou psíquicos ou vítima de abusos sexuais	8
Ausência dos cuidados ou da afeição adequados à sua idade e situação pessoal	13
Obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;	2
Sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetavam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;	8
Assumia comportamentos ou entregava-se a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponha de modo adequado a remover essa situação;	9
Outras situações	7
<b>Projeto de vida</b>	
Autonomização	32
Acolhimento permanente	1
Reintegração na família nuclear	1
Apadrinhamento Civil	1

Sem projeto de vida delineado (diagnóstico da situação efetuado, mas sem definição de projeto de intervenção devido a acolhimento recente)	3
--	---

**Fonte:** Processos individuais das jovens fornecidos pela supervisora de campo

Quanto aos motivos da institucionalização de cada jovem, os dados encontram-se demonstrados na tabela 6. Como se pode constatar, o número total de motivos é superior ao número de jovens acolhidas pelo facto de que as crianças e jovens poderem ser retiradas do seu seio familiar por diversas razões e não apenas por uma. Através da análise da tabela pode verificar-se que o motivo mais frequente para a retirada destes menores é o facto de não receberem os cuidados ou a afeição, adequados à sua idade e situação pessoal, por outras palavras, negligência.

Algumas jovens consideram o seu acolhimento uma mais valia no sentido que lhes proporciona um futuro melhor:

*“(...) por exemplo, os estudos. Porque pagam-nos os estudos e assim, dão-nos muitas oportunidades, oportunidades que eu fora daqui sei que não iria ter, por exemplo, eu conseguir ir para a universidade, eu sei que não conseguiria ir para a universidade se estivesse com o meu pai. Não ia, ia ter de arranjar um trabalho aos 18. Mas aqui eu sei que não é preciso, posso arranjar trabalho e estar a estudar ao mesmo tempo (...).”*  
(excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 22 anos)

O projeto de vida mais comum destas jovens é o projeto de vida autonomização (em 84% dos casos), ou seja, não existem condições para que estas possam retornar às suas famílias. Sendo a autonomização o projeto de vida predominante, tornou-se pertinente perceber quais eram as maiores dificuldades sentidas pelas jovens na transição para a vida adulta e qual o papel da instituição neste processo de transição. Por conseguinte, pretendeu-se analisar se as jovens consideravam que tinham competências para viver sozinhas. Assim, e face à pergunta *“Se tivesses de sair agora e ir viver sozinha, achas que tinhas competências para o fazer?”*, as respostas dividiram-se em dois polos: metade das jovens respondeu que não tinha competências para o fazer e a outra metade respondeu que tinha competências.

As jovens que responderam que não, enumeraram algumas razões que sustentam a sua resposta. Assim, para umas o problema principal é o da insegurança devido à falta de autoconfiança para encetar uma vida autónoma:

*“(...) eu acho que precisava de me sentir segura comigo mesmo, acho que precisava de ter confiança que não tenho, neste momento, estabilidade, que também não a*

*tenho e precisava também de ter algum apoio, há coisas que ainda não sei fazer.”*

(excerto retirado de entrevista: jovem 16 anos)

*“(…) acho que me atrapalhava toda, em arranjar casa, a começar, sei lá, uma vida nova, tipo ir viver sozinha, isso iria ser muito estranho para mim, na luz, no gás, na comida, depois no que é que tenho de gastar e assim, ia se horrível.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 17 anos)

*“(…) eu sei tipo ir pagar contas, ir ao multibanco, eu sei fazer comida, sei fazer limpeza, eu acho que não me sinto preparada, apesar de saber isso e saber as coisas essenciais para ir viver sozinha (…)”* (excerto retirado de entrevista: jovem 19 anos)

*“(…) não sei gerir uma casa sozinha.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 19 anos)

Para outras, o desafio maior prende-se com a gestão do dinheiro e com a possibilidade de não o saber fazer ou de não ter recursos económicos:

*“(…) a maior parte dos dias não tenho noção do dinheiro que gasto, não tenho um emprego fixo para estar a pagar casa, água, luz e gás.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 17 anos)

*“(…) primeiro não tenho uma casa, ia viver para onde? Não tenho dinheiro.”* (excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem 17 anos)

Outras destacam ainda o desafio de viver só, de perder os laços construídos no contexto da casa de acolhimento:

*“O que me assusta mais são as contas e ter aquela sensação que estou sozinha e que não tenho lá ninguém.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 18 anos)

*“(…) primeiro não sabia para onde me virar, cozinhar não sabia, só iria fazer massa com atum (...), sei fazer sopa, mas acho que não estaria para aí virada para ir viver para uma casa sozinha, estive tantos anos a viver aqui com tanta gente (…)”* (excerto retirado de entrevista: jovem 19 anos)

*“(…) cresci aqui praticamente, fiz-me mulher aqui por isso vai ser muito complicado quando eu sair, questão pessoal e estar sozinha. Tenha muitas competências ou não, vai ser complicado na mesma. Mas atenção, eu quero me ir embora obviamente, também não quero ficar aqui eternamente, quero muito acabar o meu curso e ir-me embora, mas vai ser difícil.”* (excerto retirado de entrevista: 11/12/2019, jovem 23 anos)

Para algumas as dificuldades prendem-se com as tarefas domésticas:

*“(...) uma rapariga da minha idade não sabe pôr (...) uma máquina a lavar, como é que faz? Fazer comida? Também não sei (...).”* (excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem 19 anos)

Algumas jovens também falam da transição da vida adulta, da saída da instituição, como a possibilidade de voltarem para a casa da sua família:

*“Eu vou viver com a minha avó até acabar o curso. Depois, se tudo correr bem como eu estou a planear, saio por volta dos 20. Acabo o curso com 19 e, mais ou menos com 20 sigo mesmo com a minha vida sozinha.”* (excerto retirado de entrevista: 10-11-2019, jovem 17 anos)

No entanto, existem jovens que quando equacionam a saída da instituição, equacionam uma saída mais autónoma:

*“E eu já disse à minha mãe, eu quando sair não quero ir viver com a minha mãe. Não quero. Eu dou-me bem com ela, mas quando sair daqui quero que seja mais gradual. Começo por um quarto de estudantes, (...) depois logo pensamos.”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 19 anos)

Quanto à questão *“Qual é o teu projeto de visa pessoal, académico e profissional?”*, as jovens mostram ter ambições a nível pessoal, académico e profissional. A nível pessoal, as respostas oscilam entre a vontade de formar uma família, o desejo de independência traduzido no desejo de ter um carro e uma casa, e a necessidade de expandir horizontes, de conhecer novas culturas e atingir a sensação de paz e tranquilidade.

*“Pessoal, quero viajar e conhecer bué pessoal e bué sítios.”* (excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 16 anos)

*“Ser mais calma, (...) ter uma vida própria estável (...).”* (excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 16 anos)

*“(...) conseguir viajar e ajudar os outros e estar bem comigo mesma.”* (excerto retirado de entrevista: 18/12/2019, jovem 18 anos)

*“Pessoal, ter uma família, um carro, uma casa, um filho (...).”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 19 anos)

*“(...) gostava de viajar muito, aproveitar estas viagens, estes festivais, tudo.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 19 anos)

*“(...) é sair daqui ter a minha casita ou o meu estúdio (...).”* (excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 22 anos)

Muitas jovens referiram não ter projeto de vida pensado a nível pessoal, no entanto, no domínio académico e profissional mostraram-se muitos mais decididas e com metas planeadas. Deste modo, a nível académico denota-se uma ambição para terminar a sua formação e algumas uma ambição para formação superior.

*“A minha era terminar o 12º ano (...).”* (excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 16 anos)

*“Pretendo ir para um TESP (...). Eu não sei, por um lado quero sair quando acabar os estudos (...), e eu ainda não tenho a certeza se quero ir para a universidade (...).”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 17 anos)

*“(...) quero chegar à universidade (...).”* (excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem 17 anos)

*“Académico, (...) licenciatura em enfermagem e quero fazer especialização em saúde mental e psiquiatria.”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 19 anos)

*“(...) acabar o curso (...).”* (excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem 19 anos)

*“(...) fazer o mestrado (...).”* (excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 22 anos)

No domínio profissional, as respostas das jovens oscilam entre a identificação concreta de profissões e a referência a condições concretas de trabalho, destacando-se a importância da realização profissional. Deste modo, as respostas neste domínio estão em consonância com as respostas do nível académico:

*“(...) engenheira que receba muito dinheiro, se calhar para matemática, não sei.”* (excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 16 anos)

*“(...) ser bem-sucedida e ter um bom emprego e estável.”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 17 anos)

*“(...) quero ir para o estrangeiro trabalhar.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 17 anos)

*“Profissional, enfermeira, (...) eu adorava trabalhar na VMER, é a viatura médica de reanimação (...).”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 19 anos)

*“(...) conseguir ter um bom emprego acima de tudo.”* (excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem 19 anos)

*“(...) quero ser educadora (...).”* (excerto retirado de entrevista: jovem 19 anos)

No que concerne ao papel da instituição neste processo de transição, as jovens consideram as atividades realizadas neste sentido uma mais-valia, no entanto insuficientes. Relativamente à pergunta *“Consideras que a instituição te proporciona aprendizagens úteis para o teu futuro?”*, as respostas foram genericamente positivas salientando não apenas os aspetos práticos e mais instrumentais, mas também a oportunidade que as atividades dão de aprender a relacionar-se com outros:

*“(...) a Dr.<sup>a</sup> (...) tem aquelas sessões connosco que nos ensina sobre vários assuntos como faturas, como fazer o currículo, a parte do arrendamento jovem, como é que nós devemos proceder a esse tipo de assuntos no futuro (...).”* (excerto retirado de entrevista: 29/11/2019, jovem 19 anos)

*“(...) as maiores aprendizagens que eu posso ter aqui é saber viver com o outro porque nós somos muitas, temos de ter muita paciência, (...) finanças, segurança social, ver, perguntar, (...) trabalho de terreno porque se for só falar, ok eu lembro-me vagamente o que é um TAEG, a diferença entre alugar e arrendar, mas são assim coisas básicas, (...) mas ajuda claro (...). Também devíamos, por exemplo, eu não sei meter uma máquina a lavar (...) ou cozinhar. Nós temos o Paulo XVI, mas aquilo é uma vez, duas (...) quando vou. E às vezes custa-me porque somos muitas, (...) mas sim aprendo muita coisa, mas é muito à base da relação, nem é tanto para o futuro.”* (excerto retirado de entrevista: 03/12/2019, jovem 22 anos)

*“Eu acho que sim. (...) como nós podemos ver a contagem da luz, (...) a ensinar que muitas vezes os preços aparecem sem IVA (...). Eu acho que podia haver mais (...).”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 19 anos)

*“(...) ok passar a ferro, fazer limpezas e isso nós sabemos e as aulas com a Dr.<sup>a</sup> (...), tem nos ajudada muito na outra parte, das finanças, do centro de emprego, (...) mas por exemplo se eu não fosse a casa, não sabia cozinhar (...)”* (excerto retirado de entrevista: jovem 19 anos)

Consideram também que estas atividades, lhes proporciona um maior sentido de responsabilidade:

*“Sim, eu dantes não tinha muita responsabilidade e agora está-me a dar mais responsabilidade para o futuro.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 16 anos)

No que concerne à marcação de consultas, verificou-se que são as educadoras e as monitoras que procedem à sua marcação. E embora haja algumas consultas que são as próprias jovens a marcar, era importante que nas idades mais avançadas essa tarefa passasse a ser inteiramente da responsabilidade destas:

*“Peço para marcarem a consulta e às vezes consigo ir sozinha e outras vezes vou acompanhada.”* (excerto retirado de entrevista:03/12/2019, jovem 16 anos)

*“Quando é consulta de adolescência somos nós que marcamos, consoante o nosso horário. Quando é outras consultas é a monitora.”* (excerto retirado de entrevista:18/12/2019, jovem 18 anos)

*“Marcam por mim e vou sozinha.”* (excerto retirado de entrevista: jovem 19 anos)

*“São elas que marcam, mas normalmente vou sozinha por já ter outra idade (...)”* (excerto retirado de entrevista:11/12/2019, jovem 23 anos)

Tendo em conta as informações recolhidas, tanto por via das entrevistas, como através das questões que iam sendo colocadas às jovens durante as interações do quotidiano, constatou-se que as jovens não se sentem preparadas em determinadas áreas importantes para a autonomia de vida, como a área da gestão doméstica, da gestão financeira e a área da inserção profissional. Neste sentido, o projeto de intervenção direcionado para as áreas do autoconceito, gestão da vida doméstica e preparação para a vida ativa é fundamental. Deste modo torna-se pertinente preparar a saída e a autonomia das jovens que estão acolhidas, cabendo às instituições e aos seus profissionais potenciar a individuação/autonomia, a capacidade de resolução de problemas

e de tomada de decisão, bem como a responsabilidade social, permitindo uma transição preparada e segura (Sousa, 2015).

A transição para a vida adulta é vivenciada como um acontecimento importante que acarreta muitas mudanças podendo ser experienciado com sentimentos de medo, receio e insegurança de não ser capaz de se tornar autónomo (Sousa, 2015). Para o efeito, não se falou apenas com as jovens, mas também com os profissionais para perceber, com a sua experiência, quais as maiores dificuldades sentidas pelas jovens na transição para a vida adulta.

Após a leitura das entrevistas realizadas à equipa técnica, é notória a existência de várias dificuldades que são sentidas pelas jovens nesta transição. Variados são os desafios apontados, referindo um estado inicial de lua-de-mel, sentindo uma sensação de liberdade que não era possível de ser experienciada durante o acolhimento.

*“(...) primeira fase no pós-saída, uma espécie de uma fase de lua de mel (...) primeiros momentos há aquele alívio de, ainda bem que não me está aqui a perturbar e que já posso fazer aquilo que eu quero, sem ter que dar explicações a toda a gente, o problema depois é quando, realmente, começam a surgir todos aqueles desafios que nós sabemos que é o mundo do trabalho (...)”* (excerto retirado de entrevista: 7/11/2019, profissional da equipa técnica)

Após esta sensação de lua de mel, surgem as dúvidas e as incertezas quanto à sua capacidade de se autonomizar.

*“(...) não foi há muito tempo que saíu uma que nem sequer ainda fez um ano, que aqui esteve aqui há dias e exatamente o desabafo dela foi, das duas primeiras semanas foi ótimo, deitou-se à hora que quis, levantou-se à hora que quis, foi para onde quis, só que depois esse encantamento acabou e depois volta à vida real e depois se, claro, nesse momento, gostaria muito de voltar atrás e depois já não é possível (...)”* (excerto retirado de entrevista: 23/01/2020, profissional da equipa técnica)

As dificuldades que foram referidas relacionam-se com a procura de casa, uma vez que o arrendamento de uma casa implica a existência de um fiador. A não existência de uma rede de suporte familiar torna muito difícil encontrar um fiador e, portanto, concretizar a autonomia habitacional. Também são referidas a gestão do tempo, a gestão dos recursos e a gestão do dinheiro.

*“(...) esta questão do se desenrascar sozinhas, não é fácil, (...) elas aqui têm tudo aquilo que elas precisam (...), esta questão é uma das dificuldades da institucionalização, que é criar nelas esta dependência, de alguma forma, o próprio sistema cria isso, (...) portanto o lidar com essa ausência de resposta, (...) isso vai ser uma dificuldade muito grande (...)”* (excerto retirado de entrevista: 14/11/2019, profissional da equipa técnica)

No que concerne ao papel da instituição no processo de transição, existe uma preocupação em dar apoio na procura e no equipar a casa, no processo de requisição da água e da luz. As primeiras compras para a casa são fornecidas pelo Lar. Mesmo não fazendo parte das suas funções, os profissionais disponibilizam-se para responder às questões que possam ir surgindo às jovens no dia-a-dia:

*“(...) o papel da instituição neste momento e aquele tentamos fazer é no momento anterior dessa transição, uma jovem que manifesta que quer sair, e o que se tenta fazer com ela é que ela saia com alguma segurança. Uma jovem que já se encontra a trabalhar, por exemplo, tentar aqui fazer algum acompanhamento na procura de habitação, na questão da gestão do dinheiro, tentar perceber se é suficiente, a pessoa sensibilizada para isso, e isso geralmente é o papel que a educadora de cada uma delas faz com elas nessa fase. Após a saída (...) dela daqui esta equipa e os técnicos não fazem esse acompanhamento (...) e nas situações em que elas ainda mantêm um processo promoção e proteção e ainda mantêm uma medida de promoção e proteção, como seja de autonomia de vida, aí poderá haver esse acompanhamento da segurança social mas da nossa experiência isso tem acontecido muito poucas vezes porque elas saem já aos 18 anos ou depois dos 18 e com o processo de promoção e proteção arquivado e cessado porque se se vão autonomizar e aí elas deixam de ter esse acompanhamento ainda que possam depois dirigir-se a determinados serviços à procura de um apoio e de uma ajuda mas não é o acompanhamento obviamente que elas necessitam para fazer esse tipo de integração, (...)”* (excerto retirado de entrevista: 14/11/2019, profissional da equipa técnica)

### **3.8. Análise SWOT**

A análise SWOT tem como propósito recolher informações fundamentais para a elaboração de novas estratégias através da identificação de fatores que influenciam a organização a partir da análise de quatro variáveis (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças),

permitindo determinar oportunidades e minimizar ameaças (Baltazar, 2014). Gomes (2010, p. 340) também refere que a análise SWOT é um instrumento “de apoio ao planeamento estratégico que permite posicionar a organização (ambiente interno) face ao meio envolvente em que se insere (ambiente externo).”

Deste modo, da análise do ambiente interno da organização resultam as forças e as fraquezas, sendo que as forças dizem respeito aos meios existentes na organização para se promover, enquanto que as fraquezas correspondem às fragilidades a ter em atenção e com necessidade de melhorar. As oportunidades e as ameaças incidem-se no ambiente externo onde está inserida a organização, sendo que as oportunidades dizem respeito ao âmbito mais favorável para a organização e as ameaças constituem os perigos a que está exposta (Gomes, 2010).

Como se pode verificar pela análise SWOT (cf. Tabela 7), a instituição tem um conjunto importantes de pontos fortes que permitem dar uma respostas às variadas necessidades das jovens acolhidas.

Tendo por base o diagnóstico realizado, o elevado número de jovens acolhidas, o excesso de trabalho técnico e o número reduzido de profissionais face ao número de jovens acolhidas são fragilidades que carecem de intervenção, tendo a intervenção no âmbito da autonomização sido realizada no seguimento da existência de tempo reduzido para a sua realização por parte dos profissionais. Se se tiver em consideração o rácio entre o técnico superior de serviço social e o número de jovens acolhidas, verifica-se que o elevado volume de trabalho técnico, o acompanhamento à medida de promoção e proteção às outras entidades e a articulação com as famílias, traduz-se numa diminuição do tempo dedicado às intervenções direta com as jovens nos diversos domínios da vida.

**Tabela 7. Análise SWOT da instituição**

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Forte estabilidade do corpo de profissionais</p> <p>Existência de quartos individuais para as jovens mais velhas (privacidade)</p> <p>Trabalho em parceria e em rede com as instituições locais (escolas, centro de emprego, associações, etc.)</p> <p>Aposta no envolvimento das jovens em atividades diversas fora da instituição, para lá das atividades escolares (música, desporto, etc.)</p> <p>Abertura para acolhimento de estagiários em áreas de formação importantes para o trabalho com crianças/jovens</p> <p>Existência de trabalho voluntário</p> <p>Processo de transmissão de informação sobre as jovens bem organizado</p> <p>Disponibilização de um gabinete de apoio psicológico</p> <p>Estabelecimento de tempos específicos para as diferentes atividades (ex. para o estudo)</p> <p>Instalações adequadas e em bom estado de conservação</p>	<p>Elevado número de jovens acolhidas</p> <p>Excesso de trabalho burocrático que prejudica a relação dos profissionais com as jovens</p> <p>Escassez de trabalho realizado junto das famílias</p> <p>Relação espaço/jovens acolhidas: impossibilidade de garantia de quarto individual a todas as jovens</p> <p>Número reduzido de profissionais relativamente ao número de jovens acolhidas (equipa técnica e educativa)</p> <p>Progressivo envelhecimento da equipa educativa</p> <p>Inexistência de recursos humanos cujo trabalho seja exclusivamente direcionado para a preparação para a autonomização</p> <p>Espaço exterior reduzido</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Tradição de trabalho em rede das instituições locais</p>	<p>Crise económica com repercussões nas condições de vida das famílias, aumentando o risco para as situações de crianças/jovens em perigo</p> <p>Dependência financeira face aos apoios do Estado</p>

**Fonte:** Construção própria fornecida a partir dos dados recolhidos através da observação participante

Por conseguinte, sendo necessário um trabalho mais intenso e específico ao nível da autonomização, este não pode ser deixado para as disponibilidades resultantes da concretização prévias de todas as restantes atividades. Para tal, a possibilidade de dispor de profissionais vocacionados para este tipo de trabalho seria uma mais valia, para a instituição, mas, sobretudo, para as jovens.

Por outro lado, a elevada dependência face aos apoios do Estado está relacionada com a inexistência de um profissional destacado para trabalhar as questões da autonomia porque sem apoios específicos torna-se mais difícil a contratação nesta área.

Assim, foi identificada como principal prioridade de intervenção a preparação para a autonomização através do desenvolvimento de um conjunto diversificado de atividades. Disso se dará conta no capítulo seguinte.

## **4. Projeto de intervenção: “A caminho da autonomização”**

Neste capítulo apresenta-se o projeto de estágio que foi desenvolvido com as jovens do Lar Santa Isabel com o objetivo de promover a aprendizagem e desenvolvimento de competências para a vida facilitadores do processo de autonomização.

### **4.1. Breve enquadramento do trabalho de intervenção**

A autonomia começa a ser construída desde a infância, no entanto, é na adolescência que começa a ser especificamente mais pertinente, pois é na fase da adolescência que os jovens se mostram mais interessados e disponíveis para a existência de uma abordagem mais comportamental, suportando, muitas vezes, o seu desejo de independência face aos adultos (Gomes, 2010).

Dada a duração do estágio (450h) e não dispondo de tempo suficiente para abranger todas as jovens, optou-se por trabalhar de modo mais focalizado com as mais velhas, com idades compreendidas entre os 16 anos e os 23 anos de idade (um total de vinte jovens<sup>9</sup>) por se encontrarem mais próximas da saída da instituição. Estas 20 jovens foram agregadas, em quatro grupos, de acordo com as idades e com as necessidades específicas de cada uma. Estes grupos foram definidos com o apoio da assistente social do Lar, em virtude da sua experiência e conhecimento aprofundado das jovens, das suas histórias de vida, perfil e capacidades. O primeiro grupo foi formado pelas jovens de 16 anos (seis jovens), encontrando-se as mesmas a frequentar o ensino secundário (Grupo I de Autonomia). O segundo grupo foi formado pelas jovens dos 17/18 anos (cinco jovens), encontrando-se também a frequentar o ensino secundário (Grupo II de Autonomia). O terceiro grupo foi formado pelas jovens dos 18/19 anos (três jovens), encontrando-se uma jovem à procura de trabalho e as restantes a frequentar o ensino secundário. Duas das jovens integradas neste grupo estão abrangidas pela medida de Apoio à Colocação, através do Centro de Emprego (Grupo III de Autonomia). O quarto grupo foi formado pelas jovens dos 19 aos 23 anos (seis jovens), encontrando-se a frequentar o ensino superior (Grupo IV de Autonomia).

O critério utilizado para a formação dos grupos, para além das idades, foi também o próprio desenvolvimento cognitivo de cada jovem e o grau de escolarização. Por conseguinte, a sobreposição de idades nos dois grupos do meio acontece uma vez que na organização destes grupos (Grupo de Autonomia II e III) teve-se em consideração o nível de desenvolvimento

---

<sup>9</sup> No início do estágio, o grupo abrangido pelas atividades era composto por vinte e três jovens. Porém, viu-se reduzido a vinte em virtude da autonomização de três dessas jovens.

cognitivo das jovens. Para esta definição contou-se, uma vez mais, com o apoio da orientadora local.

Às atividades inicialmente pensadas para promover a integração no contexto de estágio e a aproximação às jovens e aos profissionais, juntaram-se um conjunto de outras decorrentes das entrevistas realizadas quer às jovens, quer à equipa técnica da instituição. Deste modo, foram propostas atividades relacionadas com a autoconceito, com a gestão da vida doméstica, com a preparação da vida ativa, bem como ações de sensibilização, e ainda, a celebração de dias temáticos (cf. Tabela 8). O conjunto de atividades foi adequado a cada grupo de intervenção. Em algumas atividades houve a necessidade de juntar grupos de intervenção, uma vez que o estágio decorreu, maioritariamente, em período de aulas e as jovens tinham horários escolares longos e ainda atividades extracurriculares.

**Tabela 8.** Síntese das principais áreas de intervenção e atividades a desenvolver

<b>ÁREAS</b>	<b>ATIVIDADES A DESENVOLVER</b>
<b>Autoconceito</b>	- Autonomização (A1) - Árvore dos Sonhos (A2) - Dinâmica “Papel amassado- E agora?” (A3) - Sessão de fotografias (A4)
<b>Gestão da vida doméstica</b>	- Como gerir o orçamento familiar (A5) - Culinária (A6) - Confeção de biscoitos (A7)
<b>Preparação da vida ativa</b>	- Como elaborar um curriculum vitae (A8) - Inscrever no centro de emprego: como é que se faz? (A9) - Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego (simular uma entrevista de emprego) (A10)
<b>Ações de sensibilização</b>	- Violência no Namoro (A11)
<b>Celebração de dias temáticos</b>	- Confeção do bolinho para o Dia do Bolinho (A12) - Árvore de natal dos sonhos (A13)

A tabela 8 sintetiza as principais áreas de intervenção, bem como as atividades a desenvolver em cada área de intervenção, cuja calendarização se encontra plasmada na figura 4.

**Figura 4.** Cronograma das atividades

Meses	Outubro-19	Dezembro-19	Janeiro – 20
Dias			
1			
2			A1 A2 A4
3			
4			
5			
6			
7			A2
8			A6
9			
10			
11		A13	
12			
13			A5
14			
15			A5
16			
17			A8
18		A13	
19		A1	
20		A11	A3
21			
22			A6
23			
24			A3 A9
25			
26			
27			
28			A2 A10
29	A12		
30	A12	A4	
31			A6

#### 4.2. Atividades relacionadas com a autoconceito

Como foi referenciado antes, um dos campos de treino das competências relaciona-se com as competências ao nível da autonomia relacional/pessoal. É precisamente sobre as atividades desenvolvidas ao longo do estágio neste domínio que este ponto se debruça.

**Tabela 9.** *Quadro síntese das atividades relacionadas com o autoconceito*

<b>Atividade</b>	<b>Destinatários</b>	<b>Objetivos</b>
<b><i>Autonomização (A1)</i></b>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Refletir sobre o significado do projeto de vida autonomização
<b><i>Árvore dos Sonhos (A2)</i></b>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia Jovens do grupo 4 de autonomia	- Refletir sobre a importância dos sonhos - Conscientizar as jovens para a importância de fazer escolhas - Incentivar a definição de metas de vida ao nível pessoal, profissional e académico - Sensibilizar as jovens para a influência das escolhas do momento para o futuro
<b><i>Dinâmica “Papel amassado- E agora?” (A3)</i></b>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia	- Sensibilizar para o tema do respeito - Sensibilizar para a importância de estabelecer relações positivas
<b><i>Sessão de fotografias (A4)</i></b>	Geral	- Promoção da autoestima - Proporcionar momentos de lazer

Foram contempladas quatro atividades aplicadas a grupos diferenciados (cf. Tabela 9). Com estas atividades pretendia-se, de um modo geral, trabalhar questões relacionadas com as relações interpessoais e incitar a responsabilização das ações.

#### *4.2.1. Atividade “Autonomização” e “Árvore dos Sonhos”*

Na atividade “Autonomização” participaram 9 jovens e na atividade “Árvore dos Sonhos” participaram 14 jovens. A segunda atividade contou com mais participantes porque a primeira foi direcionada às mais jovens. Logo, 5 jovens apenas realizaram a atividade da “Árvore dos Sonhos”.

Na primeira atividade, foi apresentado o conceito de autonomização e pretendia-se que as jovens refletissem sobre o mesmo. Procurou-se que cada uma indicasse o que é que o conceito significava para si e que explicitassem qual era, no seu entender, a diferença entre regressar às suas casas e se autonomizarem. Também foi abordada, de forma breve, a medida de apoio para autonomia de vida.

Desta forma, de acordo com a visão das jovens, autonomização resume-se a regressarem às suas casas, considerando, na sua maioria, que foram institucionalizadas por “mau comportamento”, ou seja, a auto culpabilizam-se. Relativamente à medida de apoio à autonomia

de vida, mostraram-se pouco recetivas a esta informação considerando que, mesmo existindo essa medida, nunca irão beneficiar da mesma. Algumas jovens consideram que só se vão autonomizar quando saírem, referindo a sua vontade de sair após a realização dos 18 anos para a casa dos pais/avós, respetivamente. Para aceitar as intervenções que possam existir no seio da instituição, é necessário que as jovens aceitem o seu acolhimento e o motivo pela qual foram institucionalizadas, pois para que haja uma alteração de comportamentos é necessário que se concorde que existe algo que precisa de ser mudado.

Percebendo a sensibilidade do tema abordado, e tendo como um dos objetivos a consciencialização da importância das escolhas e do modo como estas se refletem no futuro, tornou-se pertinente juntar a atividade da autonomização com a atividade da árvore dos sonhos.

Antes da segunda parte da atividade ser iniciada, foi realizada uma pequena dinâmica introdutória onde se perguntou às jovens se já tinham, alguma vez, pensado no seu futuro. As opiniões foram divididas:

*“Eu não planeio nada, não penso no amanhã, só no hoje”*

*“Penso sempre no dia a seguir e não no de hoje”*

*“Pensam sim (as pessoas), só não querem é admitir”*

(excerto da nota de campo: 07/01/2020, jovens 16 anos)

Seguidamente, foi dado a cada jovem uma folha com uma árvore, apenas com os ramos, e foi-lhes pedido que em cada ramo escrevessem um sonho, uma meta, projetos de vida, um objetivo, ou a nível pessoal, académico ou profissional. A partir das respostas refletiu-se sobre as possibilidades de alcançar o que pretendem, o que era necessário para o alcançar e mesmo o que teria de ser alterado para permitir que os sonhos fossem concretizáveis. Durante esta atividade, também se refletiu sobre a relação entre os sonhos que pretendiam alcançar e a autonomização, e de que modo o projeto de vida autonomização pode influenciar a concretização dos sonhos. Por fim, foi pedido para referirem qual seria o sonho mais fácil de realizar e o mais difícil e porquê, de modo a potenciar a reflexão sobre as capacidades pessoais para o alcance dos objetivos. Durante a atividade, algumas das jovens não sabiam o que escrever, talvez por não refletirem muito sobre o seu futuro, outras não quiseram referir todos os seus sonhos escritos na árvore, só alguns.

A atividade com este formato foi realizada com o Grupo I, II, III, sendo num dia com o Grupo I e no outro com o Grupo II e III.

A estes grupos, no final foi pedido que avaliassem a primeira parte da atividade, tendo passado um questionário com as opções: “Muito útil”, “Mais ou menos útil”, “Pouco útil” e “Nada útil”. Deste modo, 25% consideraram “Muito útil”, 55% “Mais ou menos útil” e 20% “Pouco útil”.

No final da segunda parte da atividade, questionou-se as jovens sobre o seu grau de satisfação:

*“Até é fixe partilhar os nossos sonhos”* (excerto da nota de campo: 07/01/2020, jovem 17 anos)

*“Eu aprendi a refletir melhor e com mais atenção sobre o meu futuro”* (excerto da nota de campo: 02/01/2020, jovem 16 anos)

Devido às idades mais avançadas no Grupo IV de autonomia (19 a 23 anos), foi apenas realizado com este a atividade “árvore dos sonhos”. À pergunta “*Qual seria o sonho mais difícil de concretizar?*”, uma das jovens respondeu que se se esforçasse, nenhum dos sonhos seria difícil de concretizar, dependia dela, o que demonstra a interiorização dos ideais da meritocracia. Uma das jovens mostrou mais dificuldade em saber o que haveria de escrever, pois a temática do futuro e das escolhas para o futuro era algo em que não pensava.

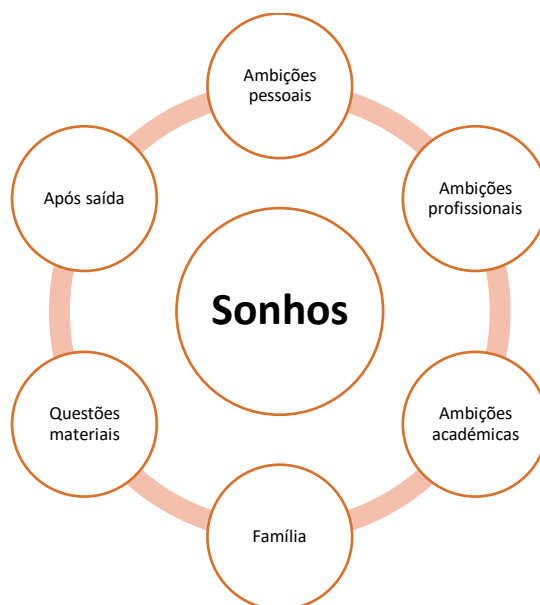
*“Achei muito importante a atividade da árvore dos sonhos, dado que é importante refletir sobre o nosso percurso e os passos que devemos adotar. Como o grupo está em fases semelhantes foi enriquecedor pela partilha de opiniões.”* (excerto da nota de campo: 28/01/2020, jovem 23 anos)

*“Achei a atividade um bom tempo que passámos juntas. Foi bom para partilharmos os nossos receios e objetivos (muitos deles comuns). Boa oportunidade para nos livrarmos e darmos liberdade às nossas emoções.”* (excerto da nota de campo: 28/01/2020, jovem 22 anos)

A atividade tornou-se num momento de partilha de experiências e sentimentos, tendo sido abordados temas como a experiência de acolhimento, o acolhimento tardio, os comportamentos das jovens mais novas e da sua necessidade de sentir que alguém se preocupa com elas.

A figura 5 traduz as diferentes dimensões que foram abordadas pelas jovens na realização da atividade Árvore dos Sonhos.

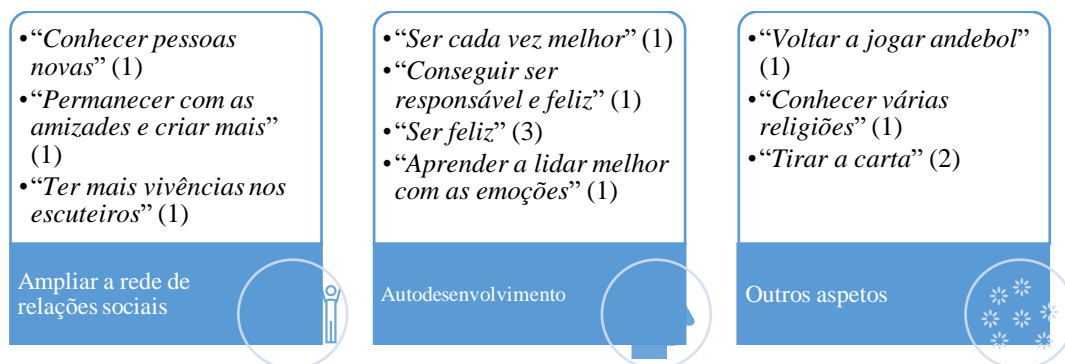
**Figura 5.** Dimensões abordadas na *Árvore dos Sonhos*



**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

No domínio das ambições pessoais, as respostas oscilam entre a ampliação do capital relacional, o autodesenvolvimento e aspetos diversos (cf. Figura 6). A manutenção e, sobretudo, ampliação da rede relacional poderá estar relacionado com um dos receios das jovens face ao processo de autonomização: viver sozinha. Afigura-se assim fundamental ter uma rede de suporte baseada nas relações de amizade, já que nem sempre se pode contar com a rede familiar neste processo.

**Figura 6.** *Sonhos no domínio das ambições pessoais*<sup>10</sup>



**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

<sup>10</sup> O número colocado à frente de cada citação representa o nº de vezes que foi referido pelas jovens.

No âmbito das ambições profissionais, as jovens oscilam entre a identificação concreta de profissões e a referência a condições concretas de trabalho (cf. Tabela 10). De entre as que salientam profissão, há a destacar o fato de a maior parte das profissões indicadas exigir qualificações académicas de nível superior, o que de resto está em linha com as ambições académicas que serão analisadas mais à frente. De entre as respostas relacionadas com condições concretas de trabalho, destaca-se a importância da auto-realização (fazer algo de que se gosta) e a estabilidade.

**Tabela 10.** *Sonhos no domínio das ambições profissionais*<sup>11</sup>

Domínio	Subdomínio	Exemplo
<b>Ambições profissionais</b>	Identificação da profissão	“Ser cantora” (2) “Ser enfermeira” (1) “Ser psicóloga criminal” (1) “Acabar o curso e ser educadora” (1) “Queria trabalhar no restaurante” (1)
	Identificação de condições concretas de trabalho	“Trabalhar na área que gosto” (1) “Profissão que eu goste” (1) “Ter um emprego estável” (1) “Ter um bom emprego” (1) “Estagiar para perceber melhor o mercado de trabalho” (1) “Ter um trabalho de verão” (1) “Fazer estágio profissional” (1)

**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

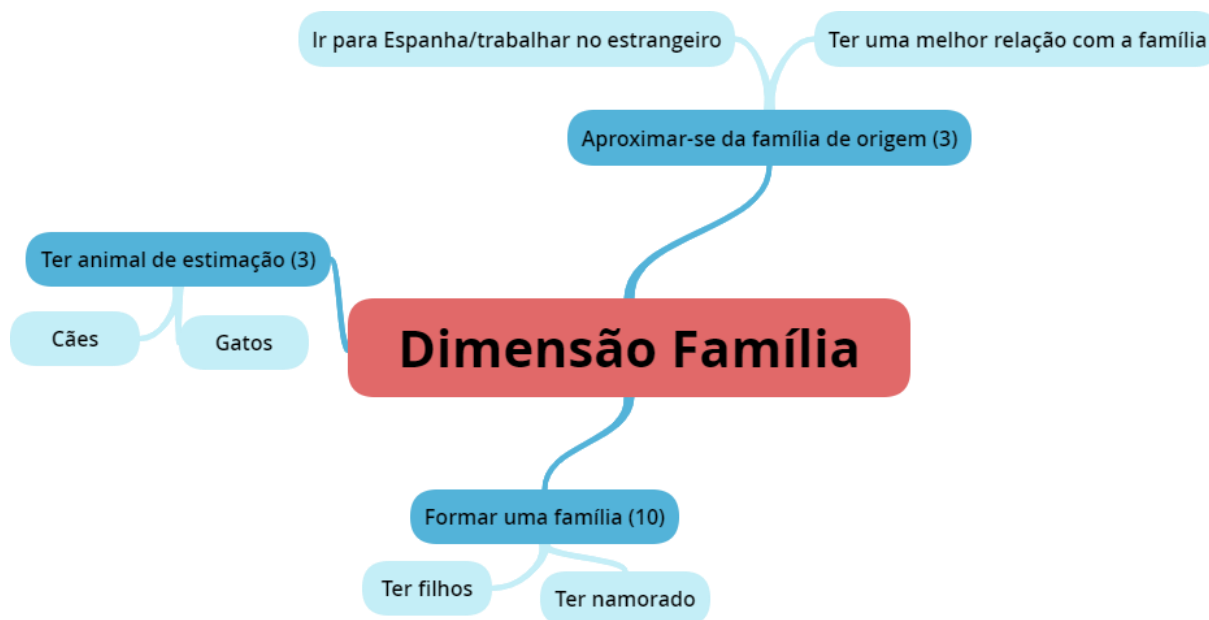
Foram 7 as jovens que indicaram ter alguma ambição no domínio académico (“*Acabar o curso*”; “*Acabar os estudos com uma boa média*”; “*Entrar na licenciatura*”; “*Estudar muito*”; “*Concluir os estudos até ao fim*”; “*Tirar a formação de turismo e teatro*”. Todas evidenciam a vontade de terminar a formação escolar, havendo uma que deseja não só terminar, mas sobretudo terminar com uma boa classificação final, o que traduz dedicação e empenho no percurso escolar.

O domínio da família tem uma expressão de destaque nesta atividade (cf. Figura 7). As jovens mostraram a vontade de formar a sua própria família, sendo de realçar que se referiram a “formar” e a “ter” a sua família, e não o “voltar” para casa dos seus pais ou familiares. E esta resposta foi recorrente em todos os grupos. No entanto, destaca-se o facto de, embora não o fazendo de forma direta, se subentende que há, igualmente, um desejo de proximidade à família de origem: é o caso de as respostas “*Trabalhar no estrangeiro*” e “*Ir a Espanha*”, uma vez que

<sup>11</sup> O número colocado à frente de cada citação representa o nº de vezes que foi referido pelas jovens.

os avós da jovem residem em Espanha e desta forma a vontade de visitar ou encontrar trabalho estão relacionadas com a necessidade de estar mais próxima dos avós e não para viajar apenas por lazer.

**Figura 7.** *Sonhos no domínio da família*<sup>12</sup>



**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

Relativamente ao domínio das questões materiais, destaca-se, por um lado o desejo de independência traduzido no sonho de ter uma casa e de ter um carro e, por outro lado, o sonho de conhecer figuras famosas, habitualmente associadas ao sucesso, fama e fortuna (por exemplo: “*Conhecer a Marisa Liz*”; “*Conhecer o Justin Bieber*”).

Já quanto aos sonhos a concretizar no período após a saída da casa de acolhimento, destaca-se a ideia de viajar: “*Viajar pelo mundo*”; “*Queria ir ao Brasil*”; “*Ir de Erasmus*”; “*Fazer uma viagem de carro com as amigas*”; “*Sair de Leiria*”. As respostas traduzem a necessidade de abertura a novos horizontes por via do contacto com outras realidades.

Pode assim concluir-se que os sonhos mais significativos se prendem com a formação de família e aproximação à família de origem, com a concretização dos estudos e consequente inserção no mercado de trabalho, decorrendo daqui igualmente, o desejo de independência e de autonomização.

Esta atividade foi importante na medida em que permitiu trabalhar com estas jovens uma dimensão da vida que é difícil de equacionar quando se tem percursos como os que

<sup>12</sup> O número colocado à frente de cada citação representa o nº de vezes que foi referido pelas jovens.

tiveram, marcados pela violência, pelo abandono, pelas ruturas. Foi assim criada uma oportunidade para refletir não só sobre se têm sonhos, mas também sobre o que gostariam de concretizar na vida. Procurou incentivar-se as jovens para a definição de metas de vida ao nível pessoal, profissional e académico e sensibilizar para a influência que as escolhas do momento podem ter no futuro.

#### 4.2.2. Atividade “Dinâmica do Papel amassado- E agora?”

A dinâmica foi realizada com o Grupo I (duas jovens) e posteriormente com o Grupo II e III (1 e 2 jovens, respetivamente) e teve como objetivos sensibilizar para o tema do respeito e para a importância de estabelecer relações positivas, temática de especial relevância tendo em conta que as jovens se encontram na Fase V de desenvolvimento (Identidade vs Difusão de Identidade), segundo Erickson. Esta fase é fundamental para a integração gradual das jovens na idade adulta, existindo algumas crises de identidade antes de estas adotarem decisões consideradas integras. Por conseguinte, Erikson (1972) considera que a construção da identidade está diretamente relacionada com a definição de pessoa, dos seus valores e do caminho que pretende seguir. Neste sentido, considera que o desenvolvimento é um processo realizado em oito fases e, à medida que a pessoa vai solucionando crises vai passando para a fase seguinte, sendo esta capacidade de solução responsável pelo aumento da maturidade psicológica, ou seja, da integração de identidade.

Como ponto de partida para o tema abordado, foi passado um pequeno questionário composto por um conjunto de afirmações às quais as jovens tinham de responder “sim”, “não” ou “nem sempre”. As respostas às questões encontram-se evidenciadas na tabela 11.

**Tabela 11.** Respostas ao questionário pré-atividade

	Sim	Não	Nem sempre	Total
<i>“Eu respeito os outros.”</i>	3	-	2	5
<i>“Eu sinto-me respeitada pelos outros.”</i>	1	-	4	5
<i>“Eu tenho amizades que considero importantes para mim.”</i>	5	-	-	5
<i>“Eu tenho, pelo menos, uma pessoa em quem confio.”</i>	4	-	1	5
<i>“Eu não tomaria uma atitude se soubesse que iria, de propósito, magoar o outro.”</i>	1	2	2	5
<i>“Eu sei expressar aquilo que sinto.”</i>	2	2	1	5
<i>“Eu respeito as escolhas dos outros.”</i>	5	-	-	5

**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

Através das respostas dadas pelas jovens é possível de verificar que, no geral, as jovens consideram que respeitam as escolhas dos outros, no entanto, nem sempre que sentem respeitadas. No que diz respeito à pergunta “Eu não tomaria uma atitude se soubesse que iria, de propósito, magoar o outro”, esta é a pergunta que mais divide as participantes nas suas respostas.

Deste modo, para a realização da parte central da atividade, foi fornecido a cada jovem metade uma folha A4 e foram realizadas algumas perguntas como: “Alguma vez se sentiram desrespeitadas?”, “Alguma vez desrespeitaram alguém?”, “Alguma vez alguém traiu a vossa confiança?”, “Alguma vez tiveram alguma atitude, mesmo sabendo que iria magoar a outra pessoa?”, “Já traíram a confiança de alguém?”. Sempre que a resposta fosse afirmativa tinham de amachucar a folha, fazer uma bolinha e depois tinham de tentar colocar a folha exatamente como ela estava quando lhes foi entregue. A razão desta dinâmica era mostrar às jovens que as pessoas são como papéis amachucados, uma vez que quando são magoadas e ofendidas, e se sentem desrespeitadas pelas atitudes das outras pessoas, mesmo que possam perdoar a outra pessoa, acabam sempre por ficar afetadas porque perdoar e esquecer são coisas diferentes (“não se pode voltar a colocar um papel amachucado como era antes”). Por isso, tanto no ambiente escolar, familiar, nas relações pessoais com a família, com os amigos, com os adultos, tudo aquilo que fazemos tem consequências e por isso devemos sempre pensar antes de agir, respeitar as pessoas e tratá-las como gostávamos de ser tratadas, porque para conseguirmos manter uma relação, precisamos de respeitar a outra pessoa.

No final, foram colocadas algumas perguntas no sentido de avaliar a atividade realizada, com perguntas sobre o que tinham achado, o que tinha aprendido e se consideravam que tinha sido uma atividade útil. De uma forma geral, todas as jovens consideram a atividade muito útil, embora duas das jovens tivessem estado indecisas entre a resposta “Muito útil” e “Mais ou menos útil”.

*“Aprendi que tudo fica marcado, e que por muito que achemos que não estamos a magoar os outros ou que eles vão acabar por esquecer, fica lá marcado.”*

*“Achei engraçado e fez-nos perceber o objetivo desta atividade, que é perceber que não podemos voltar atrás com as nossas atitudes sem termos consequências ou sem ficar com marcas.”* (excerto da nota de campo: 20/01/2020, jovens 16 anos)

*“Interessante e muito importante para o nosso dia-a-dia.”*

*“Aprendi que tenho de dar valor às pessoas que gostam de mim.”* (excerto da nota de campo: 24/01/2020, jovem 17 anos)

Durante a avaliação da atividade com as jovens ficou claro que algumas ficaram sensibilizadas e pensativas com a metáfora do papel: depois de amachucado, nunca mais se consegue colocar o papel no seu estado de perfeitamente liso já que as marcas ficam lá para sempre. Senti que refletiram realmente, durante a atividade, sobre o impacto que as suas atitudes podem ter nos outros e o impacto que as atitudes dos outros têm na sua vida e qual a importância de pensar antes de agir e falar. Isto é tanto mais importante quanto pude constatar, durante o estágio, que são jovens que agem impulsivamente, sem refletir sobre as consequências dos atos e das palavras. A atividade constituiu, por isso, um momento de tomada de consciência, por parte das jovens, desta realidade.

Esta atividade foi importante para as jovens de modo a consciencializá-las para a importância de refletir sobre os sonhos, consciencializar para a importância de fazer escolhas, incentivar para a definição de metas de vida ao nível pessoal, profissional e académico e sensibilizar para a influência das escolhas do momento no futuro.

#### *4.2.3. Atividade “Sessão de fotografias”*

Segundo Plummer (2012), a autoestima é um fator fundamental na construção e, posteriormente, na manutenção do bem-estar mental, social e emocional, exercendo também uma função importante no percurso académico. Por conseguinte, crianças e jovens com baixa autoestima têm uma maior tendência para a desvalorização das suas capacidades negando, muitas vezes, o seu sucesso.

Neste sentido, esta atividade foi realizada com um grupo de 9 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, no período das férias do natal e teve como objetivos: promover a autoestima através de uma sessão fotográfica, proporcionar momentos de lazer e promover a união de grupo. O interesse desta atividade resulta da pertinência de trabalhar com jovens institucionalizadas e que se encontram na adolescência.

Teve lugar em vários pontos do centro de Leiria, como o parque Luís de Camões, Fonte Luminosa e Parque do Avião, permitindo também, às jovens, conhecer alguns pontos da cidade onde vivem. Durante a atividade, as jovens mostraram-se bastante divertidas, tendo querido ser elas a tirar as fotografias umas às outras (cf. figura 8).

**Figura 8.** Fotos tiradas pelas jovens durante a atividade



*“Isto é bué fixe.”* (excerto da nota de campo: 30/12/2020, jovem 12 anos)

*“Gosto quando fazemos coisas fora do Lar.”* (excerto da nota de campo: 30/12/2019, jovem 16 anos)

*“Adoro tirar fotografias.”* (excerto da nota de campo: 30/12/2019, jovem 19 anos)

A atividade permitiu não só o estreitamento de laços com a estagiária, mas, sobretudo, o estreitamento de laços entre as jovens. Criar momentos lúdicos fora da instituição é, por isso, importante para que os laços sejam reforçados.

#### **4.3. Atividades relacionadas com a gestão da vida doméstica**

É necessário ter a consciência que parte dos jovens acolhidos não poderão contar com suporte familiar após a saída da instituição de acolhimento, pelo que as competências que forem adquiridas durante o período de institucionalização serão cruciais para a concretização de uma autonomia de sucesso (Gomes, 2010). Assim, as atividades do campo da autonomia funcional tornam-se muito relevantes no que reporta à aprendizagem de competências indispensáveis para uma vida independente, tais como a capacidade de cozinhar e de saber gerir o seu dinheiro (Sousa, 2015).

Foram contempladas três atividades aplicadas a grupos diferenciados (cf. Tabela 12). Com estas atividades pretendia-se, de um modo geral, potencializar a autonomia das jovens, consciencializá-las para a importância da gestão doméstica e financeira, e estimular o desenvolvimento de capacidades para enfrentar a vida diária.

**Tabela 12.** *Quadro síntese das atividades relacionadas com a gestão da vida doméstica*

<b>Atividade</b>	<b>Destinatários</b>	<b>Objetivos</b>
<b><i>Como gerir o orçamento familiar (A5)</i></b>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Sensibilizar para a importância do orçamento familiar - Consciencializar as jovens para as práticas de poupança
<b><i>Culinária (A6)</i></b>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia Jovens do grupo 4 de autonomia	- Proporcionar aprendizagens no âmbito da culinária - Estimular a autonomia das crianças e jovens - Promover o trabalho de equipa
<b><i>Confeção de biscoitos (A7)</i></b>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia Jovens do grupo 4 de autonomia	- Proporcionar aprendizagens no âmbito da culinária - Estimular a autonomia das crianças e jovens - Proporcionar momentos de lazer com as jovens

#### *4.3.1. Atividade “Como gerir o orçamento familiar”*

Esta atividade consistiu em dotar as jovens de conhecimentos sobre o orçamento familiar e como se faz a sua gestão. Entendemos esta atividade como pertinente pois é fundamental trabalhar com as jovens competências no domínio do orçamento familiar e consciencializá-las para as práticas de poupança. Implicou que se abordassem questões como: o que são despesas fixas; o que inclui o pagamento da água, da luz e do gás, analisando e interpretando as faturas; como se dá uma contagem de água, luz e gás; que técnicas de poupança podem ser usadas.

Esta foi realizada com o Grupo I (duas jovens) e posteriormente com o Grupo II e III (2 e 1 jovens, respetivamente).

Para introduzir esta temática perguntou-se às jovens o que entendiam por gestão doméstica e o que entendiam por orçamento familiar. As respostas foram muito similares:

*“É saber gerir uma casa.”*

*“O dinheiro que uma família pode gastar.”*

(excerto da nota de campo: 13/01/2020)

Foi também passado um questionário, em tabela, para procurar compreender o nível de conhecimentos das jovens sobre o tema. Os resultados encontram-se evidenciados na Tabela 13. Através da análise da tabela, é possível de verificar que as participantes, de um modo geral, tinham poucos conhecimentos sobre as diversas temáticas, evidenciando-se o menor

conhecimento sobre a realização de um orçamento familiar e da interpretação das faturas da luz e da água. Apenas na opção “sei o que são despesas domésticas” a quantidade de respostas Sim supera as restantes.

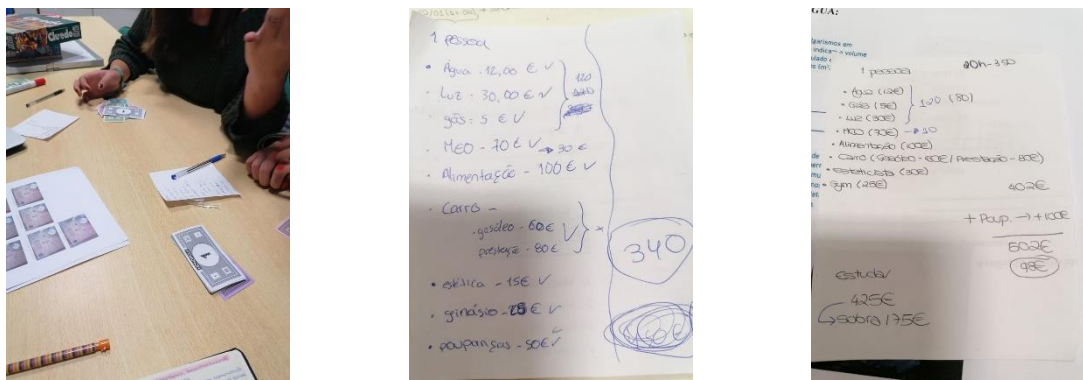
**Tabela 13.** Respostas ao questionário colocado às jovens antes da atividade “Como gerir o orçamento familiar”<sup>13</sup>

	Sim	Mais ou menos	Não	Total
Sei o que é um orçamento familiar	1	3	1	5
Sei fazer um orçamento familiar	-	2	3	5
Sei o que são despesas domésticas	3	2		5
Sei qual é o modo de pagamento da água	2	1	2	5
Sei qual é o modo de pagamento da luz	2	2	1	5
Sei qual é o modo de pagamento do gás	2	-	2	4
Sei interpretar uma fatura da água	-	2	3	5
Sei interpretar uma fatura da luz/gás	-	1	3	4
Sei como poupar o meu dinheiro	2	2	-	4
Sei o que são despesas fixas	-	3	1	4

Fonte: Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

Para a realização da atividade recorreu-se às notas do Monopólio, tendo-se solicitado às jovens que concretizassem um orçamento familiar: primeiro com o salário mínimo de 630 euros e depois com um part-time de 350 euros (para simular situações em que estivessem a estudar e a trabalhar em part-time). O objetivo era gerir o orçamento de modo a pagar todas as contas inerentes a despesas fixas (água, luz e gás), alimentação e a outras despesas que considerassem necessárias, tendo obrigatoriamente de colocar, pelo menos, 50 euros em poupança (cf. figura 9).

**Figura 9.** Fotos da atividade “Como gerir um orçamento familiar”



<sup>13</sup> O total não corresponde sempre a 5 em virtude de as jovens não terem respondido sempre a todas as questões.

A realização do orçamento familiar foi a parte da atividade que as jovens mostraram mais interesse, questionando como seria o orçamento caso estivessem a estudar e, neste caso, teriam de ter um part-time e perceberam que não seria uma tarefa muito fácil trabalhar, estudar e pagar as contas.

*“Gostei muito da atividade. Gostei mais de poder saber o dinheiro que as pessoas gastam mais ou menos por mês e o difícil que é pagar as coisas sozinha.”* (excerto da nota de campo: 13/01/2020)

*“Eu achei interessante porque aprendemos a ler os contadores e as despesas.”* (excerto da nota de campo: 13/01/2020)

*“Eu achei interessante e muito produtivo e fez muito sentido. O que mais gostei foi aprender a interpretar uma fatura.”* (excerto da nota de campo: 15/01/2020)

No final da atividade, foi utilizado o mesmo questionário realizado antes da atividade. As respostas encontram-se plasmadas na tabela 14 e permitem constatar que, de um modo geral, houve uma melhoria no grau de conhecimento sobre as temáticas em questão.

**Tabela 14.** Respostas ao questionário colocado às jovens depois da atividade “Como gerir o orçamento familiar”<sup>14</sup>

	Sim	Mais ou menos	Não	Total
<i>Sei o que é um orçamento familiar</i>	5	-	-	5
<i>Sei fazer um orçamento familiar</i>	4	1	-	5
<i>Sei o que são despesas domésticas</i>	5	-	-	5
<i>Sei qual é o modo de pagamento da água</i>	4	-	-	4
<i>Sei qual é o modo de pagamento da luz</i>	4	-	-	4
<i>Sei qual é o modo de pagamento do gás</i>	4	-	-	4
<i>Sei interpretar uma fatura da água</i>	5	-	-	5
<i>Sei interpretar uma fatura da luz/gás</i>	4	-	-	4
<i>Sei como poupar o meu dinheiro</i>	3	1	-	4
<i>Sei o que são despesas fixas</i>	4	-	-	4

**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

É de salientar que a jovem que anteriormente não tinha respondido a algumas questões, após a atividade não respondeu às questões 4 a 6. Na pergunta 8 (Sei interpretar uma fatura da luz/gás) colocou um x em duas opções (“mais ou menos” e “não”), tendo as respostas sido anuladas. Por fim, na pergunta 9 colocou a colocar duas respostas (“sim” e “não”), tendo

<sup>14</sup> O total não corresponde sempre a 5 em virtude de as jovens não terem respondido sempre a todas as questões.

também sido anulada. Embora tendo questionado as jovens sobre potenciais dificuldades na interpretação das questões, considero que neste caso em particular deveria de ter estado mais atenta e disponibilizar-me para um maior apoio, mesmo que a jovem não o quisesse. Por outro lado, considero que deixar-lhes alguma autonomia no preenchimento do questionário era importante para as valorizar e reconhecer as suas capacidades. Porém poderia sim, discretamente, ter pedido para a jovem em questão se sentar ao meu lado de forma a poder auxiliá-la.

Esta atividade foi realizada duas vezes com grupos distintos, com o Grupo I de Autonomia e, posteriormente, com o Grupo II e III de Autonomia. Esta junção de grupos deve-se aos horários das jovens, o que impossibilitou a sua realização separadamente.

#### *4.3.2. Atividade “Culinária” e “Confeção de biscoitos”*

Esta atividade consistiu em dotar as jovens de conhecimentos no que diz respeito à confeção de refeições através da confeção de uma ementa, proporcionando: aprendizagens no âmbito da culinária; estímulo à autonomia; trabalho em equipa; momentos de lazer. A relevância desta atividade prende-se com o facto de as jovens terem identificado como um dos aspetos menos positivos da instituição o facto de não poderem entrar na cozinha do Lar e, por isso, não terem a possibilidade de aprender e exercitar competências em matéria de culinária.

Para além da confeção de uma ementa, os grupos 1, 2 e 3 ainda tiveram de pesquisar, nos supermercados online, os preços dos produtos de que iriam necessitar para confeccionar a refeição. Deste modo também teriam uma noção do custo da refeição. Para além disso, a atividade implicava o trabalho em equipa, potenciando o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais.

A atividade foi realizada por duas vezes: uma primeira vez com as jovens dos grupos de autonomia I, II e III em conjunto (grupo de culinária A); uma segunda vez com as jovens do grupo de autonomia IV (grupo de culinária B). Estas duas atividades foram definidas para serem realizadas separadamente, no entanto, devido aos horários escolares das jovens e à logística implicada na sua realização foram realizadas conjuntamente. A junção de grupos ficou a dever-se ao facto de nem todas as jovens do mesmo grupo de autonomia estarem disponíveis para a realização da atividade.

Ao grupo de culinária A, dividido em dois subgrupos, foi pedida a confeção de esparquete à bolonesa e posteriormente a confeção de uma sobremesa (biscoitos). A primeira tarefa consistiu na pesquisa dos preços dos ingredientes necessários. Quando terminaram a

pesquisa dos preços dos ingredientes e somaram os valores, mostraram-se surpreendidas com o custo total da refeição pois pensavam que esta ficaria muito mais barata.

*“Fogo! Pensava que era menos!”* [jovem referindo-se ao custo total da refeição]

(excerto da nota de campo: 08/01/2020)

A segunda tarefa consistiu na confeção do prato. O grupo de culinária A foi subdividido em dois e cada grupo tinha como função a preparação da carne da bolonhesa, tendo consigo a receita com a indicação dos ingredientes, quantidades e modos de fazer. Quando a carne estava adiantada em termos de preparação, cada grupo começou a preparar a salada para acompanhar, bem como a massa para os biscoitos. Em relação aos biscoitos, depois da massa preparada, todas as jovens, à vez, a moldaram de acordo com o formato que gostariam de dar aos biscoitos. No final, cada grupo empratou a sua confeção apresentando ao outro grupo.

Foi possível de perceber que durante a atividade um dos grupos estava mais descontraído e capaz de a realizar e o outro grupo requereu um pouco mais de orientação uma vez que no início não sabiam bem por onde começar perguntando várias vezes *“O que é que temos de fazer?”*. As jovens mostraram interesse e vontade de trabalhar em equipa, tendo-se ajudado mutuamente. Ambos fizeram um excelente trabalho, muito saboroso e apreciado por todas (cf. figura 10).

**Figura 10.** Fotografias das atividades “Culinária” e “Confeção de biscoitos”



Ao grupo de culinária B, constituído pelas jovens mais velhas e cuja saída da instituição está mais próxima, foi solicitado que confeccionassem dois pratos principais (sopa de legumes e bifanas de porco com cogumelos) e uma sobremesa (biscoitos). Para a realização dos dois pratos estariam subdivididas em dois subgrupos e para a realização da sobremesa estariam juntas. Durante a atividade iam fazendo perguntas como *“O que é que temos de fazer a seguir?”*

e “*Está bem assim?*”, entre outras questões. No entanto, não lhes foram dadas muitas indicações de modo a terem uma experiência aproximada à que poderão vir a ter tiverem de viver sozinhas.

De um modo geral as jovens demonstraram ter gostado da atividade, desde logo porque lhes foi dada autonomia para a escolha de um dos pratos. Durante a atividade, mesmo estando as jovens divididas por tarefas mostraram um forte espírito de entreaajuda, disponibilizando-se para se ajudarem mutuamente. A maior dificuldade foi na confeção da sopa uma vez que era uma estreia para a maioria e não sabiam como proceder para a confeccionar (cf. Figura 11).

**Figura 11.** *Fotografias da confeção da sopa*



Esta atividade não teve apenas como objetivo trabalhar as questões da autonomia, mas também foi importante para a aquisição de algumas competências ao nível pessoal, relacional, de trabalho em equipa, de coordenação, de negociação e resolução de conflitos, uma vez que para a realização desta atividade não era apenas necessário confeccionar, mas saber fazê-lo em equipa, ouvindo as opiniões de todos os elementos e tomando decisões de grupo.

*“Fazer a nossa comida faz muita diferença, comemos com mais gosto.”*

*“Comer comida feita na hora, maravilha”*

(excerto da nota de campo: 08/01/2020)

#### **4.4. Atividades relacionadas com a preparação da vida ativa**

A transição para a vida adulta é, hoje, cada vez menos um processo linear em virtude das dificuldades que se colocam aos jovens em matéria de emprego e de possibilidade de ter uma vida economicamente estável e independente dos outros. A precariedade laboral, a vulnerabilidade ao desemprego e os baixos salários são fatores que concorrem para tornar mais difícil este processo. Neste sentido, desenvolveu-se um conjunto de atividades voltadas para a preparação para a vida ativa.

No total foram realizadas quatro atividades que, de um modo geral, pretendiam responsabilizar as jovens para a resolução de assuntos pessoais e estimular a procura de informações e recursos (cf. Tabela 15).

**Tabela 15.** *Quadro síntese das atividades relacionadas com a preparação da vida ativa*

Atividade	Destinatários	Objetivos
<b>Como elaborar um curriculum vitae (A8)</b>	Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Sensibilizar para a importância da elaboração do <i>curriculum vitae</i> - Dotar as jovens de técnicas de elaboração de <i>curriculum vitae</i>
<b>Inscriver no centro de emprego: como é que se faz? (A9)</b>	Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Dotar as jovens de conhecimentos sobre as funções do centro de emprego - Consciencializar sobre a importância da inscrição no centro de emprego
<b>Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego (simular uma entrevista de emprego) (A10)</b>	Jovens do grupo 4 de autonomia	- Potenciar conhecimentos sobre técnicas de procura de emprego - Estimular a procura ativa de emprego - Estimular a importância da preparação para uma entrevista

#### 4.4.1. Atividade “Como elaborar um curriculum vitae”

Esta atividade pretendeu sensibilizar para a importância da elaboração do curriculum vitae e dotar as jovens de técnicas para a sua elaboração. Para a realização da atividade foi necessário avaliar, previamente, o que as jovens sabiam sobre o curriculum vitae e se já alguma vez tinham elaborado algum. Para o efeito passou-se questionário com um conjunto de afirmações relacionadas com a temática (cf. Tabela 16).

**Tabela 16.** *Questionário colocado às jovens antes da atividade “Como elaborar um curriculum vitae”*

	Sim	Mais ou menos	Não	Total
“Sei o que é um currículo.”	2	2	-	4
“Sei para que serve um currículo.”	3	1	-	4
“Já fiz um currículo, pelo menos, uma vez.”	1	-	3	4
“Sei o que é uma carta motivacional.”	1	1	2	4
“Já fiz uma carta motivacional.”	-	1	3	4

**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

Ao analisar as respostas das jovens, verifica-se que a maioria sabe para que serve o currículo, no entanto, em relação ao seu conhecimento sobre o que é o currículo as respostas

estão divididas. Mesmo sabendo a utilidade do currículo, apenas uma jovem já tinha realizado um, pelo menos uma vez. Quanto à carta motivacional, as respostas evidenciam um maior desconhecimento, não só sobre em que consiste, mas também ao nível da sua elaboração.

Deste modo, começou-se a atividade por explicar às jovens, recorrendo a um exemplo, em que consistia um *curriculum vitae*. Em seguida, foram-lhes apresentadas as alternativas para a realização de um *curriculum vitae*: o modelo mais formal do Europass e um modelo mais informal. Através do site [www.canva.com](http://www.canva.com) foram desafiadas a elaborar o seu curriculum vitae, tendo-lhes sido prestado todo o apoio necessário.

A atividade incluiu, ainda, uma explicação sobre cartas motivacionais, em que consistem e seu objetivo. Para o efeito também se ilustrou com um exemplo.

Após o término da atividade, foi-lhes passado um questionário para aferir a utilidade da atividade. Todas responderam que consideraram a atividade útil e posteriormente para responderem o que tinham aprendido, as respostas foram similares:

*“Aprendi a desenvolver um currículo.”*

*“Aprendi como se faz um currículo.”*

(excerto da nota de campo: 17/01/2020)

Uma das jovens destacou-se mostrando particular interesse, pois tenciona candidatar-se a um estágio fora do país e necessita de fazer o seu currículo para concorrer, tendo até pedido para tirar fotografia do exemplo da carta motivacional.

#### *4.4.2. Atividade “Inscrever no centro de emprego: como é que se faz?”*

Para além da importância da elaboração do CV e das cartas motivacionais, trabalhou-se com as jovens, igualmente, a importância do recurso às instituições como o IEF no momento da procura de trabalho. Esta atividade tinha como objetivos: dotar as jovens de conhecimentos sobre as funções do centro de emprego, consciencializando-as para a importância da respetiva inscrição.

Neste sentido, procurou compreender-se o que sabiam as jovens sobre este serviço em particular. Para o efeito foi passado um questionário, cujas respostas se encontram evidenciadas na Tabela 17.

**Tabela 17.** Questionário colocado às jovens antes da atividade “Inscrever no Centro de Emprego: como é que se faz?”

	Sim	Mais ou menos	Não	Total
“Sei o que é o Centro de Emprego.”	3	1	-	4
“Sei para que serve o Centro de Emprego.”	3	1	-	4
“Sei onde é o Centro de Emprego.”	3	1	-	4
“Sei o que é necessário para me inscrever no Centro de Emprego.”	1	2	1	4
“Sei que o Centro de Emprego tem uma página na internet.”	2	1	1	4
“Já consultei a página do Centro de Emprego.”	1	-	3	4

**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

Pela análise das respostas verifica-se que a maioria das jovens afirma saber o que é o centro de emprego, para que serve e onde fica na cidade onde vivem. O desconhecimento é mais expressivo quanto ao que é preciso para efetuar a inscrição nesta instituição.

Deste forma, com o intuito de tornar a atividade mais dinâmica, foi fornecido às jovens um questionário com questões sobre as funções do Centro de Emprego para ser respondido em pares e com o auxílio da internet. Também se mostrou um recibo de vencimento e uma ficha de candidatura para concursos públicos, tendo sido explicadas as informações expressas nos documentos.

Durante a atividade, mostraram alguma dificuldade a aceder à informação na internet, não sabendo como pesquisar, questionando sobre como procurar no navegador para encontrar a informação pretendida.

Por forma a avaliar, no final da atividade, responderam a duas questões através de um questionário, o que tinham aprendido e se tinham considerado a atividade útil. À primeira questão, as respostas foram bastante semelhantes:

*“Aprendi mais sobre o funcionamento do Centro de Emprego.”*

*“Aprendi o que é que era o Centro de Emprego.”*

(excerto da nota de campo: 24/01/2020)

A segunda questão remetia para a utilidade da atividade, tendo como opções de resposta “útil”, “mais ou menos útil”, “pouco útil” ou “nada útil”. Por conseguinte, as jovens presentes na atividade responderam que tinham considerado a atividade útil.

#### 4.4.3. Atividade “Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego”

Esta atividade foi iniciada através da realização de um pequeno questionário para perceber o que é que as jovens sabiam sobre a temática, respondendo “Sim”, “Mais ou menos” e “Não” e teve como objetivos: potenciar conhecimentos sobre técnicas de procura de emprego, estimular a procura ativa de emprego e a importância da preparação para uma entrevista.

**Tabela 18.** Questionário colocado às jovens antes da atividade “Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego”

	Sim	Mais ou menos	Não	Total
“Já tive, pelo menos, uma entrevista de emprego.”	3	-	1	4
“Sei como me preparar para uma entrevista de emprego.”	1	3	-	4
“Sei quais são as perguntas mais frequentes de serem realizadas numa entrevista.”	1	3	-	4
“Sei como analisar e responder a anúncios de emprego.”	-	3	1	4

**Fonte:** Construção a partir dos dados recolhidos na realização da atividade

Revedo as respostas dadas, observa-se que as jovens no geral têm dúvidas sobre como se preparem para uma entrevista, tal como as perguntas frequentes de ser realizadas na mesma, e como responder a anúncios de emprego.

Para dar início à atividade, foram colocadas algumas perguntas de reflexão sobre o que se pretende quando se procura emprego: “O que quero fazer?”, “Quero trabalhar em Portugal ou no estrangeiro?”, “Quero trabalhar por conta própria ou por conta de outrem?”, “Quero trabalhar com papéis ou com pessoas?”.

Foram abordados temas como:

- Os incentivos existentes ao 1º emprego;
- A importância de ter uma pasta organizada com os documentos associados à procura de emprego: currículo, cartas de recomendações, diplomas de curso e certificados, cartões de visita de empresas e contactos;
- Os locais onde se pode obter informações sobre ofertas de emprego;
- As informações que aparecem nos anúncios de emprego e os procedimentos a ter em conta a um anúncio.

Seguidamente, abordou-se a temática da entrevista. Sobre esta questão, trabalharam-se aspetos como: modo de preparação para uma entrevista; elementos a ter com conta na

preparação para a entrevista; comportamentos recomendáveis e comportamentos a evitar; questões mais frequentemente colocadas numa entrevista de trabalho (quatro categorias: sobre a história profissional, sobre nós próprios, sobre o novo trabalho e sobre o novo trabalho/empresa, e sobre o futuro).

Por último foi referida a necessidade da realização de uma autoavaliação pós entrevista (reflexão sobre como correu a entrevista) de modo a perceber quais os aspetos que podem e devem ser melhorados numa próxima entrevista. Para finalizar a atividade, as jovens simularam uma entrevista entre si, duas a duas, escolhendo três perguntas típicas, entre as perguntas “Descreva a sua história de emprego”, “Qual a sua maior força?”, “Qual a sua maior fraqueza?”, “Diga-me uma situação de trabalho difícil e como é que a ultrapassou?”, “Quais os seus objetivos para os próximos 5 anos?”, “Quais os seus objetivos para a sua carreira?” e “Porque é que o/a deveríamos contratar?”.

No final ao avaliarem a atividade, as quatro jovens avaliaram como “muito útil”, e no que consideraram mais interessante referiram:

*“Acho que tudo o que foi dito foi muito interessante.”*

*“Ter realizado perguntas ao meu par e conhecer mais sobre ela, bem como as posturas que devemos adotar nas entrevistas.”*

*“Abordar aspeto para o futuro profissional”*

*“Aprendemos como devemos estar perante uma entrevista de emprego.”*

(excerto da nota de campo: 28/01/2020, jovens entre os 19 e os 23 anos)

No geral as jovens mostraram-se interessadas na atividade, participando ativamente e expondo exemplos das suas vivências.

#### **4.5. Ações de sensibilização**

Tendo em consideração que as jovens acolhidas se encontram na fase da adolescência, a entrar nela ou a começar a fase adulta e que, além deste fator, se encontram em fases da vida marcadas pela destruturação das redes familiares e algumas marcadas pela negligência parental e maus tratos físicos ou psíquicos, considerou-se importante sensibilizar e consciencializar as jovens para temas que são inerentes à sua vida social e pessoal, com o intuito de, através das ações de sensibilização, dotá-las de ferramentas que lhes permitam tomar decisões conscientes e informadas.

**Tabela 19.** *Quadro síntese das atividades relacionadas com as ações de sensibilização*

<b>Atividade</b>	<b>Destinatários</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Violência no Namoro (A11)</b>	Geral- 2 grupos por idades	- Sensibilizar para a temática da violência no namoro e violência de género - Consciencializar as jovens sobre o modo como as várias formas de exercer violência no namoro.

#### 4.5.1. Atividade “Violência no Namoro”

O Estudo Nacional sobre Violência no Namoro 2020 realizado sobre a “Violência no namoro em Portugal: vitimação e conceções juvenis”, teve como dimensões a legitimação da violência no namoro e a prevalência de indicadores de vitimação nas relações de namoro, sendo que 56 % da amostra (4598 jovens no total) é composto por raparigas, e tendo como idade média dos participantes 15 anos. No que concerne à legitimação, este estudo revela que 67% dos jovens não consideram formas de violência no namoro, pelo menos uma das formas questionadas, entre elas: controlo, perseguição, violência sexual, violência psicológica, violência através das redes sociais e violência física. Das variadas formas de violência, os atos que são mais aceites pelos jovens são “entrar nas redes sociais sem autorização”, “pressionar para beijar” e “insultar durante discussão/zanga” (UMAR, 2020).

Dos 67% dos jovens do total da amostra, 58% dos jovens que namoram ou já namoraram referem já ter sofrido pelo menos uma forma de violência por parte do companheiro atual ou do ex-companheiro (UMAR, 2020).

Deste modo, devido à falta de reconhecimento de violência de certos atos praticados evidenciado neste estudo e as idades das jovens acolhidas, tornou-se imprescindível a sua consciencialização no que concerne a esta temática.

Para a realização desta atividade foram feitos dois grupos, um composto por 16 jovens com idade compreendidas entre os 12 e os 18 anos e outro com 12 jovens, com idades compreendidas entre os 15 anos e os 23 anos. Para a sessão foi convidada uma técnica da Associação Mulher Séc. XXI que procedeu à apresentação do tema.

No decorrer da ação, a técnica da Mulher Séc. XXI falou sobre em que é que consistia a violência doméstica, a violência de género, a violência no namoro, a violência contra a pessoa idosa, falando sobre casos de mulheres que já foram atendidas no Centro. Abordou os vários tipos de violência, apresentando um pequeno vídeo de modo a que as jovens identificassem os vários tipos de violências exercidos, até revelaram um tipo de violência que nunca tinha sido identificado noutras sessões realizadas pelas técnicas.

Algumas jovens mostraram-se recetivas à informação e interessadas, tendo uma delas dado como exemplo a sua experiência pessoal: está num curso profissional que é frequentado, maioritariamente, por rapazes e como tal, sente que as suas capacidades são postas em causa pelo facto de ser do sexo feminino (cf. Figura 12).

**Figura 12.** *Fotografias da sessão de informação sobre “Violência no namoro”*



Outra jovem, no final da sessão, abordou a técnica da Mulher Séc. XXI no sentido de falar sobre o caso de uma amiga que sofria de violência no namoro, tentando perceber o que é que podia fazer para ajudar a amiga.

*“Foi esquisito (em relação à apresentação da Mulher Séc. XXI), porque é esquisito pensar que pode acontecer a nós (o facto de poderem ser vítimas)”* (excerto retirado de diário de campo: 02-01-2020, Jovem 14 anos)

*“Foi bom para podermos estar mais alertas”* (excerto retirado de diário de campo: 02-01-2020, Jovem 13 anos)

*“Foi mais dinâmico, o que tornou mais interessante”* (excerto retirado de diário de campo: 02-01-2020, Jovem 16 anos)

#### **4.6. Celebração de dias temáticos**

As celebrações das festividades relacionam as dimensões sociais e individuais, fazendo parte da história da Humanidade desde sempre. As festas são consideradas ações simbólicas,

uma vez que sendo um ritual, têm a capacidade de reunir dimensões como a arte, a religião, os aspetos considerados sagrados e os aspetos considerados leigos (Delgado, 2008).

No que concerne à importância das festividades para o desenvolvimento infantil, Bettelheim (2005) refere que estas celebrações contribuem para o sentimento de segurança e confiança das crianças, permitindo-lhes encontrar as forças necessárias para ultrapassarem as adversidades, pois estes dias de magia permitem que as crianças sejam capazes de gerir a realidade e, conseqüentemente, se sintam confiantes para o futuro. Deste modo, o envolvimento das crianças nestes dias temáticos estimula a sua memória afetiva e contribui para o seu desenvolvimento cultural, social e emocional.

Partindo desta reflexão, considerou-se interessante incluir no plano das atividades duas associadas a dias festivos (cf. Tabela 20).

**Tabela 20.** *Quadro síntese das atividades relacionadas com a celebração dos dias temáticos*

<b>Atividade</b>	<b>Destinatários</b>	<b>Objetivos</b>
<b><i>Confeção do bolinho para o Dia do Bolinho (A12)</i></b>	Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>- Proporcionar aprendizagens no âmbito da culinária</li><li>- Estimular a autonomia das crianças e jovens</li><li>- Proporcionar momentos de lazer com as jovens</li><li>- Estimular o trabalho de equipa</li></ul>
<b><i>Árvore de natal dos sonhos (A13)</i></b>	Geral	<ul style="list-style-type: none"><li>- Sensibilizar as jovens para a importância de fazer escolhas</li></ul>

#### *4.6.1. Atividade “Confeção do bolinho para o dia do bolinho”*

A atividade do dia do bolinho consistiu na confeção de broinhas para a comemoração do dia de Todos os Santos, dia 1 de novembro. Para a concretização desta atividade foram criados grupos de jovens consoante os horários escolares, os horários do estudo, as atividades extracurriculares e os acompanhamentos com a psicóloga do Lar. Foi uma atividade dividida em dois dias.

De acordo com a planificação, o primeiro grupo foi composto por três jovens, e estiveram a recortar as receitas das broinhas para serem coladas nos sacos onde seriam colocadas posteriormente. O segundo grupo foi composto por 4 jovens e estiveram a cortar as batatas e a abrir as nozes.

No segundo dia da atividade, dia 30 de outubro, o primeiro grupo ficou responsável pela preparação da massa, tendo ido ainda comprar erva doce, uma especiaria que estava em falta para a confeção. O segundo grupo esteve a fazer as broinhas em pequenos grupos e à vez (cf. Figura 13).

**Figura 13.** *Fotografias da atividade de confeção do bolinho para o dia do bolinho*



Esta foi uma atividade apreciada pelas jovens que participaram, tendo mostrado bastante interesse na sua concretização e questionando-se sempre, durante a atividade, o que podiam fazer. Referindo:

*“Nunca tinha feito estes bolos, que fixe.”*

*“Acho que esta foi a atividade mais fixe que já fiz aqui.”*

(excerto da nota de campo: 30/10/2019)

#### *4.6.2. Atividade “Árvore de natal dos sonhos”*

Esta atividade foi realizada em dois dias, nas férias do natal, e consistiu na realização de enfeites para colocar na árvore de natal através de moldes, colocando no verso do enfeite um objetivo que pretendessem concretizar para o ano (cf. Figura 14). As jovens ficaram reticentes em escrever o seu sonho com receio da reação das pessoas que iriam ler. Após a realização do enfeite para a árvore de natal do Lar, as jovens mostraram interesse em realizar também enfeites de natal para colocarem na árvore de natal das suas casas, fazendo também alguns presentes para oferecer aos seus familiares.

**Figura 14.** *Fotografias da atividade da Árvore de Natal dos Sonhos*



A figura 15 faz referência aos sonhos referidos pelas jovens divididos categoricamente em questões materiais, ambições profissionais, saída da instituição e a nível da família.

No domínio profissional, dos dois sonhos mencionados, um relaciona-se com a identificação concreta da profissão pretendida e outro com o sentimento de autorrealização. No domínio da saída da instituição, das três jovens que mencionaram sonhos neste domínio, todas revelam um desejo: a possibilidade de saírem da instituição.

Quatro jovens partilharam um sonho relacionado com a família. A família é o primeiro núcleo de pertença da criança/jovem e, por via das relações que se estabelecem no seu seio, exerce-se influência na construção da criança/jovem enquanto pessoa e determinam-se as suas condutas (Silva & Kaulfuss, 2017). Neste sentido, é nestas relações que as crianças se estruturam e adquirem os hábitos, os valores e os estilos de vida decisivos no modo como se relacionam e percebem a realidade (Henriques, 2015). As jovens presentes na atividade mostraram vontade de estar mais próximas da sua família e tendo sido esta atividade realizada na época natalícia estes sentimentos de saudade estiveram muito presentes. O sonho “Ir a Espanha”, ainda que de forma indireta, também se relaciona com o desejo de proximidade à família de origem, uma vez que os avós da jovem residem neste país.

**Figura 15.** *Sonhos colocados pelas jovens na árvore dos sonhos*<sup>15</sup>



Os domínios da família e saída da instituição acabam por estar correlacionados, pois este desejo de sair da instituição, relaciona-se com o desejo de reunificação familiar partilhado pelas jovens.

Relativamente ao domínio das questões materiais, destaca-se a necessidade de posse e tendo sido referido pela jovem mais nova da casa (12 anos) destaca-se também a necessidade de pertença e de se sentir próxima das restantes jovens.

#### **4.7. Outras atividades desenvolvidas no estágio – acompanhamento do trabalho técnico**

Durante o período de estágio, para além do trabalho mais específico centrado nas competências de autonomia das jovens, também houve a oportunidade de realizar outro tipo de atividades.

Primeiramente, foram realizadas atividades que não estavam contempladas no plano de modo a permitir um maior conhecimento das jovens e uma maior aproximação enquanto estagiária.

Houve a oportunidade de assistir a duas reuniões da CPCJ, sendo que uma das reuniões foi referente a duas jovens acolhidas e a outra foi referente a uma. A presença nestas reuniões

<sup>15</sup> O número colocado à frente de cada citação representa o nº de vezes que foi referido pelas jovens.

permitiu conhecer os assuntos abordados nestas reuniões entre as técnicas da casa de acolhimento e as técnicas das CPCJ gestoras do processo. Nestas reuniões podem ser abordados assuntos como a avaliação da adaptação da jovem ao novo contexto de acolhimento, a revisão da medida de acolhimento, e no caso de existirem idas ao contexto familiar/visitas no lar/visitas exteriores perceber de que forma estão a correr e se são benéficas para a jovem tendo, posteriormente, preenchido as respetivas diligências referente às reuniões.

Existiu a possibilidade de acompanhar uma jovem e a técnica de serviço social ao tribunal para revisão da medida de acolhimento. Nesta diligência foram chamados alguns familiares da jovem e foi questionado se existiriam condições para a saída da instituição. Tendo sido entendido que não, os vários intervenientes concordaram com a decisão e, deste modo, procedeu-se à redação do acordo que foi assinado por todos.

Outras atividades desenvolvidas foram o apoio ao estudo, o apoio no preenchimento da informação para a entrega dos Relatórios CASA, ida com jovens ao dentista e consulta de adolescentes, acompanhamento em sessões de autonomia das jovens com a psicóloga e participação em reuniões entre a equipa técnica.

Este acompanhamento do trabalho técnico foi uma mais valia uma vez que proporcionou o desenvolvimento das competências académicas, mas principalmente, das competências práticas a partir da interligação dos conhecimentos teóricos com o contacto direto com as circunstâncias profissionais.

## 5. Avaliação da Intervenção

A autonomização pode ser definida como “o período final da intervenção sobre autonomia, que visa a reflexão e o desenvolvimento de estratégias, tendo em vista a saída do jovem do LIJ e a sua consequente plena autonomia de vida” (Gomes, 2010, p.196).

De forma a atingir uma autonomia plena é necessário que a intervenção seja realizada de acordo com as competências do jovem, identificando as que necessitam de ser desenvolvidas de forma a que se consiga atingir os seus objetivos. Nesse sentido, torna-se importante permitir que a criança ou jovem vá assumindo responsabilidades ao longo do seu crescimento de acordo com o seu nível etário e as suas capacidades, potenciando e otimizando o seu processo de crescimento e autonomia, a sua capacidade de tomar decisões individualmente e conscientemente e a sua capacidade de resolver problemas, por forma a conduzir a uma autonomia plena e sustentada (Gomes, 2010).

Assim, as atividades realizadas no seio da instituição constituem uma ferramenta essencial para a sua futura integração socioprofissional, sendo uma vantagem para os jovens que estão acolhidos, pois são atividades que não são facilmente realizadas na sua comunidade de origem. Além disso, para a qualidade das atividades é de extrema importância que estas sejam planeadas de acordo com as necessidades específicas que cada criança ou jovem tem (Carvalho & Cruz, 2015).

O presente estudo teve como objetivos conhecer a perceção das jovens acolhidas quanto ao processo de autonomização e os desafios que o mesmo acarreta e perceber o papel dos profissionais na promoção da autonomia dos jovens, bem como a identificação dos constrangimentos sentidos pelos mesmos, desenvolvendo atividades junto das jovens com vista ao desenvolvimento de competências para a vida essenciais na transição para o processo de autonomização.

Por conseguinte, para a realização das atividades houve o cuidado de ter um conhecimento prévio sobre o que as jovens sabiam sobre determinado tema.

Fazendo um balanço das atividades realizadas, considero que dentro das atividades menos produtivas está a atividade da “autonomização” porque as jovens mostraram-se pouco recetivas a esta informação considerando que, mesmo existindo essa medida, nunca irão beneficiar da mesma. Considero que por ter sido a primeira atividade e com o grupo das jovens de 16 anos, não me preparei devidamente para as questões que poderiam ser colocadas. Outra atividade que considero ter sido menos produtiva foi a do Centro de Emprego, pois, mesmo

tendo sido dinâmica na procura de informação, considero que foi pouco estimuladora. Assim, teria sido preferível realizar uma visita ao Centro de Emprego da cidade.

As atividades que realço como terem decorrido de forma mais produtiva foram a da árvore dos sonhos e a da entrevista realizadas com o Grupo IV. A da árvore dos sonhos tornou-se num momento de partilha de experiências e sentimentos, tendo sido abordados temas como a experiência de acolhimento, o acolhimento tardio, os comportamentos das jovens mais novas e da sua necessidade de sentir que alguém se preocupa com elas. A atividade da simulação de uma entrevista de emprego revelou-se bastante interessante, tendo as jovens participado de forma ativa, revelando grande interesse e expondo exemplos das suas vivências.

Realço também a atividade do orçamento familiar, uma vez que uma parte da atividade consistia na criação de um orçamento familiar, o que lhes permitia verificar os custos associados à manutenção de uma habitação e, visto que havia pouco conhecimento prévio sobre esta temática, foi muito interessante a reação de algumas das jovens ao tomar consciência dos custos e das diferentes dimensões a que os mesmos estavam associados. O interesse pela atividade foi tal que uma das jovens sugeriu que se fizesse a simulação de um orçamento para uma situação de estudante-trabalhador em part-time.

Por conseguinte, concretizando uma avaliação sobre toda a intervenção, é possível destacar aspetos positivos e aspetos negativos.

Como aspetos positivos destaco:

- conhecer o percurso de vida das jovens e a sua adesão às atividades implementadas;
- a oportunidade de ter tido conhecimento do trabalho que é desenvolvido quanto à promoção de competências para a vida e a promoção da autonomia;
- a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho que é desenvolvido pela equipa técnica, como ter assistido a algumas reuniões com a CPCJ e a ida ao tribunal;
- a possibilidade de conhecer o modo de organização e funcionamento de uma instituição que acolhe crianças e jovens retiradas à família, bem como tomar consciência dos desafios quotidianamente enfrentados pelos profissionais e pelas jovens;

Como aspetos negativos e limitações destaco:

- o facto de o estágio ter decorrido durante o período de aulas e o facto de quase todas as jovens terem atividades extracurriculares, o que limitou a intervenção;
- a curta duração do estágio, o que impossibilitou a intervenção com as jovens mais novas.

No que concerne às fragilidades, a que destaco mais é o facto de não ter tido a oportunidade de perceber a longo prazo o impacto das atividades realizadas na vida das jovens.

Em síntese, estas 450h de estágio traduziram-se num momento de aprendizagem, tendo um grande impacto na formação pessoal e profissional. Foi possível, com o desenvolvimento do trabalho, articular as aprendizagens teóricas com os saberes práticos.

## Conclusão

A pertinência do projeto desenvolvido prende-se com a importância de intervir socialmente com as jovens num tema tão importante para a sua vida futura como a autonomização, mais concretamente, o treino de competências para a vida facilitadores do processo de autonomização.

A transição para a vida adulta é experienciada por todos os jovens como um acontecimento importante que acarreta muitas mudanças e por isso pode ser vivenciada com sentimento de insegurança por se considerar não ter a capacidade de o fazer. Contrariamente à possibilidade de jovens que vivem num ambiente familiar estável fazerem uma transição para a vida adulta mais consciente e mais segura (Gomes, 2010), uma parte considerável dos jovens acolhidos, após a sua saída da instituição, não poderá contar com o suporte familiar para essa transição. Assim, as competências que forem adquiridas durante o seu acolhimento serão decisivas para que estes possam realizar uma autonomia de sucesso.

Sendo o acolhimento uma condição transitória até que seja possível de encontrar uma solução mais estável, é necessário que a intervenção seja planeada de acordo com as especificidades de cada criança ou jovem, identificando as que necessitam de ser desenvolvidas para que consigam atingir os seus objetivos (Carvalho & Cruz, 2015). Nesse sentido, o trabalho desenvolvido no seio de cada casa de acolhimento constitui uma ferramenta essencial para a futura integração socioprofissional, uma vez que a delegação de responsabilidade na criança/jovem durante o seu crescimento potencia o processo de crescimento e autonomia e a capacidade de tomar decisões e de resolver problemas (Gomes, 2010), mantendo este suporte mesmo após a sua autonomização.

Em relação ao Lar Santa Isabel, em matéria de promoção de competências para autonomia de vida, como já foi referido anteriormente, existe uma vertente mais prática e uma vertente mais teórica, sendo que as atividades mais práticas dizem respeito à organização doméstica e as atividades mais teóricas são da responsabilidade da psicóloga, sendo realizadas com as jovens a partir dos 15 anos. A autonomia é também trabalhada nas pequenas tarefas do dia-a-dia das jovens. Por conseguinte, o elevado volume de trabalho técnico e a escassez de recursos humanos traduz-se na impossibilidade de realização de atividades no âmbito da autonomização por parte dos profissionais, existindo a necessidade de um trabalho mais intenso a este nível.

Deste modo, e refletindo sobre a temática do acolhimento, sendo a autonomia uma questão tão importante para o crescimento de qualquer ser humano, era importante que as institui-

ções, desde muito cedo, programassem atividades adequadas às diferentes idades e que garantissem essa aprendizagem progressiva de competências para a vida, para que ao atingir os 20 anos os jovens não sejam confrontados com uma saída da instituição sem qualquer tipo de bases neste domínio.

A própria forma como o sistema está organizado acaba por não permitir trabalhar efetivamente a autonomia e não existindo um acompanhamento pós acolhimento, os jovens acolhidos muitas vezes retornam à família de origem correndo o risco de cair em processos de exclusão e de pobreza porque se o objetivo do Estado quando uma criança é retirada é a sua proteção, esta proteção não pode acabar quando esta atinge a maioridade.

As instituições deveriam de ter a possibilidade de dispor de profissionais destacados para trabalhar as questões de autonomia, desde a entrada na instituição até à saída, pois um acompanhamento mais duradouro após a saída da instituição contribuiria efetivamente para a proteção dos jovens. O medo da vida fora da instituição é algo real sentido pelas jovens, tal como foi referido por uma das jovens no decorrer das entrevistas:

*“(...) a partir do momento em que tiro daqui os pés posso esquecer basicamente todo o apoio, mas acho que, quando as meninas saem, é sempre um tiro no escuro e há umas que caem e outras que conseguem continuar em frente, com mais ou com menos dificuldades e eu não sei o que me espera lá fora para ser sincera e tenho muito medo (...). Especialmente quando não tens ninguém.”* (excerto retirado de entrevista: 28/11/2019, jovem 18 anos)

Este trabalho é realizado pelos profissionais na instituição, no entanto, é um acompanhamento que não está enquadrado nas suas competências. Era, por isso, fundamental formalizar este tipo de trabalho através, por exemplo, da criação de um serviço específico que trabalhasse em paralelo com as instituições através de uma espécie de tutor que acompanhasse os jovens nesta transição e nos primeiros anos.

Sendo o projeto de vida autonomização o mais definido para as jovens acolhidas, e não existindo um profissional destacado para trabalhar estas questões, era importante a existência de um apartamento de autonomização na região de Leiria, tendo este tipo de apartamento sido referido nas entrevistas como uma mais-valia:

*“(...) Há uns anos falou-se de ter um apartamento de autonomia, é complicado, mas acho que isso era ótimo (...). Para nós era ótimo que estamos na universidade (...)”* (excerto retirado de entrevista: 11/12/2019, jovem 19 anos)

Este tipo de resposta de acolhimento visa proporcionar às crianças e jovens acolhidos condições de vida o mais aproximadas possível do contexto familiar, permitindo a existência de uma rotina individualizada e personalizada e uma relação afetiva favorável (Instituto da Segurança Social, 2011). No entanto, o elevado número de crianças e jovens acolhidos dificulta não só o cumprimento do objetivo de a casa de acolhimento proporcionar um ambiente próximo ao contexto familiar, mas também o de criar as condições para a autonomia.

Fazendo a avaliação global do estágio posso afirmar que foi bastante desafiante a nível profissional e pessoal, não só pelas idades das jovens que integraram o projeto de intervenção e pela necessidade de criar uma relação com as mesmas baseada no respeito, mas também pelo distanciamento que era necessário criar para que não me vissem como um par, tendo tido um grande impacto na minha formação, potenciando o conhecimento técnico através da interligação dos conhecimentos teóricos com a prática profissional.

O Serviço Social define-se como sendo

“uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as Pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.” (ISFW e IASSW)

Por sua vez, os assistentes sociais são considerados agentes de mudança na vida dos indivíduos, família e comunidades e na sociedade, sendo a sua prática centrada na satisfação das necessidades humanas, no bem-estar, e na realização da justiça social, com o objetivo base de provocar mudanças sociais no indivíduo e na sociedade (Silva, 2012).

Na perspetiva de Carmo (2001) a intervenção social tem como objetivo o de contribuir para o combate às carências sociais existentes, impulsionando o indivíduo a ultrapassar os obstáculos que surgem aquando da mudança, sendo entendida como um processo onde um indivíduo se torna um recurso social de outro indivíduo, organização, comunidade ou grupo social. Deste modo, a intervenção social está associada ao conceito de *empowerment* no sentido em que promove o desenvolvimento do indivíduo, capacitando-o a encontrar a suas próprias ferramentas facilitadoras de mudanças, desenvolvendo uma noção de controlo sobre as circunstâncias da sua vida, sobre o seu próprio destino.

No que concerne à promoção da autonomia dos jovens institucionalizados, o Assistente Social exerce uma função de extrema importância, uma vez que a autonomia não depende apenas das características individuais do jovem, mas sobretudo do contexto social onde este está inserido (Sousa, 2015). Assim, após a definição do projeto de autonomia de vida, o Assistente Social, conjuntamente com a equipa multidisciplinar, tem como função a preparação do jovem para que este seja autónomo nas diversas tarefas da vida doméstica e do dia-a-dia, preparando-o de forma gradual de modo que este consiga viver autonomamente (Fernandes, 2014). Assim, a intervenção sobre a promoção de competências para a autonomia de vida deve ser centrada na perspetiva do *empowerment*.

A capacidade de adaptação à vida autónoma após o cessamento do acolhimento está relacionada a diversos fatores internos e externos, tais como o desenvolvimento de competências de autonomia de vida, a capacidade de acesso a recursos sociais, pessoais e materiais, os níveis de formação de cada jovem, entre outros (Barth, 2009). Desta forma, o trabalho desenvolvido durante o período de acolhimento em matéria de promoção de competências para a autonomia pode se tornar fulcral para uma saída com sucesso, tendo de existir um trabalho de parceria entre o jovem e o assistente social que permita o alargamento dos seus recursos e capacidades pessoais, através do apoio na identificação das suas necessidades de forma proativa, no alcance dos seus objetivos e na sua capacidade de mobilização de recursos. Ainda que o processo de autonomia seja um processo considerado natural e comum ao crescimento das crianças, a sua eficiência é condicionada pelo modo como os adultos as estimulam para que se tornem em adultos independentes (Gomes, 2010).

Por conseguinte, sendo o Serviço Social uma profissão promotora do desenvolvimento que pretende responder aos desafios da vida, o assistente social tem como missão o acompanhamento do jovem no seu processo de saída tendo em conta a sua integração social, permitindo uma desvinculação gradual e potenciando o exercício de responsabilidades de uma forma segura.

Uma intervenção que tenha como finalidade o trabalho das competências do jovem, de modo a conduzir à promoção da autonomia, tem de ser uma intervenção baseada numa relação de confiança. Deste modo, torna-se fundamental o papel que o adulto de referência assume enquanto modelo da criança e do jovem (Gomes, 2010), já que nem sempre os jovens acolhidos têm referências positivas da sua infância que lhes permita ter modelos de adultos com características fundamentais para enfrentar os desafios da autonomização, como a capacidade de planeamento da sua vida a longo prazo, de desenvolver relações saudáveis e estáveis e que tenha

a capacidade de contrabalançar as componentes emocionais e cognitivas (Carvalho & Cruz, 2015).

É primordial a definição de limites e normas no dia-a-dia dos jovens para que estes, quando atuam de forma desadequada perante situações específicas tenham a capacidade de fazer uma avaliação de justiça e de correção dos seus próprios atos, uma vez que é a existência destes limites e normas impostos pelos educadores que lhes permitirão ter esta capacidade. Esta definição vai também permitir que o jovem construa o seu processo de autonomia de uma forma estruturada e segura (Gomes, 2010).

Tendo em consideração o período de estágio, na ótica da estagiária, o papel do assistente social é fulcral para que os jovens se tornem adultos capazes de serem autónomos e independentes, através do treino das competências para autonomia de vida tendo em consideração as necessidades específicas de cada jovem, dotando-lhes das ferramentas necessárias para que tenham a capacidade de enfrentar os desafios diários da autonomização.

## Referências Bibliográficas

- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada-Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa.
- Baltazar, A. Z. (2014). *Plano de marketing implementação de um espaço de estética numa clínica médica* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Arte, Design e Empresa-Universitário, Lisboa, Portugal). Retirado de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7098/1/Tese%20Andreia%20Baltazar.pdf>
- Barth, R. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of evidence Based Practice in Social Work*, 6(2), pp. 147-175.
- Bettelheim, B. (2005). *Bons Pais – O sucesso na educação dos filhos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Carvalho, M. I. (2015). *Serviço Social com Famílias*. Lisboa: Pactor.
- Carmo, H. (2001). *A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social*. 1ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental, Lisboa
- Carvalho, M. J. & Cruz, H. (2015). *Autonomia- Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Retirado de [https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202306/Brochura-Autonomia-Final-28\\_05.pdf](https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/29202306/Brochura-Autonomia-Final-28_05.pdf)
- Carvalho, T. & Manita, C. (2010). Perceções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação e Psicologia*, 3323-3335.
- Centro Social Paroquial Paulo VI (2012). *Regulamento Interno de Funcionamento Casa de Acolhimento Lar Santa Isabel*. (2012). Retirado de [http://www.csppvi.pt/ficheiros/regulamento\\_lj.pdf](http://www.csppvi.pt/ficheiros/regulamento_lj.pdf)
- Centro Social Paroquial Paulo VI (2015). *Estatutos*. Leiria: CSPP VI.
- Centro Social Paulo VI (2020). *Lar de Santa Isabel*. Retirado de Centro Social Paroquial Paulo VI: <http://www.csppvi.pt/index.php/respostas-sociais/lis/titulo-1-lis/lis-lar-santa-isabel>
- Delgado, P. & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?. *Análise Social*, 226, pp. 112-134. Obtido de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n226a05.pdf>
- Erikson, E. H. (1972). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Escola da inteligência (2020). *Como ressignificar e celebrar datas comemorativas na escola*. Retirado de <https://escoladainteligencia.com.br/datas-comemorativas-na-escola/>
- Espaço do Assistente Social. *Definição de Serviço Social*. Disponível em <https://servicosocial.pt/definicao-de-servico-social/>
- Espaço do Assistente Social (2014). *Quando a autonomia é o único projeto de vida possível*. Disponível em <https://www.eas.pt/quando-a-autonomia-de-vida-e-o-unico-projeto-de-vida-possivel/>
- Ferreira, S. M. (2016). *Práticas Profissionais em processos de reunificação familiar: Um estudo com profissionais de casa de acolhimento residencial*. (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal). Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45393/1/Soraia%20Martins%20Ferreira.pdf>
- Gabatx, R. I, Padoin, S. T, Neves, E. T. & Terra, M. G. (2010). Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 31(4), pp. 670-677.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Gomes, J. V. (1994). Socialização Primária: Tarefa Familiar? *Cadernos de Pesquisa*, 91, pp 54-61. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/747.pdf>
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Gonçalves Zappe, J. & Dalbosco Dell'Aglio, D. (2016). Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes contextos: família e institucionalização. *Revista Colombiana de Psicologia*, 25(2), pp. 289-305. Doi: 10.15446/rcp.v25n2.51256
- Guerreiro, A. M. (2011). *Factores críticos e de força na intervenção em contexto de reunificação familiar*. (Tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal). Retirado de <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8271>
- Henriques, A. B. (2015). *Família(s)- Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto da Segurança Social (2011). *Manual de processos-chave Lar de Infância e Juventude*. Retirado de [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13887/gqrs\\_lar\\_infancia\\_juventude\\_processos-chave/ac3249ed-0086-48a6-8b18-7bc9b0541d02](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13887/gqrs_lar_infancia_juventude_processos-chave/ac3249ed-0086-48a6-8b18-7bc9b0541d02)
- Delgado, A (2008). A participação das crianças e suas culturas em festas comemorativas: relatos de uma pesquisa com crianças. *Interações*, 10, pp. 58-76.

- Departamento de Desenvolvimento Social (2020). *Relatório CASA 2019*. Lisboa: Instituto da Segurança Social. Obtido de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>
- Departamento de Desenvolvimento Social (2019). *Relatório CASA 2018*. Lisboa: Instituto da Segurança Social. Obtido de [http://www.seg-social.pt/documents/10152/16662972/Relat%C3%B3rio\\_CASA2018/f2bd8e0a-7e57-4664-ad1e-f1cebcc6498e](http://www.seg-social.pt/documents/10152/16662972/Relat%C3%B3rio_CASA2018/f2bd8e0a-7e57-4664-ad1e-f1cebcc6498e)
- Jovens, C. N. (s.d.). *Sistema de Proteção Português*. Obtido de Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: <https://www.cnpdpcj.gov.pt/direitos-das-criancas/legislacao/legislacao-nacional/sistema-de-protecao-portugues.aspx>
- Nery, M. P., Costa, L. F. & Conceição, M. I. (2006). O sociodrama como método de pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 16(35), pp.305-313. Retirado de <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a02>
- Noom, M., Dekovic, M. & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of Youth and Adolescence*, 30(5), pp.577-595.
- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX*, pp.395-410.
- Pappámikail, L., 2013. *Adolescência e autonomia: negociações familiares e construção de si (1ª ed.)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Paróquia de Leiria (s.d.). Centro Social Paulo VI. Retirado de <http://www.paroquiadeleiria.pt/p/centro-social-paulo-vi.html>
- Paróquia de Leiria (s.d.). *Lar Santa Isabel*. Retirado de <http://www.paroquiadeleiria.pt/p/lar-santa-isabel.html>
- Peixoto, P. (2017). Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento. *Educação*, 40: 150-159.
- Pereira, V. & Pessanha, M. (2014). *Tornar-se adulto na casa 5 - Promover a autonomia individual em apartamento de autonomização*. (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal). Retirado de [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10175/1/COM\\_PereiraVera\\_2014.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10175/1/COM_PereiraVera_2014.pdf)
- Pinto, C. (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos Trabalhadores sociais*. (Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal).

- Plummer, D. M. (2012). *Como aumentar a autoestima das crianças: Guia prático para educadores, psicólogos e pais*. Porto: Porto Editora.
- Rogers, C. (2002). *Grupos de encontro*. São Paulo: Martins Fontes. Retirado de <https://gmeaps.files.wordpress.com/2017/05/carl-rogers-grupos-de-encontro.pdf>
- Saint-Georges, P. (1997). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In L. Albarello *et al.*, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp.15-47). Lisboa: Gradiva.
- Santos, R. (2016). *Intervenção Social em Parceria- Rede Social de Silves* (Tese de Mestrado, Universidade do Algarve, Algarve, Portugal). Retirado de [https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/8690/2/aa\\_Relatorio.pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/8690/2/aa_Relatorio.pdf)
- Silva, C. R. & Kaulfuss, M. R. (2017). A importância da família na educação infantil. Revista FAIT, 6<sup>a</sup> edição. Retirado de [http://fait.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/NWgq2JCop9F9YwD\\_2\\_017-1-21-11-14-37.pdf](http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NWgq2JCop9F9YwD_2_017-1-21-11-14-37.pdf)
- Silva, G. (2012). *O Agir Profissional do Assistente Social: um estudo de caso sobre a Prática Profissional do Assistente Social no Centro de Atividades Ocupacionais da APPACDM de Braga*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Braga).
- Schoen-Ferreira, T., Aznar-Farias, M. & Silveiras, E. (2003). A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, 8(1): 107-115. Retirado de [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2003000100012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100012)
- Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal). Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31190/1/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Rita%20Emanuel%20Sousa.pdf>
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (2020). *Estudo Nacional sobre Violência no Namoro 2020 “Violência no Namoro em Portugal: Vitimação e Conceções Juvenis”*. Retirado de [https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/02/VN\\_2020\\_NACIONAL\\_UMAR.pdf](https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/02/VN_2020_NACIONAL_UMAR.pdf)
- Unicef (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Retirado de [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf)
- White, J. M., & Klein, D. M. (2007). *Family Theories* (3<sup>a</sup> ed.). Los Angeles: Sage Publications.

## **Legislação:**

*Constituição da República Portuguesa- VII Revisão Constitucional.* (2005). Retirado de Assembleia da República:

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro. Diário da República nº 204/99 – I Série A. Lisboa: Assembleia da República

Lei n.º 142/15 de 8 de setembro. Diário da República nº 175/15 – I Série. Lisboa: Assembleia da República

# **Anexos**

## **Anexo 1: Declaração do consentimento informado, livre e esclarecido entregue à Equipa Técnica**

### **CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO**

**Tema da pesquisa:** “A caminho da autonomização” - Perceção das jovens institucionalizadas quanto ao processo de autonomização

**Pessoa responsável pela pesquisa:** Ana Sofia Lopes Neto

Este documento, designado **Consentimento, Informado, livre e Esclarecido**, contém informação importante em relação ao estudo para o qual foi elaborado, bem como o que esperar se decidir participar no mesmo. Leia atentamente toda a informação aqui contida. Deve sentir-se inteiramente livre para colocar qualquer questão, assim como para discutir com terceiros a decisão da sua participação neste estudo.

O presente projeto enquadra-se no âmbito da realização do Relatório de Estágio do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social que estou a realizar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Idalina Machado.

“A caminho da autonomização - Perceção das jovens institucionalizadas quanto ao processo de autonomização” é o tema da pesquisa que estou a desenvolver no âmbito do estágio a decorrer no Lar de Santa Isabel e, no quadro do trabalho que estou a desenvolver, pretendo realizar entrevistas aos profissionais da Equipa Técnica de modo a compreender como percecionam a preparação para a autonomia.

A entrevista é confidencial, sendo os dados recolhidos tratados de uma forma global e não individualizada, o que significa que o anonimato será garantido. Os dados apenas serão usados para os fins académicos especificados.

\*\*\*\*\*

Li o presente documento e estou consciente do que esperar quanto à minha participação no estudo “A caminho da autonomização - Perceção das jovens institucionalizadas quanto ao processo de autonomização”. Tive oportunidade de colocar todas as questões e as respostas esclareceram todas as minhas dúvidas. Assim, aceito voluntariamente participar neste estudo. Foi-me dada uma cópia deste documento.

O participante \_\_\_\_\_

O investigador \_\_\_\_\_

## **Anexo 2: Declaração do consentimento informado, livre e esclarecido entregue às jovens**

### **CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO**

**Tema da pesquisa:** “A caminho da autonomização” - Perceção das jovens institucionalizadas quanto ao processo de autonomização

**Pessoa responsável pela pesquisa:** Ana Sofia Lopes Neto

Este documento, designado **Consentimento, Informado, livre e Esclarecido**, contém informação importante em relação ao estudo para o qual foi elaborado, bem como o que esperar se decidir participar no mesmo. Leia atentamente toda a informação aqui contida. Deve sentir-se inteiramente livre para colocar qualquer questão, assim como para discutir com terceiros a decisão da sua participação neste estudo.

O presente projeto enquadra-se no âmbito da realização do Relatório de Estágio do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social que estou a realizar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Idalina Machado.

*“A caminho da autonomização - Perceção das jovens institucionalizadas quanto ao processo de autonomização”* é o tema da pesquisa que estou a desenvolver no âmbito do estágio a decorrer no Lar de Santa Isabel e, no quadro do trabalho que estou a desenvolver, pretendo realizar entrevistas às jovens de modo a compreender como percecionam a preparação para a autonomia.

A entrevista é confidencial, sendo os dados recolhidos tratados de uma forma global e não individualizada, o que significa que o anonimato será garantido. Os dados apenas serão usados para os fins académicos especificados.

\*\*\*\*\*

Li o presente documento e estou consciente do que esperar quanto à minha participação no estudo “A caminho da autonomização - Perceção das jovens institucionalizadas quanto ao processo de autonomização”. Tive oportunidade de colocar todas as questões e as respostas esclareceram todas as minhas dúvidas. Assim, aceito voluntariamente participar neste estudo. Foi-me dada uma cópia deste documento.

**O participante** \_\_\_\_\_

**O investigador** \_\_\_\_\_

### **Anexo 3. Guião de entrevista semi-estruturada aplicado à Equipa Técnica**

#### **1. Percurso Profissional**

- “Qual é a sua formação profissional?”
- “Há quantos exerce funções nesta instituição?”
- “Que funções exerce na instituição?”

#### **2. Perceção da importância da promoção de competências para a autonomia das jovens**

- “Quais são as ações realizadas na instituição no âmbito da promoção de competências para a autonomia de vida?”
- “Quais são as competências pessoais e sociais que considera que estas jovens devem adquirir/possuir para alcançarem a sua autonomia?”
- “Considera que as jovens são detentoras das competências necessárias para a saída da instituição?”
- “Quais são as maiores dificuldades sentidas pelas jovens na transição para a vida adulta?”
- “No caso das jovens que já saíram da instituição, qual é o papel da instituição no processo de transição para a autonomia de vida?”
- “A equipa de apoio e educativa, como é envolvida no processo de autonomização?”
- “A partir de que idade é que as jovens vão sozinhas ao médico? E a partir de que idade fazem as suas próprias marcações para o médico?”
- “Quando as jovens precisam de ir às compras, como é que fazem? Têm o seu próprio dinheiro, têm de pedir o dinheiro ou dizem o que precisam e alguém vai comprar por elas?”

#### **3. Obstáculos institucionais**

- “Quais as limitações, obstáculos sentidos pela instituição na promoção de competências para a vida nas jovens e no seu processo de autonomização?”

## **Anexo 4: Guião da entrevista semi-estruturada aplicada às jovens**

### **1. Percurso Institucional**

- Que idade tinhas quando foste viver para a instituição?
- Quando vieste viver para o Lar Santa Isabel, já tinhas estado noutra instituição?
- Tens irmãos acolhidos? Se sim, se estão na mesma instituição?

### **2. Sobre o quotidiano na instituição**

- Consegues enumerar três aspetos positivos e três aspetos negativos relativos à instituição? Quais são as tuas sugestões para melhorar a instituição?
- Consideras que a instituição te proporciona aprendizagens úteis para o teu futuro? Se sim, que tipo de aprendizagens é que consegues identificar? Se não, o que é que consideras de ser importante?
- Existe uma escala com divisão de tarefas, qual é a tua opinião sobre esta escala? Consideras importante? Se sim, porquê? Se não, porquê?
- Na instituição, quando tens algum problema a quem é que recorres? (No caso de recorrer a alguém fora da instituição, perguntar se não há ninguém na instituição que considera que possa recorrer)
- Quando precisas de ir ao médico, como é que fazes? Vais sozinha ou acompanhada? És tu que marcas a consulta ou marca alguém da instituição?
- Quando precisas de ir às compras, como é que fazes? Tens o teu próprio dinheiro, tens de pedir o dinheiro ou dizes o que precisas e alguém compra por ti? Vais sozinha, vais acompanhada?

### **3. Competências para a Autonomia de Vida**

- Com que idade pretendes sair da instituição?
- Se tivesses que sair agora e ir viver sozinha, achas que tinhas competências para o fazer? Se sim, porquê? Se não, porquê?
- Qual é o teu projeto de vida pessoal, académico e profissional? Atualmente, estás a fazer algo para, no futuro, o conseguires concretizar?

## Anexo 5: Planificação das atividades desenvolvidas

### 1. Atividades relacionadas com o auto-conceito

Atividade	Destinatários	Objetivos	Duração	Principais tópicos a abordar	Recursos Materiais	Recursos Humanos	Recursos Financeiros
<i>Autonomização</i>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Refletir sobre o significado do projeto de vida autonomização	2h	- <i>O que é a autonomização</i> - <i>Porque é que o projeto de vida pode passar pela autonomização</i> - <i>Medida de promoção “Apoio para autonomia de vida”</i>	Folhas e canetas  <b>Espaço Físico:</b>  Pavilhão	1 Estagiária	-
<i>Árvore dos Sonhos</i>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia Jovens do grupo 4 de autonomia	- Refletir sobre a importância dos sonhos - Consciencializar as jovens para a importância de fazer escolhas - Incentivar a definição de metas de vida ao nível pessoal, profissional e académico - Sensibilizar as jovens para a influência das escolhas do momento para o futuro	2h	- <i>Definição de metas de vida, objetivos a nível pessoal, profissional e académico</i>  <i>(com o grupo 4 seria apenas com uma folha em branco)</i>	Folhas com uma árvore com ramos sem folhas, lápis e canetas  <b>Espaço Físico:</b>  Pavilhão	1 Estagiária	-
<i>Dinâmica “Papel amassado- E agora?”</i>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia	- Sensibilizar para o tema do respeito	2h	- <i>Refletir sobre o respeito, o companheirismo, amizade</i>	2 Folha branca A4  <b>Espaço Físico:</b>	1 Estagiária	-

		- Sensibilizar para a importância de estabelecer relações positivas		- Refletir sobre a influência das atitudes nas relações pessoais	Pavilhão		
<i>Sessão de fotografias</i>	Geral	- Promoção da autoestima - Proporcionar momentos de lazer	2h	-	Máquina Fotográfica  <b>Espaço Físico:</b> Fonte Luminosa, Parque Luís de Camões e Parque do Avião	1 Estagiária	-

## 2. Atividades relacionadas com a gestão da vida doméstica

Atividade	Destinatários	Objetivos	Duração	Principais tópicos a abordar	Recursos Materiais	Recursos Humanos	Recursos Financeiros
<i>Como gerir o orçamento familiar</i>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Sensibilizar para a importância do orçamento familiar - Consciencializar as jovens para as práticas de poupança	2h no pavilhão	- <i>O que significa orçamento familiar</i> - <i>Poupança</i> - <i>Técnicas de poupança</i>	Computador, folhas, canetas e notas do monopólio  <b>Espaço Físico:</b> Sala do Pavilhão	1 Estagiária	-
<i>Culinária</i>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia Jovens do grupo 4 de autonomia	- Proporcionar aprendizagens no âmbito da culinária - Estimular a autonomia das crianças e jovens - Promover o trabalho de equipa	2 dias (2x com cada grupo) - 1º dia ver os preços dos alimentos no supermercado, nos folhetos ou online,	-	Dois computadores, folhas e canetas  <b>Espaço Físico:</b> Sala do Pavilhão	1 Estagiária	-

			no pavilhão <b>(menos 4)</b> - 2ºconfeção dos alimentos, no Centro Paulo XVI		3 tachos, 2 tábuas, 3 facas, 3 bacias, 1 colher de pau, papel vegetal, 3 panos, 6 aventais, 2 tenaz		
					<b>Espaço Físico:</b> Centro Social Paulo VI		
<b>Confeção de biscoitos</b>	Jovens do grupo 1 de autonomia Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia Jovens do grupo 4 de autonomia	- Proporcionar aprendizagens no âmbito da culinária - Estimular a autonomia das crianças e jovens - Proporcionar momentos de lazer com as jovens	2h Centro Social Paulo XVI	-	**	1 Estagiária	-

\*Na atividade “Culinária” irão escolher o prato que pretendem confeccionar e antes da confeção irão comparar preços das diversas superfícies comerciais, através das revistas, de modo a familiarizá-las dos preços praticados e consciencializa-las do valor do produto.

\*\* Receita: 250g de farinha, 100g de açúcar, 2 ovos, 100g de manteiga, ½ raspa de limão, farinha para a bancada, papel vegetal

### 3. Atividades relacionadas com a preparação da vida ativa

Atividade	Destinatários	Objetivos	Objetivos	Principais tópicos a abordar	Recursos Materiais	Recursos Humanos	Recursos Financeiros
<b>Como elaborar um curriculum vitae</b>	Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Sensibilizar para a importância da elaboração do <i>curriculum vitae</i> - Dotar as jovens de técnicas de elaboração de <i>curriculum vitae</i>	1 tarde	- <i>O que é</i> - <i>Para o que serve</i> - <i>Informação pertinente que deve conter</i> - <i>Como elaborar</i> - <i>O que é uma carta de motivação</i> - <i>Elaborar um currículo</i>	Computadores  <b>Espaço Físico:</b> Sala do Professor	1 Estagiária	-
<b>Inscriver no centro de emprego: como é que se faz?</b>	Jovens do grupo 2 de autonomia Jovens do grupo 3 de autonomia	- Dotar as jovens de conhecimentos sobre as funções do centro de emprego - Consciencializar sobre a importância da inscrição no centro de emprego	2h	- <i>Para que serve</i> - <i>O que é necessário para se fazer a inscrição</i> - <i>Até quando se deve fazer a inscrição</i> - <i>O que acontece depois da inscrição</i>	Folhas, canetas e dois computadores  <b>Espaço Físico:</b> Sala do Professor	1 Estagiária	-

<p><i>Inserir na vida ativa: imaginar o futuro e simular técnicas de procura de emprego (simular uma entrevista de emprego)</i></p>	<p>Jovens do grupo 4 de autonomia</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potenciar conhecimentos sobre técnicas de procura de emprego</li> <li>- Estimular a procura ativa de emprego</li> <li>- Estimular a importância da preparação para uma entrevista</li> </ul>	<p>2h</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar propostas de emprego</li> <li>- Dotar de conhecimentos relativos às entrevistas de emprego</li> <li>- Preparação para entrevista de emprego</li> <li>- Como se preparar para uma entrevista</li> <li>- Simular uma entrevista de emprego</li> </ul>	<p>Folhas e canetas</p> <p><b>Espaço Físico:</b></p> <p>Pavilhão</p>	<p>1 Estagiária</p>	<p>-</p>
---	---------------------------------------	---	-----------	---	--	---------------------	----------

#### 4. Atividades relacionadas com as ações de sensibilização

Atividade	Destinatários	Objetivos	Duração	Principais tópicos a abordar	Recursos Materiais	Recursos Humanos	Recursos Financeiros
<p><i>Violência no Namoro</i></p>	<p>Geral- 2 grupos por idades</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilizar para a temática da violência no namoro e violência de género</li> <li>- Consciencializar as jovens sobre o modo como as várias formas de exercer violência no namoro.</li> </ul>	<p>Nas férias de natal (duas sessões com a duração de 1h30min)</p>	<p>-Violência de género, de namoro e contra pessoa idosa</p> <p>-Tipos de violência</p>	<p>Computador</p> <p>Projektor</p> <p>Folhetos informativos</p> <p><b>Espaço Físico:</b></p> <p>Pavilhão</p>	<p>Técnica da Associação Mulher Séc. XXI</p>	<p>-</p>

## 5. Atividades relacionadas com a celebração dos dias temáticos

Atividade	Destinatários	Objetivos	Duração	Principais tópicos a abordar	Recursos Materiais	Recursos Humanos	Recursos Financeiros
<i>Confeção do bolinho para o Dia do Bolinho</i>	Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar aprendizagens no âmbito da culinária</li> <li>- Estimular a autonomia das crianças e jovens</li> <li>- Proporcionar momentos de lazer com as jovens</li> <li>- Estimular o trabalho de equipa</li> </ul>	Dois dias (2h cada dia)	-	<p><b>Ingredientes:</b> 2kg de batata, 2kg de farinha, 1,6kg açúcar, 8 ovos, 200g de margarina, 2 colheres de sobremesa de fermento em pó, 8 limões, canela, erva doce e nozes</p> <p>Sacos de papel de pastelaria, tesouras, fios de palha, facas, bacias, quebranozes</p> <p><b>Espaço Físico:</b></p> <p>Refeitório</p>	1 Estagiária 1 Técnica de Educação Social	
<i>Árvore de natal dos sonhos</i>	Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilizar as jovens para a importância de fazer escolhas</li> </ul>	Nas férias de natal (duas tardes)	-	<p>Cartolinas, purpurinas, tesouras, lápis, caneta, cola quente e cola branca</p> <p><b>Espaço Físico:</b></p> <p>Pavilhão</p>	1 Estagiária	-

